



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO (UFCAT) em implantação
INSTITUTO DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Hellen Pires Carneiro

CAMINHOS E DESCAMINHOS DA ALFABETIZAÇÃO: HISTÓRIA DE VIDA DOS
ALUNOS DA PRIMEIRA FASE DA EJA DA ESCOLA JOSÉ PEDROSO DE DEUS,
NO MUNICÍPIO DE IPAMERI-GO (2020 - 2022)

CATALÃO - GO
2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO
INSTITUTO DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
DESPACHO

Processo nº 23852.001594/2023-45

Interessado: @interessados_virgula_espaco@

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA
DIGITAL DE TESES E DISSERTAÇÕES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
CATALÃO (UFCA)**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Catalão (UFCA) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFCA), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFCA é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*:

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Hellen Pires Carneiro

3. Título do trabalho:

CAMINHOS E DESCAMINHOS DA ALFABETIZAÇÃO: HISTÓRIA DE VIDA DOS ALUNOS DA PRIMEIRA FASE DA EJA DA ESCOLA JOSÉ PEDROSO DE DEUS, NO MUNICÍPIO DE IPAMERI-GO (2020 - 2022)

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento [x] SIM [] NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
- b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor



Documento assinado eletronicamente por **ISMAR DA SILVA COSTA, Professor(a) do Magistério Superior**, em 13/12/2023, às 15:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Hellen Pires Carneiro, Usuário Externo**, em 13/12/2023, às 16:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufcat.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0010624** e o código CRC **7C059CAF**.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO (UFCAT) em implantação
INSTITUTO DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Hellen Pires Carneiro

CAMINHOS E DESCAMINHOS DA ALFABETIZAÇÃO: HISTÓRIA DE VIDA DOS
ALUNOS DA PRIMEIRA FASE DA EJA DA ESCOLA JOSÉ PEDROSO DE DEUS,
NO MUNICÍPIO DE IPAMERI-GO (2020 - 2022)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Unidade Acadêmica de História e Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (UFG)/ Universidade Federal de Catalão (UFCAT), como requisito para obtenção do título em Mestra em História. Área de Concentração: História. Linha de Pesquisa Cultura, Linguagens e Ensino de História.

Orientador: Professor Doutor Ismar da Silva Costa.

CATALÃO – GO
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFCAT.

Carneiro, Hellen Pires

CAMINHOS E DESCAMINHOS DA ALFABETIZAÇÃO: HISTÓRIA DE VIDA DOS ALUNOS DA PRIMEIRA FASE DA EJA DA ESCOLA JOSÉ PEDROSO DE DEUS, NO MUNICÍPIO DE IPAMERI-GO (2020 - 2022) / Hellen Pires Carneiro. - 2023.

142, CXLII f.

Orientador: Prof. Ismar Silva Costa.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Catalão, Instituto de História e Ciências Sociais, Catalão, Programa de Pós-Graduação em História, Catalão, 2023.

Anexos.

Inclui siglas, fotografias, gráfico, lista de figuras.

1. EJA. 2. ENSINO REMOTO. 3. HISTÓRIAS DE VIDA. I. Costa, Ismar Silva, orient. II. Título.

CDU 94



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO
Av. Dr. Lamartine Pinto de Avelar, número 1120, - Bairro Setor Universitário, Catalão/GO, CEP 75704-020
Telefone: - - <https://www.ufcat.edu.br>

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 148 da sessão de Defesa de Dissertação de **Hellen Pires Carneiro**, que confere o título de Mestra em História – nível Mestrado Profissional, na área de concentração: História, Cultura e Formação de Professores.

Aos **treze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três**, a partir da(s) **14h00m**, realizou-se em formato remoto, com o link: meet.google.com/etk-smzu-pvy a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada: **CAMINHOS E DESCAMINHOS DA ALFABETIZAÇÃO: HISTÓRIA DE VIDA DOS ALUNOS DA PRIMEIRA FASE DA EJA DA ESCOLA JOSÉ PEDROSO DE DEUS, NO MUNICÍPIO DE IPAMERI-GO (2020 - 2022)**. Os trabalhos foram instalados pelo **Orientador Professor Doutor Ismar da Silva Costa - (PPGHMP/INHCS/UFCA)**, com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: **Professora Doutora Camila Aparecida de Campos - (FAE/UFCA)** membra titular externa e a **Professora Doutora Regma Maria dos Santos - (PPGHMP/INHCS/UFCA)**, membra titular interna. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho de forma a estabelecer melhor vínculo com o conteúdo. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata **Aprovada**. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor Ismar da Silva Costa, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **treze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três**.



Documento assinado eletronicamente por **ISMAR DA SILVA COSTA, Professor(a) do Magistério Superior**, em 13/12/2023, às 15:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Regma Maria dos Santos registrado(a) civilmente como REGMA MARIA DOS SANTOS, Usuário Externo**, em 13/12/2023, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CAMILA APARECIDA DE CAMPOS, Professor(a) do Magistério Superior**, em 14/12/2023, às 16:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufcat.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0010621** e o código CRC **33FA754E**.

[...] Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, sem aprender a refazer, a retocar o sonho por causa do qual a gente se pôs a caminhar.

Paulo Freire

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família e ao meu esposo, que sempre me apoiaram e estiveram presentes em minha vida, me incentivando na busca de novas realizações.

Agradeço ao grupo gestor, professores, funcionários e em especial, aos alunos da primeira fase envolvidos na pesquisa, da Escola Municipal de Jovens e Adultos José Pedroso de Deus, pela parceria e por terem me recebido de braços abertos.

Agradeço ao Prof^o. Dr^o. Ismar da Silva Costa, pelas orientações deste trabalho, pela parceria, pelos conhecimentos e por todos os momentos compartilhados. Sua ajuda foi essencial para o desenvolvimento da pesquisa e para o saber construído.

Agradeço à Prof^a. Dr^a. Regma Maria dos Santos, à Prof^a. Dr^a. Camila Aparecida Campos, por constituírem as bancas de qualificação e defesa desta pesquisa, e por terem compartilhado conhecimentos essenciais sobre o tema em estudo.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado Profissional da Universidade Federal de Catalão, pelo tamanho compromisso e qualidade do ensino transmitido. E, em especial, ao secretário do Programa, Alex de Souza Oliveiras, solícito e atencioso, sempre esteve à disposição todas as vezes que precisei.

Aos meus amigos e a todos aqueles que doaram um pouquinho de si para que a conclusão dessa pesquisa se tornasse possível. Obrigada pelas palavras de incentivo, pelo carinho, pelos momentos de distração e pela compreensão nos momentos ausentes.

E, por fim, mas não menos importante, agradeço a Deus, pelo dom da vida e por sempre guiar e iluminar o meu caminho.

RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino constituída por alunos que por algum motivo foram impedidos do acesso à escola na idade adequada, enfrentando muitas dificuldades ao longo da vida, e que em algum momento retornam às salas de aula buscando por melhores oportunidades no mercado de trabalho e pelo resgate da cidadania. Partindo do seguintes questionamentos: Quais são suas motivações ao se matricular na EJA? Quais são as principais dificuldades para se manterem na sala de aula e concluírem seus estudos? Que histórias e vivências trazem consigo? Por meio deste, buscamos conhecer a realidade dos estudantes da primeira fase da EJA da Escola José Pedroso de Deus no município de Ipameri-Goiás, e, compreender de que maneira o acesso à educação pode contribuir para a emancipação cidadã desses sujeitos. Trata-se de um estudo de caráter qualitativo, desenvolvido a partir da revisão bibliográfica e da análise das entrevistas, apresentando como metodologia a história de vida. O estudo mostrou que as turmas da I Fase da EJA, de 2020 – 2022, do contexto escolar investigado, são diversas quanto ao perfil dos estudantes, sendo constituídas principalmente por mulheres e estudantes acima dos 40 anos. Dentre as principais motivações apresentadas por eles para retomar os estudos, destacam-se o desejo de aprender a ler e escrever, e a busca por melhores vagas no mercado de trabalho. Já os principais obstáculos enfrentados para permanência na sala de aula e continuidade dos estudos foram o cansaço cotidiano decorrentes do trabalho; afazeres domésticos e cuidados com família. Além disso, mostrou que os estudantes enfrentaram muitas dificuldades de aprendizagem durante o ensino remoto, no período pandêmico da COVID – 19, devido a falta de acompanhamento do professor, evidenciando a sua importância no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes em fase de alfabetização. Verificamos ainda que, os docentes da I Fase da EJA não receberam cursos de formação continuada para atuação na EJA no período correspondente.

Palavras – Chaves: EJA; Ensino Remoto; Histórias de vida.

ABSTRACT

Youth and Adult Education (EJA) is a teaching modality made up of students who, for some reason, were prevented from accessing school at the appropriate age, facing many difficulties throughout their lives, and who at some point return to the classrooms seeking for better opportunities in the labor market and for the rescue of citizenship. Starting from the following questions: What are your motivations when enrolling in EJA? What are the main difficulties in staying in the classroom and completing your studies? What stories and experiences do they bring with them? That through this, we seek to know the reality of students in the first phase of EJA at José Pedroso de Deus school, in the municipality of Ipameri-Goiás, and understand how access to education can contribute to the citizenship emancipation of these subjects. This is a qualitative study, developed from the bibliographical review and the analysis of interviews, presenting life history as a methodology. The study showed that the classes of the I Phase of EJA, from 2020 - 2022, in the investigated school context, are diverse in terms of student profile, consisting mainly of women and students over 40 years old. Among the main motivations presented by them to resume their studies, the desire to learn to read and write, and the search for better jobs in the job market, stand out. The main obstacles faced for staying in the classroom and continuing with studies were daily fatigue resulting from work; household chores and family care. In addition, it showed that students faced many learning difficulties during remote teaching, in the pandemic period of COVID - 19, due to the lack of teacher monitoring, highlighting its importance in the teaching-learning process of students in the literacy phase. We also verified that the teachers of the I Phase of EJA did not receive continuing education courses to work in EJA in the corresponding period.

Keywords: EJA; Remote Learning; Life Stories.

LISTA DE SIGLAS

ABC - Cruzada de Ação Básica Cristã

BNCC – Base Nacional Curricular Comum

CBE – Câmara de Educação Básica

CEAA - Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNEA - Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo

CNER - Campanha Nacional de Educação Rural

EDUCAR - Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ENCC - Exame Nacional de Certificação de Competências

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FNEP – Fundo Nacional do Ensino Primário

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

PBA – Plano Brasileiro de Alfabetização

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PLANFOR - Plano Nacional de Formação do Trabalhador

PNAC – Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNE – Plano Nacional de Educação

PNERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica

PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens

SEDUC – Secretaria de Educação do Estado de Goiás

SIGE – Sistema de Gestão Escolar

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESC – Serviço Social do Comércio

SME – Secretaria Municipal de Educação

TDIC – Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Grade Curricular da EJA

Quadro 2 – Instituições de Ensino EJA

Quadro 3 - Demonstrativo de Alunos Matriculados 2020-2022

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Perfil (Idade e Gênero)

Gráfico 2 - Divisão de Gênero

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Turma Multisseriada de 2022

Figura 2 – Estudante Edite

Figura 3 – Estudante Almiron

Figura 4 – Aplicação do Jogo “Responda, se puder!”

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
1.1. METODOLOGIA	22
1.1.1 O percurso metodológico.....	24
1.2. CONHECENDO A ESCOLA MUNICIPAL DE JOVENS E ADULTOS JOSÉ PEDROSO DE DEUS.....	25
2. CAPÍTULO I – UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DE ADULTOS NO BRASIL.....	28
2.1. PERCURSO DA EDUCAÇÃO DE ADULTOS NO BRASIL	31
2.2. ASPECTOS DA EDUCAÇÃO DE ADULTOS APÓS A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	38
2.3. CONTEXTUALIZANDO A EJA NO MUNICÍPIO DE IPAMERI-GO.....	46
3. CAPÍTULO II – DESAFIOS E PERSPECTIVAS DOS TRABALHADORES – ESTUDANTES DA I FASE DA EJA	49
3.1. O PERFIL DOS ESTUDANTES DA EJA NO BRASIL	56
3.2. AS HISTÓRIAS DE VIDA DOS TRABALHADORES-ESTUDANTES NA ESCOLA MUNICIPAL DE JOVENS E ADULTOS JOSÉ PEDROSO DE DEUS	61
3.3. IMPACTOS DO ENSINO REMOTO NO PROCESSO DE ENSINO – APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES DA EJA.....	75
4. CAPÍTULO III – A IMPORTÂNCIA DA MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	80
4.1. A URGÊNCIA DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA A MODALIDADE DA EJA	87
5. PRODUTO EDUCACIONAL	91
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS.....	101
ANEXO	112
ANEXO 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	112

1. INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) caracteriza-se como uma modalidade de ensino destinada ao público que não teve acesso à educação formal na idade apropriada. Tem por objetivo promover a inclusão social e aumentar o acesso de jovens e adultos à educação. Essa modalidade de ensino emerge de lacunas do sistema educacional regular (processo de escolarização) e compreende um conjunto muito diverso de processos e práticas formais e informais relacionadas à aquisição ou ampliação de conhecimentos básicos, de competências técnicas e profissionais ou de habilidades socioculturais.

A história da EJA no Brasil sempre foi marcada por muitas lutas para alcançar o direito de todos à educação. Quando refletimos sobre as práticas pedagógicas nessa modalidade de ensino, inicialmente vem à mente o ato da alfabetização fortemente atrelada as práticas autoritárias e verticalizadas. No entanto, após décadas de desdobramentos sobre as políticas públicas educacionais tem-se vislumbrado um maior empenho na politização do conhecimento e dos saberes desse público.

Conforme destacam Gadotti (1980) e Caldart (2004), a população brasileira vivenciou um período de repressões, lutas e resistência, em busca do retorno à democracia e fim das perseguições políticas nas décadas de 1970 e 1980. Com isso muitos movimentos sociais se mobilizaram, influenciando a Educação Popular. Essa mobilização coletiva levou à emergência de novos sujeitos sociais, bem como uma nova forma de expressar e reivindicar dos trabalhadores. Desse modo, as denominadas Educação de Base, Educação de Adultos dentre outras, passaram a integrar a Educação Popular (CALDART, 2004).

De acordo com Conceição Paludo (2015) a concepção de educação popular é construída através dos processos de luta das classes populares¹, como uma prática educativa que vincula a política e educação, objetivando contribuir para a construção de processos de resistência que levem à emancipação humana. Dessa forma, a

¹ Classes populares correspondem à diversidade das frações de classe de pessoas e grupos que, na organização social capitalista, possuem vínculo forte de subalternidade com a forma organizativa da sociedade e, por isso mesmo, condições precarizadas de reprodução da vida em todas as suas dimensões.

Educação popular é a que, substantivamente democrática, jamais separa do ensino dos conteúdos o desvelamento da realidade. É a que estimula a presença organizada das classes sociais populares na luta em favor da transformação democrática da sociedade, no sentido da superação das injustiças sociais [...] critica também a natureza autoritária e exploradora do capitalismo (FREIRE, 2007, p. 103-105).

No processo histórico da educação brasileira destinada a jovens e adultos, a que se destaca é a proposta por Paulo Freire, sendo a educação freiriana, oriunda da Educação Popular, fomentada pelos trabalhadores, sindicatos e organizações civis e religiosas, defendida como o meio mais eficiente de se pensar e fazer EJA (BRANDÃO, 2002).

Logo, a educação deve ser compreendida como um direito de todos e dever do Estado, não apenas como direito, mas como um bem primordial à preservação da vida, de uma vida digna. Cabendo ao Estado assegurá-la, para o cumprimento de sua obrigação de proporcionar o bem-estar de todos, sendo a educação um dos principais atributos da cidadania.

Ao refletirmos a educação numa perspectiva freiriana, observamos a relevância da história dos seres humanos: suas experiências, suas vivências, sua bagagem cultural e de vida, que o constituem. O método freiriano de educação, bem como a própria educação de jovens e adultos estabelece laços estreitos com a educação popular, conforme Erlando Rêses et al. (2018):

[...] na EJA, dada sua essência vinculada à da educação popular, há uma cultura em comum, contra-hegemônica, mantida e dinamizada pelos “de baixo”, capaz de contribuir com esse processo complexo de transformações no qual a práxis revolucionária é essencial (RÊSES et al., 2018, p. 98).

Nesse contexto, a educação popular exerce um papel fundamental com destaque para a metodologia freiriana, pois, “A educação popular levou para a escola, o compromisso de desenvolver as questões éticas, políticas e intelectuais” (SILVA, 2017, p.72).

Logo, as condições de vida dos estudantes tornam-se o cerne das preocupações e ponderações, de modo que passam a ser problematizadas suas vivências cotidianas na busca por caminhos que superem as situações de opressão sofridas. O estudante é visto como alguém que possui uma história, e a partir dessa perspectiva pode modificá-la:

Os alunos que chegam à escola são sujeitos socioculturais com um saber, uma cultura e também com um projeto, mais amplo ou mais restrito, mais ou menos consciente, mas sempre existente, fruto das

experiências vivenciadas dentro do campo de possibilidades de cada um. A escola é parte do projeto dos alunos (DAYRELL, 2001, p. 144).

Dessa forma, a relação entre a EJA e a sociedade é remodelada: os estudantes são levados a participarem do processo de ensino-aprendizagem como co-participadores sociais, na qual tão importante quanto o aprendizado das disciplinas é o acesso ao conhecimento político-social. Esse modelo de ensino ocorreu dentro e fora das instituições escolares, sendo, contudo, a escola o local de fomento à produção e valorização cultural, tecnológica, e das ciências em geral.

A EJA que antes priorizava os interesses do capital e do desenvolvimento industrial, ganha prospecção no cenário nacional quanto à busca pela construção de uma educação mais reflexiva, voltada aos estudantes das classes trabalhadoras. Uma das mudanças em relação ao método tradicional é que na educação Popular é fundamental valorizar as situações individualizadas, estabelecendo vínculos de cooperação, auxiliando e respeitando os estudantes, ouvindo suas expectativas com intuito de estimular-lhes a autonomia, em uma constante busca pela emancipação (SILVA, VASCONCELOS, 2017).

Para os autores, a educação na atualidade, ainda não alcançou as propostas defendidas por Paulo Freire e respaldadas pela educação popular. Porém, nas escolas públicas, a educação popular continua a ser um projeto a ser alcançado, em constante construção, em que assumiu um caráter de conscientização dos sujeitos:

O significado de popular assim implica em abertura às diferenças sociais dos diversos grupos humanos, por meio das lutas de populares, como os trabalhadores urbanos e rurais, os desempregados, os subempregados, os sem moradia, os boias-frias, os camponeses e por consequente, os “Sem-Terra”; todos unidos na mesma categoria de oprimidos e excluídos. Assim os movimentos da classe trabalhadora, associados à luta de diversos educadores, com destaque para Paulo Freire, dimensionaram a EJA, e criaram os moldes metodológicos para esta modalidade de ensino (SILVA, 2017, p. 70).

Juarez Dayrell (1996) coaduna com o pensamento freiriano de que a escola deve contribuir para a compreensão de que o mundo é transformável e os direitos contra a opressão são conquistados através das lutas coletivas. Assim, o ambiente escolar exerce um papel extremamente importante na formação dos sujeitos, em suas individualidades, nas relações construídas e no próprio processo de aprendizagem.

Nesse contexto, a EJA tem sido um espaço formativo de procura para jovens e adultos trabalhadores que não tiveram as condições necessárias básicas para frequentar e/ou concluir a Educação Básica no tempo regular. Um estigma social foi criado entorno desta modalidade de ensino, associando os estudantes da EJA a grupos marginalizados, incapazes de se integrarem a diferentes ambientes devido a sua baixa escolaridade e, em muitos casos, condição social desfavorecida (FRIEDRICH et al., 2010).

Por isso, além do diploma, os estudantes desta modalidade buscam conhecimentos e habilidades que aumentem as suas oportunidades de qualificação para o trabalho e os permitam alcançar outros estratos da vida social. Os estudantes da EJA possuem suas especificidades: são jovens e adultos trabalhadores que precisam transpor inúmeras dificuldades para dar continuidade aos estudos e terem acesso à alfabetização e ao conhecimento. Entre elas precisam superar suas condições precárias de vida (moradia, saúde, alimentação, transporte, emprego etc.) que contribuem para acentuar os índices de analfabetismo (GADOTTI, 2005). O desemprego, os baixos salários e as más condições de vida também comprometem o processo de alfabetização desses sujeitos.

Portanto, cabe a escola assegurar o direito à leitura e à escrita. Enquanto educadores, é nosso papel refletir sobre o que significa para os estudantes da EJA ler e escrever, o acesso à cultura letrada está além das suas necessidades de qualificação para o mercado de trabalho, até porque, como explica Chiène (2010, p. 132), por meio da escrita “o indivíduo dá, de certa forma, uma substância ao seu ser”. Desse modo, apropriar-se da cultura escrita é um direito de todos, a privação desse direito leva a uma marginalização dos sujeitos.

Para esses estudantes o acesso a leitura e a escrita é uma forma de lutar contra desigualdades sociais, trazer sonhos e esperança àqueles que se encontram à margem da sociedade; fora do mercado de trabalho ou em condições de vulnerabilidade social. Por isso, ao refletirmos sobre o direito à educação desses sujeitos, a demanda latente para o exercício desse direito é a possibilidade de alfabetização.

Conforme destaca Freire (1996), a leitura é responsável por contribuir de forma expressiva na formação do indivíduo, possibilitando-lhe conhecer a realidade, descortinando o cotidiano, além de ampliar a sua visão de mundo e

de si mesmo. Porém, a alfabetização não se limita à repetição de palavras ou a restrição ao aprender a pensá-las em seu significado abstrato, por outro lado, ela “[...] coloca o alfabetizando em condições de poder re-existenciar criticamente as palavras de seu mundo, para, na oportunidade devida, saber e poder dizer a sua palavra” (FREIRE, 1987, p. 7). Assim,

[...] ao objetivar seu mundo, o alfabetizando nele reencontra-se com os outros e nos outros, companheiros de seu pequeno “círculo de cultura”. Encontram-se e reencontram-se todos no mesmo mundo comum e, da coincidência das intenções que o objetivam, ex-surge a comunicação, o diálogo que critica e promove os participantes do círculo. Assim, juntos, re-criam criticamente o seu mundo: o que antes os absorvia, agora podem ver ao revés. No círculo de cultura, a rigor, não se ensina, aprende-se em “reciprocidade de consciências” (FREIRE, 1987, p. 5).

Embora o autor não apresente o conceito de educação popular na *Pedagogia do oprimido*, ele nos ajuda a compreender o seu significado, ao explicar que as origens de sua reflexão não são apenas embasamentos teóricos ou relatos de práticas educativas (STRECK; ROSA, 2019). Por outro lado, reflete sobre as situações concretas que vivenciou junto aos proletários; camponeses e urbanos; homens de classe média, acerca de uma proposta coletiva de libertação, e essa proposta é, em si, o que compreendemos por educação popular.

Com relação à alfabetização na Educação de Jovens e Adultos, Josso (2010, p. 63) destaca que ela deve se caracterizar “por uma pedagogia que tem como objetivo ‘aprender a aprender’ atrelada à reflexão sobre as experiências formadoras que marcam a história da vida. Por meio dela os estudantes podem contar sua história, isto é, “biografar-se, existenciar-se, historicizar-se” (FREIRE, 1987, p.5). Portanto, as histórias de vida dos estudantes são peça chave para conhecê-los, além de incentivá-los a refletir sobre o passado, presente e projetar o futuro.

Os sujeitos da EJA são seres humanos, portanto, incompletos que estão em constante transformação, sendo diretamente influenciados pelo meio no qual estão inseridos e a realidade que os cerca, daí a importância do acesso à educação na EJA para esses estudantes. Por meio dela, existe a possibilidade de se minimizar a exclusão desses sujeitos que precisaram transpor inúmeras adversidades para voltarem à sala de aula.

Provavelmente o maior desafio encontrado pelos estudantes que

reingressaram na EJA, não está no ato da matrícula, nem na sua reinserção ao ambiente escolar, mas sim, em sua permanência, uma vez que a maioria desses estudantes precisam trabalhar durante o dia, seja no lar, como muitas mulheres mães e donas de casa, ou em um ambiente externo, e ainda estudar à noite, são os trabalhadores-estudantes de quem nos fala Arroyo (2017).

Para Oliveira (2015, p. 20), a tentativa de “voltar a sala de aula para essas pessoas têm um símbolo de recuperar um direito fundamental de cidadão: o direito à plena educação”. Assim, entendemos que “voltar para escola” se relaciona muito mais do que aprender a ler ou a escrever ou ser alfabetizado, mas, também com apreender a utilizar os conhecimentos aprendidos na escola, no cotidiano e na vida.

A partir da percepção da relevância das histórias de vida dos sujeitos, das suas vivências e experiências cotidianas no processo de ensino-aprendizagem e no acesso à cultura escrita na EJA é que interessa-nos conhecer quem são esses trabalhadores-estudantes da Escola Municipal de Jovens e Adultos José Pedroso de Deus em Ipameri-GO.

1.1 METODOLOGIA

O *lôcus* dessa pesquisa foi a Escola Municipal de Jovens e Adultos José Pedroso de Deus, e tem como foco os estudantes da I fase da EJA entre os anos de 2020-2022. Esse estudo está amparado e aprovado pelo CAAE nº 55493622.0.0000.0164 do Comitê de Ética da Universidade Federal de Catalão e parte dos seguintes questionamentos: Quais são as motivações ao se matricular na EJA? Quais são as principais dificuldades para se manterem na sala de aula e concluírem seus estudos? Que histórias e vivências trazem consigo? Portanto, por meio das histórias de vida desses sujeitos, tem como proposta principal conhecer a realidade dos estudantes da primeira fase da EJA da Escola José Pedroso de Deus, e, compreender de que maneira o acesso à educação pode contribuir para a emancipação cidadã.

Este estudo apresenta como metodologia a história de vida. Segundo Silva et al. (2007), o método da história de vida tem como principal característica, a preocupação com o vínculo entre o pesquisador e sujeito pesquisado. Na relação de cumplicidade estabelecida entre sujeitos e pesquisadores encontra-

se a possibilidade daquele que narra sua história experimentar uma resignificação de sua trajetória, ao mesmo tempo em que consolida um sentido frente ao relato apresentado (NOGUEIRA, 2004).

Já para Hanguette (1992) e Gaulejac (2005) o método faz parte da abordagem biográfica e relaciona duas perspectivas metodológicas: servindo como documento ou para captação de dados, tendo como principal objetivo oferecer o acesso a uma realidade que ultrapassa o narrador. Ou seja, por meio da história de vida contada à maneira do sujeito, temos a possibilidade de compreender o universo do qual ele faz parte, o que nos permite ainda conhecer a relação permanente e simultânea com os fatos sociais (BARROS; SILVA, 2002).

É uma tentativa de oferecer escuta e, “de dar voz àqueles cujo discurso foi calado ou teve pouca influência no discurso dominante” (PARANÁ, 1996, p. 317). Nesse sentido, que nos apropriamos desse método, por acreditar que falar de si, ao retratar suas memórias da infância e adolescência, da época de seu primeiro contato com a escola, mas também ao narrar suas trajetórias da vida adulta, com as dificuldades e desafios transpostos, perspectivas e sonhos a serem alcançados, os trabalhadores-estudantes da EJA da escola pesquisada tem a oportunidade de resignificar a sua existência e se apoderar dos sentidos que a educação; o acesso à leitura e escrita no seu sentido mais amplo lhes imprime.

Trata-se de um estudo de caráter qualitativo, que através da revisão bibliográfica e da análise das entrevistas busca atender aos seguintes objetivos específicos:

- Apresentar os impactos da educação para a vida (profissional; familiar; pessoal) dos estudantes da primeira fase da EJA;
- Identificar os motivos que impediram/afastaram os estudantes na idade convencional da sala de aula; bem como os motivos que os incentivaram a estudar/retomar os estudos;
- Ofertar um produto educacional para o auxílio da leitura e escrita.

Minha motivação pessoal para pesquisar sobre as vivências dos estudantes da EJA, se deu a partir da minha própria trajetória como educadora.

Sempre trabalhei no ensino regular, desde o início da minha carreira(1999) e, a Educação de Jovens e Adultos era uma modalidade desconhecida por mim.

Durante a pandemia com as adversidades enfrentadas para a realização do ensino remoto no contexto escolar em que atuo, comecei a me questionar como seria a experiência para os estudantes da EJA, supondo algumas das dificuldades inerentes à modalidade, como: dificuldade de manuseio das ferramentas tecnológicas pelos estudantes com idade mais avançada, falta de acesso à conexão de internet de boa qualidade e dificuldades para realização das atividades sem o auxílio do professor.

Diante disso, que surgiu o interesse para conhecer e compreender os caminhos percorridos por esses sujeitos durante o ensino remoto.

1.1.1 O percurso metodológico

Minha ida a campo aconteceu no início de 2022, primeiramente fui à Secretaria Municipal de Educação (SME), onde apresentei os objetivos da pesquisa e pedi autorização para assistir às aulas da I fase da EJA, na Escola Municipal de Jovens e Adultos José Pedroso de Deus. Fui muito bem recebida pela diretora e equipe escolar que se colocaram à disposição para o fornecimento da documentação dos estudantes (dados de alunos matriculados, desistência, quantidade de alunos por turma, entre outros) para coleta de dados e futuras necessidades. Os dados foram retirados da planilha de movimentação de alunos no Sistema de Gestão Escolar (SIGE), um programa informatizado criado pela Secretaria de Educação do Estado de Goiás (SEDUC).

Num primeiro momento foi bastante tranquilo minha presença em sala, me apresentei aos estudantes, sobre a pesquisa e falei um pouco da importância que teria para mim, enquanto professora, mas principalmente como aluna, conhecer um pouco do cotidiano de suas vidas na escola e fora dela. Eles se mostraram receptivos e não houve nenhum contra-tempo ou incômodo com minha presença em sala. Pelo contrário, quando eu não podia ir, eles sempre me questionavam o motivo de minha ausência e que haviam sentido minha falta em sala, o que demonstrava a cada dia que passava que estávamos criando o vínculo entre pesquisador e sujeitos pesquisados do qual nos lembra Silva et al.

(2017) e Nogueira (2004). Minhas idas à escola se deram de uma a duas vezes por semana, em dias alternados, entre os meses de fevereiro a dezembro de 2022, de modo que pude acompanhar as atividades no primeiro e segundo semestre na turma de alfabetização da Fase I.

Para a realização das entrevistas gravadas fiz o convite à turma, explicando como seria e quais tipos de perguntas lhes seriam feitas, para que se sentissem ou não à vontade em participar. Após a explanação os alunos que demonstraram interesse em participar foram todos incluídos na pesquisa. As entrevistas foram realizadas nos meses de novembro e dezembro de 2022, e ao todo, cinco alunos foram entrevistados. As entrevista seguiu um roteiro semiestruturado de quinze perguntas que foram realizadas de modo linear.

Foi um momento enriquecedor, onde pude conhecer um pouco sobre suas vidas, em conversas fluidas, em sua maioria, que permitiram o acesso às informações e dados apresentados na seção II deste estudo. Para Becker (1999, p.109) uma das maiores contribuições do método da história de vida “é que nenhuma outra técnica, exceto, talvez, a observação participante, pode dar um sentido à superexplorada noção de processo”. Nesse caso, lançamos mão das duas metodologias, pois , as vivências em sala de aula contribuíram para esse momento, pois quando fomos realizar as entrevistas, os alunos se mostraram familiarizados, o que possivelmente tenha proporcionado uma maior facilidade ao processo de escuta.

1.2 CONHECENDO A ESCOLA MUNICIPAL DE JOVENS E ADULTOS JOSÉ PEDROSO DE DEUS

A Escola Municipal de Educação de Jovens e Adultos José Pedroso de Deus, localiza-se no Município de Ipameri, Estado de Goiás, e oferece o Ensino Fundamental I e II - EJA, funcionando em um prédio emprestado no turno noturno. O Nome “José Pedroso de Deus” foi escolhido em homenagem ao educador José Pedroso de Deus, que, em sua jornada de vida, sempre esteve ligado ao ensino.

No ano de 2002 a Educação de Jovens e Adultos foi regularizada no município, e nos anos de 2005 - 2006 recebeu uma verba específica para poder melhorar suas condições de funcionamento, adquirindo materiais adequados

para o ensino da EJA. Porém, a instituição só começou a ganhar recursos próprios para se manter (PDDE e Merenda Escolar) a partir do ano de 2010, com a promulgação da Lei Municipal nº 2.750 (BRASIL, 2017). É mantida pelo Poder Público Municipal e administrada pela Secretaria Municipal de Educação nos termos da Lei 2.750 de 08/06/2010 do Poder Público Municipal, de acordo com a legislação pertinente e normas do ensino em vigor (Regimento Escolar, 2020).

O ensino fundamental – EJA – 1º e 2º segmentos são organizados em períodos e tem duração de quatro anos e seis meses, semestralmente, onde o segmento I corresponde do 1º ao 5º ano do Ensino Regular (séries iniciais do Ensino Fundamental) e o segmento II, corresponde do 6º ao 9º ano do Ensino Regular (séries finais do Ensino Fundamental).

São aulas presenciais e os estudantes precisam ter quinze anos, para o Ensino Fundamental, e dezoito anos para o Ensino Médio - de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, do Conselho Nacional de Educação, aprovada pelo Parecer CNE/CEB nº. 11/2000, por meio da Resolução nº. 3, de 15 de junho de 2010, que definiu o ingresso na EJA de pessoas com quinze anos para o os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, e de dezoito anos para o Ensino Médio. Com no mínimo 100 (cem) dias letivos e 400 (quatrocentas) horas para o 1º segmento; e 480 (quatrocentas e oitenta) horas para o 2º segmento; de efetivo trabalho escolar na sala de aula com quatro horas diárias, de segunda a sexta-feira, oportunizando aos alunos que frequentam esta modalidade de ensino, o acesso a escola e o direito de conclusão dos estudos.

No prédio cedido para o funcionamento da escola, funciona no período matutino e vespertino, o Centro Municipal de Ensino e Treinamento João Marcelino. Neste prédio, há dezoito salas para atendimento dos alunos e equipe gestora, incluindo sala de informática e biblioteca mas, somente oito destas salas são emprestadas para ao funcionamento da EJA sendo, quatro salas de aulas para o funcionamento da EJA fase II, duas salas de aula para a EJA fase I, uma sala para os professores (são dez professores). E uma secretaria que mede 2,7 x 2,4 metros, metragem suficiente para apenas o material de expediente mínimo necessário para o funcionamento da escola.

Observamos a necessidade de estudos que investiguem a realidade cotidiana escolar dos seus estudantes em diversos contextos, com intuito de compreender como o ensino vem sendo concebido, para além das necessidades

que atendam ao mercado de trabalho, mas priorizando a formação da cidadania desses sujeitos ipamerinos que analisamos aspectos próprios e peculiares das salas de aula contemplados nas vivências desses estudantes como: o trabalho; formação familiar; motivações; desafios enfrentados; sonhos e perspectivas proporcionados por meio do acesso à educação na modalidade da EJA.

Este estudo está organizado em quatro seções: a primeira é a Introdução; Na segunda intitulada *Uma Breve Contextualização Histórica da Educação de Adultos no Brasil*, apresentamos de modo sucinto o processo histórico da Educação de Jovens e Adultos no sistema educacional brasileiro; Na terceira seção *Desafios e Perspectivas do Trabalhadores-Estudantes da I Fase da EJA*, apresentamos as histórias de vida dos sujeitos investigados, bem como o universo no qual estão inseridos com suas relações pessoais, familiares, de trabalho, as dificuldades enfrentadas no percurso escolar; suas principais motivações para o retorno à sala de aula; perspectivas e sonhos; Na quarta seção: *A Importância da Mediação Pedagógica na Educação de Jovens e Adultos*, em que refletimos sobre o papel do educador na modalidade da EJA; a relevância de sua presença humanizadora no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes e a urgência de formação docente para a educação de jovens e adultos desde a formação inicial, estendendo-se às ações formativas no decorrer da carreira profissional; apresentação do produto educacional; e por fim, traçamos algumas considerações finais sobre o trabalho de pesquisa aqui realizado.

2. CAPÍTULO I – UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DE ADULTOS NO BRASIL

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino, da Educação Básica, da rede pública de ensino, que vem assegurar o direito à educação ao indivíduo, que por algum motivo teve o seu direito negado em uma determinada fase da vida (infância e/ou adolescência). É uma oportunidade que ele tem em alfabetizar-se e letrar-se, e resgatar o direito que lhe fora negado.

No art. 2º, da Resolução nº: 01/2021, que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), apresenta-se como o principal objetivo possibilitar o acesso, a permanência e a continuidade dos estudos de todas as pessoas que não iniciaram ou interromperam o seu processo educativo escolar. Desse modo, fica instituído que a oferta da modalidade da EJA poderá se dar das seguintes formas:

I – Educação de Jovens e Adultos presencial;

II – Educação de Jovens e Adultos na modalidade Educação a Distância (EJA/EAD);

III – Educação de Jovens e Adultos articulada à Educação Profissional, em cursos de qualificação profissional ou de Formação Técnica de Nível Médio; e

IV – Educação de Jovens e Adultos com ênfase na Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida (BRASIL, 2021).

A EJA está organizada em módulos (ou semestres), em segmentos ou etapas, que possibilitam uma maior flexibilização do tempo para o cumprimento da carga horária exigida; de forma que para cada segmento há uma correspondência às etapas da Educação Básica com carga horária específica. Desse modo, fica determinado que

Art. 3. I – para os anos iniciais do Ensino Fundamental, que tem como objetivo a alfabetização inicial e uma qualificação profissional inicial, a carga horária será definida pelos sistemas de ensino, devendo assegurar pelo menos 150 (cento e cinquenta) horas para contemplar os componentes essenciais da alfabetização e 150 (cento e cinquenta) horas para o ensino de noções básicas de matemática;

Art. 9. O 1º segmento da EJA, correspondente aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, deverá ser ofertado na forma presencial, podendo ser:

I – sem articulação com uma qualificação profissional, compreendendo apenas formação geral básica, sendo a carga horária total estabelecida pelos sistemas de ensino, assegurando o tempo mínimo de 150 (cento

e cinquenta) horas para contemplar todos os componentes essenciais da alfabetização, e de 150 (cento e cinquenta) horas para o ensino de noções básicas de matemática; e

II – em articulação com uma qualificação profissional, sendo a carga horária da formação geral básica estabelecida pelos sistemas de ensino, acrescida da carga horária mínima para a qualificação profissional de 160 (cento e sessenta) horas das diversas propostas de Formação Inicial e Continuada (FIC) (BRASIL, 2021, p. 2-5).

Até na década de 90, a EJA era conhecida como supletivo. No presente momento, o programa é dividido abrangendo etapas do ensino fundamental ao médio, a saber:

- EJA Ensino Fundamental: destinada a jovens a partir de 15 anos que não completaram a etapa entre o 1º e o 9º ano. Tem duração média de 2 anos para a conclusão, e, devem proporcionar aos estudantes as seguintes competências em sua grade curricular:

Art. 13. Os currículos dos cursos da EJA, independente de segmento e forma de oferta, deverão garantir, na sua parte relativa à formação geral básica, os direitos e objetivos de aprendizagem, expressos em competências e habilidades nos termos da Política Nacional de Alfabetização (PNA) e da BNCC, tendo como ênfase o desenvolvimento dos componentes essenciais para o ensino da leitura e da escrita, assim como das competências gerais e as competências/habilidades relacionadas à Língua Portuguesa, Matemática e Inclusão Digital (BRASIL, 2021, p. 6).

- EJA Ensino Médio: destinada a alunos maiores de 18 anos que não completaram o Ensino Médio. Ao concluir essa etapa, o aluno está preparado para realizar provas de vestibular e Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), para ingressar em universidades. O tempo médio de conclusão é de 18 meses. As disciplinas da Educação Jovens e Adultos estão de acordo com a Base Nacional Comum Curricular, que define aprendizagens necessárias para o desenvolvimento do aluno na Educação Básica do país. Essas áreas do conhecimento foram estabelecidas a partir do currículo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), conforme o quadro abaixo:

Quadro 1 - Grade Curricular EJA

ENSINO FUNDAMENTAL

ENSINO MÉDIO

Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Artes, Educação Física e Redação	Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e Redação
Matemática	Matemática e suas Tecnologias;
História e Geografia	Ciências Humanas e suas Tecnologias
Ciências Naturais	Ciências da Natureza e suas Tecnologias

Fonte: Brasil (2022)

Ao pesquisar sobre a modalidade da EJA é fundamental considerarmos que o público que adentra a sala de aula é diverso; e que estão inseridos em realidades adversas. Portanto, não há uma homogeneidade, cada um possui suas raízes culturais; percursos de vidas diferenciados e carregam consigo inúmeras marcas de exclusão. São jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso à cultura escrita, gerando perdas imensuráveis no exercício da cidadania e na vida cotidiana. Com base nessa perspectiva é que pensamos a modalidade da EJA como uma proposta política, cuja principal finalidade é resolver os problemas educacionais decorrentes de falhas no sistema regular de ensino que se perpetuam ao longo dos anos. Com ela a taxa de analfabetismo tende a ser reduzida, possibilitando melhores condições de vida aos sujeitos excluídos pelo sistema.

De acordo com Lima e Melo (2019) durante muito tempo o sistema educacional brasileiro restringiu o acesso à educação a uma pequena parcela da população, sendo necessário, com o passar do tempo, desenvolver políticas que evidenciassem a necessidade e garantissem a educação como direito de todos e dever do estado. Conforme estabelecido no art. 205 e 206 da Constituição Federal:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (BRASIL, 1988, s/p.).

Assim, a educação e o conhecimento são cruciais para a promoção do

desenvolvimento humano. O direito à educação básica é considerado um direito humano fundamental à todos, incluindo aqueles que tiveram o acesso negado em algum momento da infância ou adolescência, como forma de reparação. Logo, a educação deve ser compreendida como um direito de todos e dever do Estado, não apenas como direito, mas como um bem primordial à preservação da vida, de uma vida digna. Cabendo ao Estado assegurá-la, para o cumprimento de sua obrigação de proporcionar o bem-estar de todos, sendo a educação um dos principais atributos da cidadania. Para compreender a situação da EJA atualmente, tanto teórica quanto prática, pensamos ser necessário conhecer sua trajetória, desde os primórdios, fazendo uma contextualização geral até a atualidade, alcançando o sistema de ensino de educação de jovens e adultos de Ipameri-GO.

2.1. PERCURSO DA EDUCAÇÃO DE ADULTOS NO BRASIL

A partir do final da década de 1920 houve um crescimento industrial na produção de bens de consumo como roupas, sapatos, bebidas e fumo. Porém, foi a partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que grupos multinacionais se instalaram no Brasil e a economia brasileira alavancou. Com isso grandes transformações sociais ocorreram relacionadas aos processos de industrialização e à concentração populacional em centros urbanos como: alterações no modo de vida e padrões de consumo da sociedade relacionadas ao deslocamento do fluxo migratório da população dos campos para a cidade; aumento da produtividade; mudança nas relações de trabalho entre outras mudanças (BAER, 2003).

Com elas aumentou a demanda por mão de obra para atender o mercado industrial, o que exigia uma formação educacional mínima para a toda a população, colocando em evidencia os altos índices de analfabetismos brasileiros da época (PEDROSO, 2018; LIMA; MELO, 2019). Para suprir essa demanda houve no período da Era Vargas² (1930-1945) a criação de diversas

² Era Vargas é a fase da história brasileira em que Getúlio Vargas governou o país de 1930 a 1945. Foi forçado a renunciar à presidência após um ultimato dos militares. Era Vargas foi um período iniciado em 1930, logo após a Revolução de 1930, e finalizado em 1945 com a deposição de Getúlio Vargas.

escolas para a população adulta, com o intuito de alfabetizar a maior quantidade possível de cidadãos brasileiros.

A criação do Plano Nacional de Educação (PNE), instituído na Constituição de 1934, que garantiu como direito constitucional, o dever do Estado em fornecer o ensino primário integral, gratuito, de frequência obrigatória e extensiva para adultos que ainda não tivessem cursado o ensino regular foi considerado um marco para a Educação de Adultos durante esse período (FRIEDRICH *et al.*, 2010). O PNE estabeleceu medidas de extrema importância para a educação, nela eram discriminadas:

as esferas de competências da União, dos estados e municípios em matéria educacional: vinculou constitucionalmente uma receita para a manutenção e o desenvolvimento do ensino; reafirmou o direito de todos e o dever do Estado para com a educação; estabeleceu uma série de medidas que vieram confirmar este movimento de entregar e cobrar do setor público a responsabilidade pela manutenção e pelo desenvolvimento da educação (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 110).

No entanto, tais medidas articuladas pelo governo eram limitadas à tentativa de alfabetização desses sujeitos, ações denominadas de “Fábrica de Leitores” (FRIEDRICH *et al.*, 2010). Para Lima e Melo (2019) já era sabido que apenas o ensino básico não seria suficiente para resolver as falhas educacionais presentes no sistema brasileiro de ensino. Assim, a alfabetização de adultos era apenas o início de estratégias mais amplas, que promovessem de fato as transformações sociais necessárias.

Na década de 1940 avanços significativos foram alcançados com relação à Educação de Adultos no Brasil. Entre eles, em 1942, foi regulamentado o Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP), que passou a disponibilizar 25% de seus recursos para o ensino de adultos analfabetos, possibilitando a oportunidade de aumentar o alcance da educação no país. Conforme destaca Friedrich *et al.* (2010), essa conquista foi resultado da criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), inaugurado em 1937, sendo denominado inicialmente como Instituto Nacional de Pedagogia, que foi desenvolvido pelo governo para identificar os problemas do ensino nacional e propor políticas públicas eficientes.

No ano de 1945 foi aprovado o decreto nº 19.513, tornando oficial a Educação de Adultos, reconhecendo-a como peça fundamental para elevar o nível escolar social (BEISIEGEL, 1982). Nesse contexto surge o sistema “S”, que

se caracterizava pela criação das escolas profissionalizantes: SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) e SESC (Serviço Social do Comércio), com intuito de gerar mão de obra “qualificada” para suprir as demandas da indústria, gerando riquezas para o país (COSTA, 2013).

Em 1947, durante o governo do presidente Dutra é realizada a 1ª Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), que tinha como principal objetivo a criação de programas nacionais para a Educação de Adultos. O governo pretendia com essas medidas melhorar as estatísticas nacionais frente à taxa de analfabetismo e preparar mão de obra, pois o país vivia um processo de crescente industrialização e urbanização. Ocorreu ainda nesse ano o I Congresso Nacional de Educação de Adultos, cujo tema “ser brasileiro é ser alfabetizado”, evidenciava a maior preocupação do país com relação à escolaridade da população brasileira (PAIVA, 1987).

Outros avanços consideráveis para o contexto da época foram a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) – 1952; a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA) – 1958; o II Congresso Nacional de Educação de Adultos – 1958. Muitas dessas medidas foram adotadas durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), que tinha como uma das metas principais a erradicação do analfabetismo. Em discurso durante a abertura do II Congresso Nacional de Educação de Adultos, o então presidente do país, Juscelino Kubitschek³, enfatiza suas perspectivas com relação à Educação de Adultos:

Cabe à educação dos adolescentes e adultos importante papel na solução dos problemas criados com o desenvolvimento econômico, suprindo, na medida do possível, as deficiências da rede de ensino primário, e, principalmente, dando preparo intensivo, imediato e prático aos que, ao se iniciarem na vida, se encontram desarmados dos instrumentos fundamentais que a sociedade moderna exige para completa integração nos seus quadros: a capacidade de ler e escrever, a iniciação profissional e técnica, bem como a compreensão dos valores espirituais, políticos e morais da cultura brasileira (Discurso do presidente Juscelino Kubitschek na instalação do II Congresso Nacional de Educação de Adultos, 1958, parágrafo 754).

³ Foi o presidente do Brasil entre os anos de 1956 e 1961. Apresentou um discurso desenvolvimentista e utilizou como *slogan* de campanha "50 anos em 5". Juscelino tornou-se reconhecido como o "pai do Brasil moderno". No entanto, houve também um significativo aumento da dívida pública interna, da dívida externa, e, segundo alguns críticos, seu mandato terminou com crescimento da inflação, aumento da concentração de renda e arrocho salarial.

Entretanto, esse momento de realização do II Congresso Nacional de Educação também permitiu que fossem colocadas em pauta e discutidas as condições do ensino ofertado até então para esse público. De acordo com os pesquisadores Almeida e Corso (2015), as principais críticas foram em relação ao material didático utilizado; o método de ensino; a qualificação dos professores e a precariedade dos prédios escolares onde eram ofertadas as aulas. Contudo, muitas dessas questões ainda não foram superadas, principalmente no que diz respeito a falta de formação continuada e capacitação para docentes da EJA e material didático adaptado ao contexto de vida desses sujeitos, é o que revela a maioria dos estudos recentes (VENTURA, 2021; PEDROSO, 2018; VIEGAS e MORAES, 2017).

Durante a apresentação e reflexão sobre as questões problemáticas apontadas, um grupo de educadores pernambucanos liderados pelo pensador e educador Paulo Freire, na tentativa de encontrar soluções alternativas, propôs a instituição de uma metodologia de educação baseada no diálogo, conscientizadora, na qual o ensino ofertado considerasse as peculiaridades das demandas socioculturais das camadas populares, sem negar a cultura e a vivência dos educandos.

Para o pensador o homem se educa mediatizado pela sociedade e pelo mundo “Se ao dizer palavras, ao chamar o mundo, os homens transformam, o diálogo impõe-se como caminho pelo qual os homens encontram seu significado enquanto homens; o diálogo é, pois, uma necessidade existencial.” (FREIRE, 2001, p. 82-83). Nesse sentido, a educação libertadora que nos propõe, coloca em reflexão a concepção que temos de educação, e, nos confronta com uma possibilidade de educação que “[...] está fundamentada sobre a criatividade e estimula uma ação e reflexão sobre a realidade...” (FREIRE, 2001, p. 81).

Para quem ato de ler e escrever vai muito além de decodificações, as bases da alfabetização freiriana ressalta a potencialidade da palavra, pois para o autor a palavra possui uma intenção, a de não ser uma “[...] palavra vazia ou perversa, oca ou inconsistente, astuta ou destruidora, mas a palavra certa, a palavra verdadeira” (FREIRE, 2015, p. 293). Pois, a palavra verdadeira restaura a beleza do que é profundamente humano, que são o amor e o cuidado com a vida. De tal modo, que ao se apoderar da palavra o leitor amplia sua visão de

mundo e da realidade que o cerca, caminhando em direção à uma vida mais digna.

Com base nessas discussões, foi abordado ainda nesse congresso a necessidade da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que deu base para a criação, em 1962, do Plano Nacional de Educação, (PNE), extinguindo, em 1963, todas as campanhas nacionais voltadas para Educação de Adultos, criadas até o momento. Entre os anos de 1959-1964 foi desenvolvido um novo panorama, com programas, campanhas e acontecimentos voltados para a Educação de Jovens e Adultos, dentre eles:

[...] o Movimento de Educação de Base, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, estabelecido em 1961, com o patrocínio do governo federal; o Movimento de Cultura Popular do Recife, a partir de 1961; os Centros Populares de Cultura, órgãos culturais da UNE; a Campanha de Pé no Chão Também se Aprender a Ler, da Secretaria Municipal de Educação de Natal; e, finalmente, em 1964, o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura, que contou com a presença do professor Paulo Freire (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 113).

Segundo Haddad e Di Pierro (2000), esses movimentos em prol da erradicação do analfabetismo e da formação para a cidadania, estavam alinhados à proposta pedagógica de Paulo Freire, que aos poucos foi conquistando espaço para implantar um modelo de alfabetização de adultos que colocava o foco no sentido da aprendizagem e deveria ser um ensino voltado para a vida dos alunos. Assim, o projeto pedagógico proposto por Freire nas palavras de Beisiegel (1982, p. 288)

[...] exprimia o compromisso com os ideais cristãos de promoção do homem à condição de sujeito e de realização das possibilidades humanas de aperfeiçoamento. Alongando-se ao plano da existência coletiva e à entidade maior em que esta existência se definia, tais intenções eram traduzidas em termos mais amplos, identificando-se, agora, com a defesa da democratização fundamental da sociedade e com a busca do desenvolvimento econômico e da auto-apropriação do ser nacional. Nas análises do educador, estas dimensões individuais e coletivas do projeto apresentavam-se intimamente associadas. A criação de condições para a superação da pobreza dos homens do povo confundia-se com o processo de desenvolvimento econômico, e este, por sua vez, pressupunha a conquista da autonomia nacional.

No entanto, com a instituição da Ditadura Civil Militar em 1964, todos esses avanços que estavam curso com relação à educação popular foram suprimidos permanecendo apenas o Movimento de Educação de Base, devido sua ligação com a Igreja Católica, porém, com muitas modificações para se

adequar a nova contextualização política. Com o retrocesso dos movimentos e programas a Educação de Adultos foi praticamente extinta, não recebendo mais a atenção que lhe vinha sendo direcionada. Desse modo

O golpe militar de 1964 produziu uma ruptura política em função da qual os movimentos de educação e cultura populares foram reprimidos, seus dirigentes, perseguidos, seus ideais, censurados. O Programa Nacional de Alfabetização foi interrompido e desmantelado, seus dirigentes, presos e os materiais apreendidos (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 113).

Conforme aponta Escobar (2007) as medidas adotadas durante o regime militar contribuíram para que as taxas de analfabetismo voltassem a subir, chegando a atingir 40% entre os anos de 1965-1967. Para Ventura (2001) a situação que se configurou era desfavorável para o cenário nacional, pois, acarretava em perda de investimento estrangeiro no país e em retirada do capital internacional da economia brasileira.

Com intuito de reverter esses índices de analfabetismo e suas consequências para o país no mandato do general Costa e Silva, período da Ditadura Civil Militar (1967-1969), foram apresentadas três propostas de combate ao analfabetismo: as cruzadas ABC; o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e a legitimação do Ensino Supletivo. A Cruzada de Ação Básica Cristã (ABC), que se tratava de um programa de alfabetização com caráter conservador serviu de maneira assistencialista aos interesses do regime civil militar, ganhando dimensão nacional, mas, devido à quantidade de críticas que sofreu foi extinto em 1968 (SANTOS, 2014).

Já o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) criado em 1967, pela Lei nº 5.379/67, durou quinze anos, com a meta de erradicar o analfabetismo no Brasil em dez anos,

formar mão de obra para atender aos interesses capitalistas do Estado, e ampliar junto às camadas populares as bases sociais de legitimidade do regime, no momento em que esta se estreitava junto às classes médias em face do AI-5, não devendo ser descartada a hipótese de que tal movimento tenha sido pensado também como instrumento de obtenção de informações sobre o que se passava nos municípios do interior do país e na periferia das cidades e de controle sobre a população. Ou seja, como instrumento de segurança interna (PAIVA, 1981, p. 99).

Em termos práticos, a educação ofertada por este movimento se limitava a fazer com que o aluno aprendesse a decodificar letras e números, tornando-os analfabetos funcionais, sem desenvolvimento de consciência, ou seja, o

oposto da proposta freiriana de educação. A aplicação do MOBRAL a nível nacional fez com que a taxa de analfabetismo abaixasse apenas 2,7%, durante o tempo de duração, conseguindo gerar diploma para apenas 15 milhões de adultos, dos 40 milhões que voltaram a frequentar a escola nesse período (PAIVA, 1987; ESCOBAR, 2007). Com isso,

Tal movimento deixou marcas que percebemos nos dias atuais, já que criou analfabetos funcionais, ou seja, pessoas que muitas vezes aprenderam somente a assinar o nome, e que não apresentam condições de participar de atividades de leitura e escrita no contexto social em que vivem (COUTINHO, 2005, p. 13).

A terceira medida adotada nesse momento foi a regulamentação do Ensino Supletivo, pela Lei nº 5. 692/71. Nessa nova modalidade de ensino não havia distinção entre as classes, visando atender toda a sociedade que, por algum motivo, não havia cursado o ensino regular, oferecendo uma educação neutra, menos formal e mais flexível. Segundo Haddad e Di Pierro (2000) o Ensino Supletivo estava estruturado em três princípios básicos: primeiramente, tratava-se de um sistema integrado se que se relacionava com o ensino regular; estava voltado para a alfabetização da mão de obra trabalhadora, em prol do desenvolvimento nacional; e, por fim, preocupou-se com a formação de doutrina e metodologia apropriada para esta modalidade de ensino.

Em 1973, o MOBRAL sofreu alterações em sua atuação, ele passou a ser equiparado ao ensino primário e pôde expedir certificados reconhecidos pela Secretarias Estadual ou Municipal de Educação. No decorrer dos anos, as secretarias municipais de educação mantiveram convênios apenas com o MOBRAL, responsáveis pela alfabetização supletiva. Enquanto isso, coube aos estados ofertarem a Educação de Adultos de 5ª à 8ª série, e posteriormente de 1º ao 3º Ano, os antigos 1º e 2º grau (HADDAD, DI PIERRO, 2000).

Tanto o MOBRAL quanto o Ensino Supletivo ocorreram no período de vigência do regime civil militar. Assim como na modalidade do MOBRAL, os resultados alcançados pelo Ensino Supletivo foram insatisfatórios, pois, as taxas de analfabetismo se mantiveram altas, devido as altos índices de evasão escolar. Em 1985, depois de inúmeras denúncias a respeito da faixa etária dos alunos assistidos pelo MOBRAL e acerca de desvio de recursos financeiros destinados à modalidade, ele foi extinto em 1985, durante o governo do presidente José Sarney.

Em seu lugar, surgiu a Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (EDUCAR), aproveitando toda a estrutura administrativa (diretores, funcionários, etc.) e bens legais do MOBRAL. Contudo, realizou algumas mudanças significativas, tais como: “a sua subordinação à estrutura do MEC e a sua transformação em órgão de fomento e apoio técnico, ao invés de instituição de execução direta.” (ALMEIDA; CORSO, 2015, p. 1291).

A EDUCAR não era responsável por ações de alfabetização, a ela cabia acompanhar e supervisionar a realização de projetos com repasse de recursos diretos para instituições e secretarias de educação. Como destacam Lima e Melo (2019) dessa forma, ocorreu gradativamente a descentralização das atividades da Educação de Adultos, sendo que aos poucos a fundação teve sua importância reduzida, até ser encerrada em 1990, durante o governo de Fernando Collor de Mello.

2.2. ASPECTOS DA EDUCAÇÃO DE ADULTOS APÓS A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

A partir de 1985, o país passou por mudanças significativas no âmbito político: a destituição do regime militar; a retomada da democracia; o surgimento de centrais sindicais por todo país; e a promulgação da nova Constituição Federal de 1988. Conforme destaca Di Pierro (2005) tais mudanças no campo político influenciaram o ambiente educacional, ampliando as responsabilidades do estado de garantir o acesso à toda população, independente da faixa etária.

Os artigos 205 e 208 da Constituição Federal de 1988, apresentam o direito do cidadão brasileiro à educação de qualidade, obedecendo as suas especificidades estas podem estar relacionadas à idade, convicções ou a situação social, e de forma gratuita.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (Brasil, 1988, s/p.).

No ano seguinte à promulgação da Constituição Federal foi organizado pela Unesco o Ano Internacional da Alfabetização, que ocorreu em 1990. Nesse evento foram discutidos e realizados diversos debates por instituições governamentais e não governamentais, almejando traçar estratégias efetivas para erradicação do analfabetismo no Brasil (FRIEDRICH, et al., 2010).

Em 1990, diante dos índices de analfabetismo em torno dos 20% conforme dados do IBGE (1991), embora, bem menor do que taxas apresentadas durante o período militar, ainda eram preocupantes quantidade de jovens e adultos com baixa ou nenhuma escolaridade (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

Para tentar reverter esse quadro foi criado o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), que tinha a pretensão de “substituir a atuação da extinta Fundação EDUCAR por meio da transferência de recursos federais para que instituições públicas, privadas e comunitárias promovessem a alfabetização e a elevação dos níveis de escolaridade dos jovens e adultos” (HADDAD, DI PIERRO, 2000, p. 121).

A finalidade do programa era tentar reduzir em 70% dos 17 milhões de analfabetos do país, independente da faixa etária, em até cinco anos (MACHADO, 1988). No entanto, assim como nas tentativas anteriores os resultados não foram alcançados, havendo uma pequena redução dos índices apontando para 16 milhões de analfabetos, entre os maiores de quinze anos, conforme os dados de IBGE (1996).

Depois disso, outro marco significativo para a implementação de medidas efetivas para o ensino de jovens e adultos, ocorreu apenas no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que buscou priorizar a implementação de uma reforma político-institucional da educação pública.

Em 1996, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 14 e promulgada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). A Emenda Constitucional nº 14/96 alterou, dentre outros, o artigo 208 da Constituição Federal de 1988, sendo retirada a obrigatoriedade do Estado em ofertar o Ensino Fundamental gratuito a jovens e adultos, acarretando retrocessos significativos nessa modalidade de ensino.

No plano pedagógico, a falta de incentivo governamental desestimulou os poucos programas ainda existentes, causando, na época, a extinção de alguns. No plano econômico, a não obrigatoriedade do Ensino Fundamental aos jovens e adultos também tornava facultativo o repasse das verbas públicas destinadas à educação para o ensino Fundamental frequentado por esse alunado (DI PIERRO et al., 2001, p. 67).

Para Souza (s/d) dentre as principais alterações decorrentes dessa emenda destaca-se a prioridade que passou a ser direcionada à alfabetização de crianças e adolescentes (na idade convencional), sendo o custeio da alfabetização de jovens e adultos transferido apenas as unidades federativas, que tivessem interesse em mantê-la. Com a retirada da obrigatoriedade do Estado em ofertar o Ensino Fundamental gratuito para jovens e adultos, essa modalidade não foi amparada pelos subsídios financeiros oriundos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) – 1996. Sem recursos a educação de jovens e adultos sofreu uma redução excessiva na oferta de vagas (SOUZA, s/d).

Com a promulgação Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 houve a substituição do antigo Ensino Supletivo para Educação de Jovens e Adultos (EJA), o que favoreceu a disponibilidade de recursos, pois a partir de então, ela passou a ser incluída nos programas governamentais da educação de base.

Para estudiosos como Soares (2002) a mudança da nomenclatura favoreceu a modalidade na medida em que levou à promoção de serviços necessários ao público a ela indicada. A sua principal função era garantir orientação educacional imparcial; contribuir no processo de ensino-aprendizagem dos alunos, buscando proporcionar a criação de uma sociedade mais instruída e comprometida com o bem-estar e a justiça social. De acordo com a LDBEN, novamente é assegurada a garantia de um ensino gratuito e obrigatório para toda a população, reafirmando a educação como direito de todos e dever do Estado, assim como estabelecido na Constituição Federal de 1988.

Assim, estabelecido no artigo 37, parágrafo 1º e 2º:

Art. 37º - A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si (BRASIL, 1996, p. 13).

Outra alteração decorrente da LDBEN, está descrita no artigo 38 que diz respeito a redução da idade para acesso à EJA, que passou de dezoito para quinze anos para o Ensino Fundamental, e, de vinte um anos para dezoito para o Ensino Médio, o que favoreceu uma maior homogeneização de oferta do ensino para aqueles que por algum motivo haviam sido impedidos de cursar o ensino regular. Além, dessas modificações, e da oferta do ensino noturno, ao longo de todo documento não são encontradas grandes inovações com relação à essa modalidade de ensino (GONÇALVES, 2020).

Outras iniciativas também contribuíram para o delineamento de uma proposta mais integrativa para o ensino de jovens e adultos no Brasil, a nível internacional, tivemos a realização em 1997, na cidade de Hamburgo, da V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos (CONFINTEA), promovida pela Unesco. O principal objetivo dessa conferência foi buscar universalizar os princípios gerais da educação de adultos, que, além de ser uma modalidade da Educação Básica, passou a ser entendida como uma educação para a vida, reforçando a importância na continuidade dos estudos para a emancipação dos sujeitos e o exercício da cidadania. Conforme estabelecido na Declaração de Hamburgo:

A educação de adultos torna-se mais que um direito: é a chave para o século XXI; é tanto consequência do exercício da cidadania como uma plena participação na sociedade. Além do mais, é um poderoso argumento em favor do desenvolvimento ecológico sustentável, da democracia, da justiça, da igualdade entre os sexos, do desenvolvimento socioeconômico e científico, além de um requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e à cultura de paz baseada na justiça (UNESCO, 1997, p. 1).

Segundo os pesquisadores Viegas e Moraes (2017), a Declaração de Hamburgo, fruto da CONFINTEA, pode ser considerado um marco educacional, pois, nela o país firmou um compromisso, o Decênio da Alfabetização, perante as outras nações, de tomar medidas e estabelecer estratégias efetivas que

contribuíssem para um desenvolvimento sustentável da nação brasileira, perpassando pela educação de jovens e adultos.

Logo após a conferência, foi estabelecido pelo decreto nº 2.208/97 a regulamentação da oferta de cursos de formação de curta duração, como, por exemplo: o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA); o Programa de Alfabetização Solidária (PAS); o Plano Nacional de Formação do Trabalhador (PLANFOR) (LIMA; MELO, 2019). Todas essas medidas pareciam bastante eficientes e promissoras, no entanto, de acordo com um levantamento realizado pelos estudiosos Stephanou e Bastos (2005), a realidade expressa uma preocupante situação do analfabetismo no contexto brasileiro ao final da década de 1990. De acordo com eles

Quase 20 milhões de analfabetos considerados absolutos e passam de 30 milhões os considerados analfabetos funcionais, que chegaram a frequentar uma escola, mas por falta de uso da leitura e da escrita, tornaram à posição anterior. Chega, ainda, à casa dos 70 milhões os brasileiros acima de 15 anos que não atingiram o nível mínimo de escolarização obrigatório pela Constituição, ou seja, o ensino fundamental. Somam-se a esses os neo analfabetos que, mesmo frequentando a escola, não conseguem atingir o domínio da leitura e da escrita (STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 273).

Além do problema da alta incidência do analfabetismo entre o público da EJA, uma outra recorrência nessa modalidade de ensino é a evasão escolar. Por isso, com intuito de manter esses alunos na escola até a conclusão dos seus estudos, em 2000, foram aprovados o Parecer CNE/CEB 11/2000 e a Resolução CNE/CEB 1/2000, pela Câmara de Educação Básica (CEB) e pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), documentos muito importantes para a consolidação da EJA no Brasil. Neles são abordadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos, que vigoram até os dias atuais.

Conforme destaca Gonçalves (2020) na elaboração desses documentos foram estabelecidos princípios fundamentais para a consolidação da EJA no contexto social brasileiro. Desse modo foram fixados princípios com base na equidade; diferença e proporcionalidade para efetivação de uma educação de qualidade. Almejando estabelecer a criação de uma identidade que levasse em consideração os perfis e as vivências dos estudantes da EJA, também foram delineadas as suas principais funções, sendo elas: reparadora; equalizadora e qualificadora.

Para Viegas e Moraes (2017), todas as mudanças ocorridas para

implementação desses princípios e demais estratégias voltadas para uma educação integrada à realidade dos jovens e adultos contribuíram para o delineamento de um outro panorama sobre essa modalidade de ensino no início do século XXI.

Essa proposta de configuração além de considerar a realidade e as vivências dos estudantes, moldou-se a partir da legislação educacional vigente; do conhecimento de especialistas da EJA e opiniões da comunidade escolar relacionada aos processos de ensino-aprendizagem. Com isso, ficou estabelecido a partir desse novo paradigma da EJA, a necessidade de se:

extinguir o uso da expressão supletivo; restabelecer o limite etário para o ingresso na EJA (14 anos para o Ensino Fundamental e 17 anos para o Ensino Médio); atribuir à EJA as funções: reparadora, equalizadora e qualificadora; promover a formação dos docentes e contextualizar currículos e metodologias, obedecendo os princípios da Proporção, Equidade e Diferença (MARQUES, 2018, p. 16).

Em consonância com Marques (2018), os estudiosos Martins e VilaNova (2008) consideram que dentre os principais avanços conquistados a partir da elaboração e regulamentação das medidas legislativas, a extinção do supletivo e a ampliação do tempo de duração do curso, tenham sido o maior salto em direção à consolidação da EJA no sistema educacional brasileiro, possibilitando aos alunos ingressos o direito à uma educação de qualidade.

Neste mesmo período, foi destacada a inclusão da educação de jovens e adultos no Plano Nacional de Educação (PNE), regulamentado pela Lei nº 10.172/01. Este Plano legalizou a determinação constitucional que definia como um dos objetivos do PNE, a integração de ações do poder público que conduziram à erradicação do analfabetismo (art. 214, inciso I), tratando-se de tarefa que exigia uma ampla mobilização de recursos humanos e financeiros por parte dos governos e da sociedade. Composto por 26 metas pensadas e programadas para serem executadas no decorrer da década seguinte, seu alvo era a erradicação do analfabetismo no Brasil, mas, durante o governo de FHC optou-se pela “lógica financeira” vetando muitas dessas metas, o que comprometeu com o êxito do PNE.

Desde o início do primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2002-2006) houve a preocupação em priorizar a EJA, destinando uma atenção às medidas a serem tomadas para oferecer qualidade ao maior número possível de estudantes. Nessa perspectiva, a primeira estratégia adotada foi a criação do

Programa Brasil Alfabetizado (PBA), instituído pelo decreto nº 4.384 de 2003 e, posteriormente, revogado pelo decreto nº 6.093 de 2007, que estabelece em seu artigo 1º o objetivo de “universalização da alfabetização de jovens e adultos de quinze anos ou mais” (BRASIL, 2007, p. 1). Com a criação do PBA tinha-se o objetivo de unificação da EJA ao Ensino Profissional, disponibilizando cursos de formação profissional a população com idade superior aos 15 anos.

Conforme destaca Soares e Galvão (2009), um dos primeiros projetos dessa nova proposta foi intitulada *Escola de Fábrica*, com a pretensão de ampliar as possibilidades de formação profissional básica, facilitando o ingresso de estudantes de baixa renda no mercado de trabalho. Por meio desse projeto eram ofertados cursos de formação para jovens com idade entre 15 e 21 anos, e carga horária mínima de 600 horas. A primeira fase de implementação do projeto foi realizada superando as expectativas, sendo abertas 558 escolas em fábricas de diferentes segmentos da economia, beneficiando 11.500 jovens em 17 estados do Brasil (SOARES; GALVÃO, 2009). De um modo geral, esses cursos caracterizavam-se por,

Ampliar os espaços educativos de formação profissional incorporando os locais de produção como espaços de aprendizagem; Oferecer formação profissional a jovens de 16 a 21 anos para o exercício da cidadania e preparação para o trabalho; Estimular o ingresso e a permanência destes jovens na Educação Básica; Favorecer o ingresso destes jovens no mundo do trabalho; Envolver o setor produtivo na formação dos jovens, aliando responsabilidade social às suas necessidades de trabalhadores qualificados. (BRASIL, 2005, p. 3)

Outras medidas tomadas além do PBA, foram: o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica – PROEJA; o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM; o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PNERA; e o Exame Nacional de Certificação de Competências – ENCC (GONÇALVES, 2020).

Dessas iniciativas as que mais se destacam são: o PROEJA, voltado à educação profissional técnica em nível de ensino médio, caracterizado por ofertar seis diferentes modalidades de ensino que integram a EJA e a qualificação profissional ofertada por empresas públicas e privada, e o PROJOVEM, desenvolvido para o segmento juvenil, destinado a acolher alunos dos 18 a 29 anos, com escolaridade superior a 4ª série (5º ano) e inferior a 8ª série (9º ano), que não tivessem vínculo formal de trabalho (ALMEIDA; CORSO,

2015).

Ambas objetivavam incentivar os jovens e adultos a retomarem os estudos, contribuindo assim, para estabelecer uma relação de ensino-aprendizagem mais próxima ao cotidiano do estudante, auxiliando no seu desenvolvimento tanto pessoal como profissional.

Com intuito de manter tais programas desenvolvidos pelo governo federal o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), em substituição ao FUNDEF (1998-2006), regulamentado pela lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007. Ao incluir todas as etapas e modalidades que compõem a educação básica, o Fundeb acabou favorecendo a EJA, inclusa neste novo fundo, pois, o apoio do FUNDEB possibilitou um aumento do investimento destinado às iniciativas do governo que visavam a oferta e manutenção de cursos profissionalizantes destinados aos jovens e adultos.

No entanto, assim como nas inúmeras tentativas descritas ao longo do processo histórico de consolidação da EJA no sistema educacional brasileiro, pesquisas dos estudiosos Di Pierro (2010), Viegas e Moraes (2017), Souza et al. /sd, evidenciam que, embora o desenvolvimento de políticas públicas tenha disponibilizado mais recursos durante os mandatos do presidente Lula, ainda assim, as medidas adotadas não foram suficientes para uma homogeneização do acesso à educação pela população brasileira. Dois fatores que podem ter contribuído para esse resultado não exitoso é o desconhecimento dessa parcela da população sobre a disponibilização e garantia desses direitos, e, a exclusão das condições de vida e da realidade social dos sujeitos que constituem o público dessa modalidade de ensino, gerando desperdício de recursos.

Já durante o governo da presidente Dilma Rousseff (2010-2016), na tentativa de impulsionar avanços na educação, foi sancionado pela Lei nº 13.005, o Plano Nacional da Educação (PNE), apresentando os desafios a serem trabalhados na educação ao longo dos próximos dez anos (2014 – 2023). Dentre as propostas estabelecidas destacam-se a constante busca por elevação da qualidade no ensino oferecido; melhores condições de trabalho para docentes, com qualificação profissional, incluindo aumento salarial.

Durante o governo do presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), vivemos um período de excepcionalidade ocasionado pela pandemia de Covid-

19, no qual nota-se um crescente descaso público para com a modalidade, historicamente negligenciada. Com a necessidade emergencial do ensino remoto. Diante do isolamento social, o que se verificou foi medidas incipientes, ineficazes e propulsoras das lacunas sociais entre esses sujeitos que muitas vezes, não dispunham de acesso às tecnologias digitais apropriadas para o acesso às aulas virtuais (computadores; notebooks; internet com boa capacidade); além das dificuldades com relação ao manuseio e outras habilidades necessárias para integrá-las ao seu dia-a-dia (BRASIL, 2019).

Para além, das questões de ordem físicas emergentes nesse momento, chamamos atenção para um outro fator evidenciado durante o período remoto, as dificuldades de leitura e escrita em ambiente virtual. A oferta do ensino remoto ou híbrido despertou a atenção para aqueles que não fazem da leitura e escrita uma prática social efetiva, independente do aparato textual, pois aumenta-se a disparidade entre os grupos com realidades socioeconômicas distintas, agravando ainda mais as dificuldades enfrentadas pelos estudantes da EJA (MIRANDA; MELO; SILVA, 2020).

Após observância de inúmeros indicativos históricos e contemporâneos (normativas, pesquisas, dados estatísticos, etc.), no que tange ao percurso da consolidação da modalidade de Educação de Adultos desde o início do século XX, e sua transformação em Educação de Jovens e Adultos (EJA), no século XXI após regulamentação pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/96, constatamos que apesar dos avanços e das muitas conquistas, essa modalidade de ensino ainda enfrenta vários obstáculos como: currículo próprio para a modalidade, menor investimento de recursos, quando comparada a outras modalidades de ensino; dificuldades na acessibilidade pela população-alvo; falta de formação dos professores voltados para EJA; dificuldades para desenvolver estratégias de ensino que promovam o ingresso e garantam a permanência dos estudantes ingressantes até a conclusão do curso.

2.3. CONTEXTUALIZANDO A EJA NO MUNICÍPIO DE IPAMERI-GO

O município de Ipameri fica localizado no sudeste do estado de Goiás, a 199,3 Km da capital, com extensão territorial de 4 369 km² e, de acordo com a estimativa do Censo (2022) a cidade possui uma população de 24.617

habitantes. O município é constituído de 3 distritos: Ipameri, Cavalheiro e Domiciano Ribeiro. Destaca-se pelo plantio de lavouras e pelas atividades de pecuária e agropecuária, com uma presença expressiva de trabalhadores rurais e/ou trabalhadores temporário. Além disso, conta com a presença de algumas indústrias que se destacam na geração de empregos são elas: a Caramuru LDTA Alimentos, A Tubos Tucano, A Renovar Óleos, A Itagel, e uma filial da empresa Gazin Móveis.

Com relação as escolas que oferecem a Educação de Jovens e Adultos, que é o foco de nossa pesquisa, o município possui três instituições de ensino que oferecem a modalidade:

Quadro 2 - Instituições de Ensino EJA

Nome da instituição de ensino	Modalidade de ensino que oferecem	Número de alunos na EJA 2022/1	Foto da Escola
Escola Municipal Sebastião Lopes da Silva	Educação Infantil Ensino Fundamental Educação de Jovens e Adultos Distrito de Domiciano Ribeiro	12	
Escola Municipal de Jovens e Adultos José Pedroso de Deus	EJA primeira e segunda fase do ensino fundamental (modo presencial)	23 alunos (fase I) 102 alunos (fase II)	
Escola Estadual Normal Professor Cesar Augusto Ceva	Ensino Médio regular; EJA (Ensino Médio /presencial); EJA prisional/EAD;	67 alunos 8 alunos	

Fonte: da Autora

A realidade da EJA no município de Ipameri se assemelha à muitas outras realidades brasileiras, quanto à falta de investimentos, falta de qualificação de professores, a necessidade de práticas pedagógicas que considerem a vida cotidiana de seus estudantes, e, suas particularidades – condição social; desemprego; moradia; falta de acesso à saúde, entre tantos outros. Daí a a necessidade de estudos que investiguem a realidade cotidiana escolar da instituição: Escola Municipal de Jovens e Adultos José Pedroso de Deus, com intuito de compreender como o ensino vem sendo concebido, para além das necessidades que atendam ao mercado de trabalho, mas priorizando a formação da cidadania desses sujeitos. Para isso, é necessário analisar aspectos próprios e peculiares das salas de aula contemplados nas vivências desses estudantes como o trabalho, formação familiar, motivações, dificuldades enfrentadas e perspectivas futuras. Na seção seguinte apresentamos a trajetórias desses sujeitos para a conquista da formação e os impactos da educação em suas vidas.

3. CAPÍTULO II – DESAFIOS E PERSPECTIVAS DOS TRABALHADORES – ESTUDANTES DA I FASE DA EJA

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2019, a proporção de pessoas acima dos 25 anos com ensino médio completo cresceu no país, passando de 45,0% (2016); 47,4% (2018) para 48,8% (2019), (PNAD, 2019). Apesar disso, mais da metade (51,2% ou 69,5 milhões) dos adultos não concluíram essa etapa educacional, o que revela uma das muitas facetas da desigualdade social as quais estão sujeitas crianças, jovens e adultos que de alguma maneira tiveram seu direito à educação violados, ameaçando a sua qualidade de vida.

Em 2020, sofremos diversas mudanças na sociedade em decorrência da pandemia ocasionada pelo vírus do COVID – 19. Dentre os vários impactos econômicos e sociais sofridos, tivemos o fechamento de várias escolas, especialmente da rede privada e a reorganização das redes de ensino público quanto aos processos de acesso ao ensino por estudantes do mundo inteiro. No Brasil, houve a suspensão de aulas presenciais dos cursos em andamento em todo o território, com a substituição das aulas presenciais por atividades remotas. Com isso, as secretarias de educação federais, estaduais e municipais, equipe gestora e docentes se mobilizaram no intuito de possibilitar o estudo domiciliar aos alunos da educação básica, através dos meios digitais e da elaboração de cadernos de atividades. Seguindo o que sugere o Parecer CNE/CP nº11/2020:

[...] durante o período de isolamento e fechamento das escolas, a direção da escola ou rede de ensino deve verificar se atividades não presenciais, foram recebidas, se os alunos estão ou não acompanhando as atividades propostas, identificar as dificuldades encontradas. O ideal é fazer um mapeamento das condições de acesso dos alunos as atividades não presenciais (BRASIL, 2020, p.22).

Diante dessas mudanças no sistema educacional ocorridas em função da pandemia do COVID-19, toda organização escolar foi impactada, inclusive a modalidade da EJA, atingindo diretamente o processo de ensino-aprendizagem nesta modalidade. A estrutura escolar precisou ser adequada para atender à

essas demandas para alfabetização no ensino remoto⁴ e híbrido⁵ Esse momento trouxe inúmeros desafios, pois as redes de ensino tiveram de repensar desde suas estratégias de monitoramento das atividades; ações didáticas até o suporte para que professores e estudantes continuassem em suas atividades.

Se a evasão escolar já era um desafio antes da pandemia, ela se agravou durante o período de isolamento social e inserção do ensino remoto. Em 2021, quase dois anos após o início da pandemia pelo Covid-19, os dados do último Censo Escolar da Educação Básica (2017-2021) apontam uma redução significativa no número de matrículas na modalidade da EJA. De acordo com o levantamento de dados, o número de matrículas da educação de jovens e adultos (EJA) diminuiu 1,3%, chegando a 3 milhões de alunos a menos, nas salas de aula em 2021. Essa queda no último ano ocorreu de forma similar nas matrículas da EJA de nível fundamental e de nível médio, que demonstraram redução de 1,4% e 1,2%, respectivamente (INEP, 2022).

Diante de diversos fatores que contribuíram para intensificar o abismo social entre os estudantes da EJA e o acesso à educação de qualidade. Para os autores Dias e Pinto (2020) o principal deles foi a falta de infraestrutura material – internet de qualidade; computadores; celulares – que permitissem aos estudantes acompanharem as aulas à distância. Conforme aponta Lellis et al:

Não obstante, é profícuo assinalar que o distanciamento intensificou as diferenças sociais e as desigualdades de acesso, já que o modelo remoto de atendimento aos estudantes exige-se acesso à internet e equipamentos como celular smartphone, tablet e computador, o que está longe de ser uma realidade para muitos brasileiros, já que cerca de 5,8 milhões de estudantes no Brasil não tem acesso à internet banda larga ou 3G/4G em casa (IPEA, 2020 apud LELLIS et al., 2021, p. 582).

Outro fator relevante é a falta de qualificação docente para implementação das mídias digitais dentro e fora da sala de aula. Durante o período pandêmico e de vigência do ensino remoto, coube ao professor desenvolver estratégias para

⁴ O termo “remoto” significa distante no espaço e se refere a um distanciamento geográfico. O ensino é considerado remoto porque os professores e alunos estão impedidos por decreto de frequentarem instituições educacionais para evitar a disseminação do vírus. Disponível em: www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-o-ensino-remoto-emergencial-e-a-educacao-a-distancia/. Acesso em: 11 nov. 2021.

⁵ O ensino híbrido é um programa de educação formal no qual um aluno aprende, pelo menos em parte, por meio do ensino on-line, com algum elemento de controle do estudante sobre o tempo, lugar, modo e/ou ritmo do estudo, e pelo menos em parte em uma localidade física supervisionada, fora de sua residência. (CHRISTENSEN; HORN; STAKER; 2013 p.7).

ministrar as aulas com as tecnologias digitais disponíveis e, o principal, considerando a falta e/ou dificuldade de acesso às mesmas por muitos dos estudantes.

Desse modo, não apenas na EJA, mas a necessidade imediata do uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) pelos professores, para atender as necessidades do ensino à distância, evidenciou a deficiência e despreparo com relação ao domínio das mídias digitais por docentes em todo Brasil (VIEIRA; SILVA, 2020), pois, para Echalar e Peixoto (2017) o processo de inclusão digital nas escolas brasileiras depende tanto de uma infraestrutura adequada quanto do investimento em formação docente.

Por meio de um levantamento de dados realizado no Sistema de Gestão Escolar (SIGE), um programa informatizado criado pela Secretaria de Educação do Estado de Goiás, verificamos o fluxo de estudantes da I Fase da EJA matriculadas na Escola Municipal de Jovens e Adultos José Pedroso de Deus entre os anos de 2020-2022 (período pandêmico) conforme demonstrado no quadro abaixo:

Quadro 3 - Demonstrativo de Alunos Matriculados 2020-2022

Ano 2020		Ano 2021		Ano 2022	
1º semestre	2º semestre	1º semestre	2º semestre	1º semestre	2º semestre
2 turmas	2 turmas	2 turmas	2 turmas	3 turmas	3 turmas
15 alunos	4 alunos	20 alunos	15 alunos	23 alunos	25 alunos
10 mulheres 5 homens	3 mulheres 1 homem	16 mulheres 4 homens	10 mulheres 5 homens	12 mulheres 11 homens	13 mulheres 12 homens

Fonte: SIGE e tabulados pela autora

Nesse período estiveram matriculados na I fase da EJA cento e dois estudantes, sendo sessenta e quatro (63%) do gênero feminino, e trinta e oito (37%) do gênero masculino. Com relação à faixa etária verificamos que vinte e um por cento (21%) dos estudantes, possuem até 40 anos, já setenta e nove por cento (79%) dos estudantes, possuem acima de 40 anos de idade. O ano letivo de 2020 iniciou com 15 estudantes matriculados na primeira fase, sendo que destes, 7 eram da sala multisseriada do 1º, 2º e 3º anos, e 8 estudantes do 4º e 5º anos. Com a instituição do isolamento social, e a falta de infraestrutura

material para dar suporte digital aos estudantes a equipe pedagógica da EJA buscou adequar a metodologia à realidade dos estudantes do município.

Um aspecto que deve ser levado em consideração quanto ao ensino da EJA são os altos índices de evasão escolar em todo o território brasileiro nessa modalidade escolar. A evasão é um fenômeno frequente nessa modalidade de ensino devido as condições socioeconômicas dos estudantes, comumente trabalhadores. Diante das dificuldades enfrentadas pelos sujeitos investigados houve uma redução de 26,7% dos estudantes matriculados no segundo semestre, comparado com o primeiro semestre, pois não houve abertura para matrículas nos anos iniciais, permanecendo na escola somente os alunos que estavam nos anos finais da primeira fase da EJA.

Com a ajuda dos professores os estudantes que permaneceram conseguiram acompanhar de forma lenta as aulas, com uso limitado dos recursos audiovisuais, possibilitando assim, o término do semestre e avanço para a próxima etapa. Em 2021, os estudantes retornaram à sala de aula, o que acarretou um aumento de 33% no número de matrículas em relação ao ano anterior. No ano letivo de 2022, foram abertas 3 turmas para a primeira fase da EJA sendo, uma para alfabetização (3 estudantes), uma multisseriada para os alunos do 2º e 3º anos (6 estudantes) e, uma outra multisseriada para os alunos do 4º e 5º anos (16 estudantes).

Figura 1 - Turma Multisseriada de 2022



Fonte: da Autora

Para Teixeira (2021) coube aos docentes alfabetizadores adequarem as metodologias de ensino para leitura e escrita em ambiente virtual, para que assim pudessem realizar um ensino híbrido que considerasse minimamente a realidade dos estudantes. A interação na sala de aula deu lugar à interação por meio das tecnologias: criar salas virtuais, gravar vídeo-aulas, transmitir conteúdos, aplicar atividades e interagir com seus alunos em outro ambiente que não o presencial, tornou-se uma condição para a realização do trabalho docente.

Algumas pesquisas como as realizadas pelos autores FARIAS et al. (2020); ANDRADE et al. (2021); DELFINO et al. (2021) e RODRIGUES et al. (2021) mostram que todas essas mudanças foram desafiadoras para docentes e estudantes, especialmente para aqueles atendidos pela EJA, que precisaram conciliar suas atividades cotidianas e profissionais com as tarefas estudantis na modalidade remota. Somadas à essas dificuldades, temos o agravante de que a maioria deles tem dificuldade para o acesso às tecnologias digitais que os permitissem acompanhar as aulas.

Na Escola Municipal de Jovens e Adultos José Pedroso de Deus a situação não foi diferente. Por serem um público com grandes dificuldades em utilizar os recursos tecnológicos ou até mesmo, sem recursos para acessá-los, as aulas remotas através dos recursos audiovisuais não aconteceram, prejudicando muito o processo de ensino-aprendizagem. Para manter as aulas, foram elaboradas atividades pelos docentes, e os estudantes as buscavam na escola e/ou o transporte escolar rural as levava até eles, quinzenalmente, para os moradores da zona rural.

Conversando com os professores das turmas sobre o período remoto, as dificuldades enfrentadas foi relatado que os estudantes da sala multisseriada do 1º, 2º e 3º anos, por exemplo, em um determinado momento, pararam de fazer as atividades propostas pelo professor pois, estando na fase de alfabetização, tiveram muita dificuldade em realizá-las sem acompanhamento pedagógico. Segundo Miranda, Melo e Silva (2020) ao ofertar o ensino remoto para indivíduos que não conseguem fazer da leitura e da escrita uma prática social efetiva, independentemente do aparato textual, seja digital ou impresso, aumenta-se a

disparidade entre grupos com realidades socioeconômicas distintas.

Assim, como destaca Santos (2020), toda quarentena é sempre discriminatória, já que, grupos sociais diferentes enfrentam a situação de maneiras distintas. Enquanto para alguns grupos é muito difícil para outros é quase impossível sobressair à crise que se instaura “[...] são grupos que têm em comum padecerem de uma especial vulnerabilidade que precede a quarentena e se agrava com ela” (SANTOS, 2020, p.15).

A EJA está diretamente ligada à luta contra desigualdades sociais, trazer sonhos e esperança àqueles que se encontram à margem da sociedade; fora do mercado de trabalho ou em condições de vulnerabilidade social. Nesse sentido, como nos mostra Freire (1996) tão importante quanto a qualidade da aula a ser ministrada, deve ser nossa preocupação com os problemas que afetam os sujeitos estudantes da modalidade, não se pode ignorar as realidades daqueles que passam por tais situações de injustiças sociais e opressões.

Com a maioria da população vacinada e os casos de contaminação pelo coronavírus diminuindo, a procura pela conclusão dos estudos aumentou, havendo um acréscimo do número de matrículas tanto no primeiro quanto no segundo semestre de 2022. Porém, em visitas na escola realizadas entre os meses de fevereiro e dezembro de 2022, observamos que o real quantitativo de estudantes frequentes nas salas de aulas é bem diferente no que está na documentação fornecida pelo grupo gestor. Do total informado, cerca de 32% dos estudantes frequentam assiduamente as aulas, evidenciando a ausência de políticas públicas que assegurem a permanência dos estudantes na escola pesquisada.

Ao pensar em políticas públicas que efetivem o direito à educação na EJA, devemos fazê-lo a partir da busca pela promoção; fortalecimento de incentivos e a compatibilização da jornada de trabalho, aspectos que se fazem prioritários na constituição das políticas educacionais da EJA. Nesse sentido, há uma necessidade latente de ampla parceria entre as instituições escolares e sociedade civil, com intuito de viabilizar incentivos e mecanismos integrados aos sistemas de ensino da EJA, contextualizando as demandas e particularidades dos estudantes dessa modalidade de ensino.

Desse modo, ao considerar o PNE (2014-2024), observa-se a necessidade de passar em revista as propostas de implementação de programas

da EJA, à importância do exercício da sala de aula e à articulação com as instituições de diferentes níveis de ensino (VASQUES; ANJOS; SOUSA, 2019). Asseguramos ainda, que o espaço escolar é vital para a valorização e o compartilhamento das experiências, saberes e conhecimentos dos sujeitos da EJA, para uma ação efetiva de transformação que leve à inclusão socioeducacional.

Portanto, entender os motivos relacionados a evasão escolar é o primeiro passo para tentar reverter a situação de vulnerabilidade social em que vivem, buscando o desenvolvimento de estratégias que contornem tais problemas e garantam a continuidade de um quantitativo cada vez maior de estudantes na escola. Para isso, é importante que tanto o docente quanto a escola, tenham a sensibilidade de compreender o contexto em que o estudante vive, bem como suas necessidades educacionais, e busque transpor as barreiras que o impedem de ser um sujeito ativo no seu processo de aprendizagem escolar.

O problema da evasão escolar na EJA, não é recente, pelo contrário, ele está atrelado à consolidação do ensino, sendo um dos maiores desafios a ser transposto pelas políticas públicas educacionais voltadas ao ensino de jovens e adultos no sistema de educação brasileiro (LIMA; LIMA, 2020). Buscando entender o processo de evasão escolar na modalidade, diversos autores: Arroyo (1997); Santos (2007); Digiácomo (2011); Ferreira (2011); Oliveira (s/d); Queiroz (s/d) entre outros se debruçaram na tentativa de elencar as principais causas que levam os estudantes a desistirem dos estudos.

Dentre as principais dificuldades a serem transpostas estão: problemas sociais e econômicos; incapacidade de adaptação à realidade escolar, desencontro entre os objetivos dos estudantes e os de aprendizado da escola; falta de tempo para estudar; horário de saída do trabalho; cansaço; dificuldades de locomoção até à escola. Entre as mulheres a situação é ainda mais agravante, pois sobre elas recaem os condicionamentos de classe e de gênero como os cuidados com lar e com os filhos; em muitos casos proibição do marido, insegurança no trajeto de volta da escola para casa entre outros. Assim,

[...] a escola muitas vezes encontra dificuldades para compreender as particularidades desse público, no qual os motivos que os levam à evasão, ainda no início da juventude, e as motivações que envolvem sua volta à sala de aula são informações preciosas para quem lida com a questão. Deixá-los escapar leva à inadequação do serviço oferecido

e a um processo de exclusão que, infelizmente, não será o primeiro na vida de muitos desses alunos (NAIF et al., 2005, p. 402).

Porém, o estudante da EJA não deve ser visto de forma marginalizada ou ser tratado como alguém que não tem opções devido a ter uma condição de vida mais conturbada com trabalho, filhos e obrigações. Ao contrário disso, deve ser destacado que essa situação pode ser passageira, que há possibilidade de um futuro diferente fornecido pelo ensino,

Reconhecer os jovens e adultos da EJA como estudantes é, mostrar que seu esforço pode dar resultados. A busca por uma vida mais digna e o reconhecimento da sociedade e dele próprio como alguém capaz é o que faz com que o indivíduo retorne para a sala de aula.. Contudo, ele nem sempre permanece na EJA até a sua conclusão, sendo o docente e a escola pontos-chaves neste processo.

Nesse sentido, o professor inserido na EJA deve fazer papel de mediador e incentivador desses jovens e adultos. Ficando a cargo dele mostrar para esses indivíduos todas as oportunidades que o ensino pode promover. O desafio, para o docente na EJA é a interação; o socializar; compartilhar; pesquisar e descobrir juntamente, docentes e estudantes, já que esses sujeitos trazem vivências consigo que podem favorecer a significação da aprendizagem tanto individualmente, como socialmente, com as quais os mediadores precisam estar atentos buscando contextualizá-las. De acordo com Nogueira (2009, p. 2):

Cabe ao professor perceber o que os alunos almejam com os estudos e com base nessa informação ele deve construir uma prática para atender às diferentes necessidades de aprendizagem. Deixar que cada aluno contribua com suas lembranças e experiências é fundamental para que todos se sintam inseridos neste processo. Nesse caso, deve-se priorizar o que é relevante de fato para a turma, ao mesmo tempo repensar as formas de mediação dos conteúdos e de avaliação da EJA.

Portanto, o diálogo é um aliado significativo no processo de ensino-aprendizagem na EJA, pois ele contribui para desenvolvimento da linguagem e socialização. Dessa maneira, a interação e o diálogo possibilitam a compreensão no relacionamento entre docentes e estudantes, o que pode favorecer e estimular na aprendizagem dos sujeitos.

3.1. O PERFIL DOS ESTUDANTES DA EJA NO BRASIL

A EJA tem sido procurada de forma crescente por uma demanda

heterogênea da população, que apresenta um perfil que vem mudando em relação à idade, comportamentos, atitudes e expectativas. Trata-se de um público jovem, adulto ou idoso que historicamente vem sendo excluído por falta de acesso à escola, pela exclusão da escola regular, pela necessidade de trabalhar, cuidar dos filhos, sendo diversas as situações da não continuidade nos estudos.

De acordo com Costa e Amorim (2021), a alteração da idade mínima de 18 para 15 anos para ingresso nessa modalidade, contribuiu para uma popularização da juventude nas turmas da EJA, que comumente eram frequentadas por adultos e idosos que não tiveram a oportunidade de estudar na idade convencional. Geralmente esses adolescentes são oriundos de escolas regulares, marcados pela reprovação e pela evasão escolar, reflexo de experiências escolares malsucedidas.

Dessa maneira, os estudantes da EJA representam uma parcela populacional que não teve acesso ao direito básico constitucional de frequentar a escola dos 6 aos 14 anos de idade, como previsto pela lei nº 11.274/06. Possuem, em sua maioria, histórias de vida semelhantes, são indivíduos que tiveram uma vida estabelecida fora da escola, em que os estudos não puderam ser priorizados, pois, tiveram de escolher entre estudar ou trabalhar, optando pelo trabalho como meio de suprir o mínimo para sua subsistência e de suas famílias (TAMAROZZI; COSTA, 2009).

Ao olharmos para as salas de aula de turmas da EJA, observamos que elas são constituídas por grupos heterogêneos, de diferentes idades, diversas experiências, e múltiplas bagagens culturais. As salas de aula da I fase na EJA da Escola Municipal de Jovens e Adultos José Pedroso de Deus é bastante diversa: possui estudantes de diversas faixas etárias: tantos jovens, adultos e idosos; quanto ao gênero há uma prevalência de estudantes do sexo feminino; os estudantes são em maioria trabalhadores, com exceção daqueles que já estão aposentados. Por outro lado, compartilham experiências e expectativas comuns, como as dificuldades de realizar os estudos na idade regular; necessidades relacionadas ao trabalho; expectativas de aprendizagem e desenvolvimento pessoal. Logo,

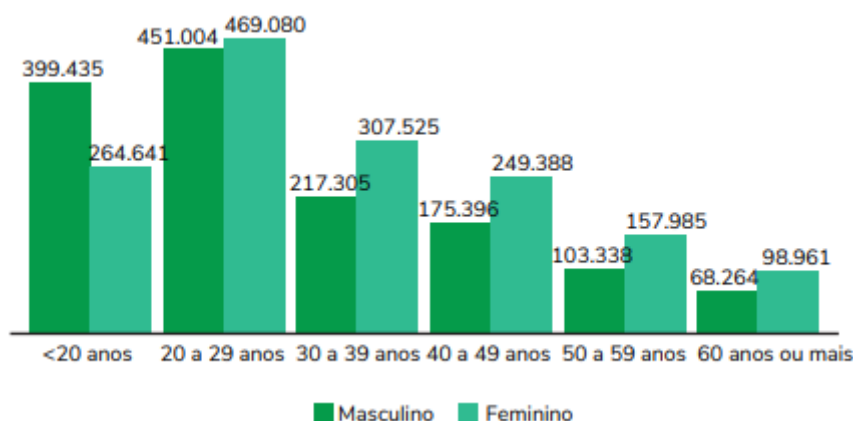
Conhecer a identidade dos alunos da Educação de Jovens e Adultos e seus desafios, implica em imprimir um olhar diferenciado para esses sujeitos, acolhendo verdadeiramente o seu patrimônio cultural, interesses, conhecimentos, anseios e necessidades de aprendizagem (COSTA; AMORIM, 2021, s/p).

Nesse sentido, um aspecto significativo que deve ser considerado na contemporaneidade é a diversidade quando à faixa etária, o que é um desafio para docentes. Na constituição das turmas da EJA tem-se adolescentes, que geralmente procuram a modalidade após repetidas experiências de insucesso no ensino regular ou que precisam trabalhar no período diurno para contribuir no sustento familiar.

Quando o estudante adolescente vem de experiências infrutíferas do ensino regular, por muitas vezes, essas deixam “marcas intensas no indivíduo, causando indiferença em relação às aulas, indisciplina, nervosismo diante de avaliações” (COSTA; AMORIM, 2021, s/p). Essas experiências vivenciadas podem desestimulá-lo por produzirem uma sensação de insegurança e fracasso quanto ao futuro escolar, o que demanda dos docentes o desenvolvimento de estratégias diferentes das utilizadas com um outro público que é o estudante adulto.

Os dados do último Censo Escolar (2017-2021) demonstram que a EJA é composta, predominantemente, por alunos com menos de 30 anos, que representam 53,5% das matrículas. Nessa mesma faixa etária, os alunos do sexo masculino são maioria, 53,7%. Por outro lado, observa-se que as matrículas de estudantes acima de 30 anos são predominantemente compostas pelo sexo feminino, 59,1% (INEP, 2022). Conforme evidenciado no gráfico 1:

Gráfico 1 - Perfil (Idade e Gênero)



Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica

O perfil do estudante adulto, geralmente é caracterizado por indivíduos que não tiveram a oportunidade de estudar na infância e adolescência ou precisaram interromper seus estudos em algum momento, quase sempre em função do trabalho (GUEDES, 2009). Quando retornam à sala da EJA esses estudantes buscam um recomeço, e veem na oportunidade de retomar os estudos uma chance para um futuro melhor.

Para Marques e Pachane (2010), outro retorno significativo à sala de aula, é dos idosos, pois, com a socialização o retorno à escola poderá garantir uma ocupação e melhor participação na sociedade. O crescimento da população idosa é uma constante em nosso país, mas a qualidade e as condições ofertadas nem sempre levam em consideração as especificidades dos sujeitos. Por isso, é necessário que no contexto escolar da EJA, os estudantes idosos tenham suas necessidades vislumbradas, e assim haja “[...] comprometimento com as questões sociais e com a dignidade humana” (MARQUES; PACHANE, 2010, p. 477).

Mas, o que os estudantes da EJA têm em comum para além das disparidades em suas trajetórias e histórias de vida? De onde vêm? Para onde vão? O que buscam ao retornar à sala de aula na modalidade da EJA? Como destaca Arroyo (2007), para que possamos compreender suas necessidades e como se dá o processo de ensino-aprendizagem é fundamental que os vejamos como indivíduos que passaram por diversas transições ao longo da vida, atreladas às suas condições socio-econômicas e à necessidade primordial do trabalho em suas vidas, para própria subsistência e familiar “será necessário começar por vê-los como passageiros, continuando passagens iniciadas bem cedo, na infância. Mas de onde, para onde? Por que e para que ou na espera de quê? Caminham pelo direito à educação” (ARROYO, 2017, p.21).

Com exceção dos adolescentes que ingressam na EJA, após inúmeras repetições, a maioria dos estudantes que retornam à sala de aula, na modalidade, possuem em comum o fato de serem trabalhadores no período diurno e trabalhadores -estudantes no período noturno. Miguel Arroyo (2017), em sua obra intitulada *Passageiros da Noite: do trabalho para a EJA itinerários pelo direito a uma vida justa*, apresenta a realidade cotidiana desses estudantes que têm sua experiência escolar marcada pelas necessidades inerentes à sua profissão e demandas do mercado de trabalho.

Ao considerarmos sua condição de trabalhadores, imputamos à sua experiência escolar um outro olhar, passando a enxergá-los como sujeitos que diferentemente do passado, em que tiveram de escolher entre estudar ou trabalhar, estão se agarrando à oportunidade de concluir os estudos, apesar das dificuldades advindas do trabalho, como cansaço; preocupações; falta de tempo para realização das atividades e de estudo para as avaliações; faltas às aulas; atrasos no momento da entrada, entre tantas outras.

Ao tomarem consciência que ao retornar à sala de aula os trabalhadores-estudantes podem melhorar suas condições de trabalho e de vida, almejando um futuro mais próspero, jovens e adultos são impulsionados a transpor as dificuldades para permanência na escola e conclusão dos estudos. Para Saviani (1994), o conhecimento por meio da educação é para esses sujeitos, instrumento de mudança, domínio e progresso. Assim,

Os alunos de EJA depositam sua esperança de melhoria da qualidade de vida, no conhecimento adquirido e no diploma de conclusão da escolaridade. Assim, resistem às dificuldades enfrentadas diariamente, para se manter em sala de aula. Entre as dificuldades mais observadas, destacam-se o cansaço físico e mental, devido a longa jornada de trabalho, a insegurança, devido à violência urbana, as dificuldades de aprendizagem (DA) e problemas de saúde (principalmente entre os idosos) (SILVA, 2017, p. 79).

Mas, e os trabalhadores-estudantes da Escola Municipal de Jovens e Adultos José Pedroso de Deus, quem são? O que desejam? Quais são suas dificuldades a serem transpostas para a permanência na escola e conclusão dos estudos? E seus sonhos, o que almejam após concluir a I FASE do ensino fundamental? A seguir, apresentamos as trajetórias de cinco estudantes da Escola Municipal de Jovens e Adultos José Pedroso de Deus, localizada no município de Ipameri-GO.

Para conhecer um pouco sobre a realidade dos trabalhadores-estudantes da I fase da EJA da Escola Municipal de Jovens e Adultos José Pedroso de Deus, apresentamos as entrevistas que nos informam pouco sobre as trajetórias e histórias de vida atreladas à importância dos estudos na vida de cinco estudantes. As entrevistas foram gravadas entre os meses de novembro e dezembro de 2022, (primeira parte) e, em julho de 2023 (segunda parte) na escola e na casa dos estudantes, de acordo com suas preferências. Elas seguem um roteiro semi-estruturado composto por quinze perguntas. Os entrevistados

fizeram questão de manter seus nomes, direito garantido pelo parecer nº 5.357.589 do Comitê de Ética da Universidade Federal de Catalão. Os estudantes entrevistados foram: Almiron Santana de Aguiar (masculino, 47 anos, trabalhador rural); Cristiane Alves da Silva (feminino, 28 anos, diarista); Edite Alves de Almeida (feminino, 49 anos, trabalhadora rural); Rogério Olinto da Silva (masculino, 50 anos, pedreiro); Quirino Aparecido dos Santos Silva (masculino, 54 anos, motorista).

3.2. AS HISTÓRIAS DE VIDA DOS TRABALHADORES-ESTUDANTES DA ESCOLA MUNICIPAL DE JOVENS E ADULTOS JOSÉ PEDROSO DE DEUS

As experiências, as histórias de vida de cada um dos estudantes da EJA, são fatores preponderantes no processo de ensino-aprendizagem desses sujeitos. Pois, como destaca Arroyo (2017, p. 17), o direito ao conhecimento perpassa o resgate das memórias individuais dos trabalhadores-estudantes, que são “sujeitos do direito à memória, humanas memórias”. Para o autor, há um caráter pedagógico, embora doloroso, no resgate das memórias, especialmente das negativas, porém, necessário ao enfrentamento das desigualdades e exclusões; e na construção de uma vida mais digna e justa para os estudantes que retomam os estudos.

Dessa forma, são marcas de histórias que, quando ressignificadas, podem ser o pontapé para o surgimento de um novo sentido para suas vidas, por meio da possibilidade do aprender. Os jovens e adultos da EJA, assim como todos nós, possuem histórias que constituem suas trajetórias de vida. Os trabalhadores-estudantes da EJA tem suas vidas marcadas por lutas, pela sobrevivência, privações de direitos, mas também de sonhos por uma vida melhor. Ao contar sua história os estudantes revivem e verificam qual seu papel como sujeitos de direitos. Visualizam aquilo que viveram e transformam aquilo que já não lhes servem. Como aponta Freire (1988, p.17):

Na objetivação transparece, pois, a responsabilidade histórica do sujeito: ao reproduzi-la criticamente, o homem se reconhece como sujeito que elabora o mundo; nele, no mundo, efetua-se a necessária mediação do auto-reconhecimento que o personaliza e o conscientiza como autor responsável de sua própria história.

As histórias de vida revelam a realidade dos estudantes, considerando

que os contextos (pessoal/social/profissional) em que estão inseridos representam possibilidades reais de aprendizagens, bem como suas relações com a sala de aula, a educação e a multiculturalidade (ANDRADE; MAURÍCIO, 2018). Conhecer a história dos estudantes e permitir que se conheçam, que olhem para suas necessidades, limitações, desejos, motivações, perspectivas, o “saber mais de si”, do qual nos fala Arroyo (2017), possui um caráter pedagógico relacionado diretamente ao processo de ensino-aprendizagem.

Quando questionados quais os motivos que os levaram a abandonar os estudos na infância ou adolescência, é comum ouvirmos sobre as dificuldades econômicas vivenciadas na infância, como: fome; moradia precária; poucos recursos para saúde e subsistência de todos, havendo a necessidade de que ainda crianças ajudassem no trabalho, contribuindo no orçamento familiar. Como nos trechos abaixo:

Uai, naquela época era bão. Bão pra daná a escola, mais era dificuldade demais que tinha naquele tempo. Era muito longe a escola e tinha que ir de a pé e tudo, nois teve que pará por questão de trabalho e nois teve que começar trabalha. Daí nois teve que pará, não teve jeito de estuda mais não (Almiron, 47 anos, trabalhador rural).⁶

Comecei a trabalha ajudano minha mãe, ajudano meus irmão, por eu ser o terceiro mais velho da casa, da família e, ajudano meus irmão que era mais pequeno, trabalhano. Daí fui trabalha de gari, fui trabalha de pintura, mexia com construção civil aí não tinha oportunidade de volta estuda. Chegava em casa preocupado, não tive essa oportunidade de estuda mesmo. Eu tinha vontade, porém, meus dois irmão mais velho estudou bem, e o caçula dos meus irmão também estudo bastante, porque nós fizemo ele estuda, minhas irmãs... Quem não tem estudo é eu e o meu irmão mais véi, porque nois tinha que trabalha pra ajuda a família (Quirino, 54 anos, motorista).

Nesses contextos distintos, observamos que o trabalho infantil definiu a vida dos sujeitos. A luta pela sobrevivência foi a principal razão para a precoce inserção no mundo do trabalho dos estudantes. A divisão do trabalho, motivada pelo capitalismo e pela desigualdade social foi determinante para que quando crianças fossem afastados da escola. Para Bayma-Freire et al. (2016) um dos principais fatores que expõe crianças e adolescentes à situação de trabalho infantil é a pobreza, pois, a necessidade de complementação da renda familiar leva ao abandono escolar.

⁶ Optamos por manter a oralidade para respeitar a fala e vivência dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

A pobreza de muitas famílias induz a inserção precoce dos filhos no mercado de trabalho e a convivência com o abandono escolar. Todos os estados brasileiros apresentam elevados índices de abandono escolar nas famílias pobres. A desigualdade socioeconômica parece ser um problema secular no Brasil, e usada como “estandarte” das promessas eleitorais de sucessivos políticos. (FREIRE et al., 2016, p. 216).

As famílias em situação de vulnerabilidade social sobrevivem em condições precárias com relação à alimentação; saúde; higiene; educação; além de enfrentarem o desemprego ou empregabilidade informal. Esses fatores interferem diretamente no processo de aprendizagem dos estudantes, que diante de tais condições de vida, priorizam a sobrevivência imediata, tendo que trabalhar à estudar, refletindo na baixa escolaridade entre as famílias de classe baixa (SILVA; RAPOPORT, 2013). Como nos conta a estudante Edite,

Bão, eu vou fala aqui um negócio pra você, não é assim com falta de educação, mais eu não tive estudo quando eu era pequena. Quando o meu pai separou da minha mãe, eu tava com três meis de nascida e minha mãe ficô com oito filhos. A minha mãe era lavadera, nós morava na Bahia, então minha mãe trabalhava pra dá o que cume pra gente, então não preocupava com escola pra nós né. Aí quando nós começou com sete ano eu tive que trabalha pra mim calça, vesti. A minha primeira chinela foi uma chinela havaiana né, eu tava trabalhano de lava vasia pro zoto aí, a mulhé foi e comprou uma chinela havaiana e me deu. Então eu aí fui começa ajuda minha mãe em casa. Não tinha oportunidade de estuda sabe [...] (Edite, 49 anos, trabalhadora rural).

Como visto, o trabalho infantil é uma condição recorrente na trajetória de vida dos estudantes da EJA, ele é um fenômeno social que está relacionado às condições econômicas, à estrutura produtiva, mas também de ordem cultural. A falta de acesso à educação na infância e adolescência deixa consequências no desenvolvimento humano, refletindo na fase adulta. Segundo Oliveira e Maia (2021) um dos principais aspectos que precisam ser combatidos para erradicação do analfabetismo no Brasil, é o trabalho infantil, para isso é necessário o investimento em políticas públicas governamentais de assistência social e econômicas às famílias em situação de vulnerabilidade social.

Figura 2 – Estudante Edite



Fonte: Da Autora

Entre os estudantes da EJA, em todo Brasil, quando apresentadas suas histórias de vida, é comum percebermos a relação com o mercado de trabalho, caracterizadas pelas más condições desenvolvidas desde a infância, atrelada à necessidade de subsistência familiar, deixando consequências desastrosas e levando à marginalização desses sujeitos na vida adulta. Pois, “ao abandonar a sala de aula, o indivíduo limita as suas possibilidades de alcançar melhores condições de vida, mantendo-se em um patamar socialmente e economicamente inferior” (SILVA, 2017, p. 79).

A realidade dos trabalhadores-estudantes da EJA pesquisados não é diferente do contexto nacional. A necessidade de abandonar os estudos ou a não oportunidade de cursá-lo, em decorrência do trabalho, contribuiu para manter sua condição de oprimido alimentando a lógica do capital. Afinal, o capitalismo é um processo econômico que intensifica as desigualdades sociais, através da exploração da mão-de-obra e alienação dos sujeitos, impedindo a mobilidade entre as classes sociais.

No engendramento capitalista, ao excluí-los da sala de aula, privando-os do direito à educação, são mantidas as ideologias da classe dominante, levando às injustiças sociais. Nesse sentido, Freire (1988; 1992) verbera que o papel da

escola consiste justamente, em ser capaz de mostrar aos estudantes às condições de exclusão a que são submetidos, ao abandonar os estudos, e, da esperança das possibilidades de conhecimento de si e do mundo por meio da educação (SILVA, 2017).

Nesse sentido, uma das funções da educação libertadora defendida por Freire (2017; 1996; 1992) e Arroyo (2017), é promover a conscientização que leva à transformação da realidade do público frequentador da EJA: vítimas da desumanização, buscando a igualdade e a justiça social. Para tanto, a proposição de uma educação libertadora anuncia a prática pedagógica problematizadora e desalienadora na busca do “ser mais”. Compreendê-la como uma,

Pedagogia que na sua generosidade transformadora não pode ser praticada por quem domina e oprime, mas por aqueles e aquelas que sendo explorados e exploradas em suas existências não de fazer a transformação dessa pedagogia que, antes sendo do oprimido, passará a ser “a pedagogia dos homens [das mulheres] em processo de permanente libertação” (FREIRE, 1987, p. 41).

Para os autores um dos caminhos propostos para a prática problematizadora é a tomada de consciência dos sujeitos acerca da realidade que os oprime, com intuito de resistir às limitações oriundas do sistema excludente, buscando romper com o ciclo de marginalização sofridas desde a infância. Assim, ao serem questionados sobre quais prejuízos deixados pelo abandono dos estudos na infância e na adolescência, os entrevistados demonstram total consciência das suas perdas e convicção dos direitos que lhes fora roubado pelo fato de não saberem ler e escrever:

A minha dificuldade, o meu prejuízo foi quando eu... Muitas empresa exige hoje em dia o estudo. O Senai, toda vez que eu ia fazer uma ficha numa empresa grande, multinacional, que eu já cheguei entra dentro de uma sala: Embraer, GM, Poutes eu não passava, porque a minha dificuldade era escrevê. Eu tive muita oportunidade de emprego grande mais por falta do estudo eu não tive essa oportunidade (Quirino, 54 anos, motorista).

Com certeza né, a gente perde né, várias oportunidade né, porque a gente quando completa 18 anos a gente vai pro exército. Como você vai pro exército? Você não sabe lê e não sabe escrevê. Porque lá é o primeiro caminho né? É a oportunidade que a gente tem, de ser um cabo, de ser um tenente né? Então não tem como cê participa né? Então é uma coisa que fica em vão na vida da gente né (Rogério, 50 anos, pedreiro).

Em sua obra sobre os estudantes da EJA, Arroyo (2017) reflete as lacunas deixadas pela falta de acesso à educação na idade adequada e da importância dos trabalhadores-estudantes buscarem modificar a situação de marginalização a que foram relegados, voltando para a sala de aula. Conforme enfatiza o autor é importante que enquanto educadores, olhemos para os estudantes da EJA para além da sua condição de estudante naquele espaço-escola. Precisamos compreender a fundo quem são esses sujeitos que, geralmente, vêm de regiões periféricas, acordam bem cedo, dependem do transporte público, pegam mais de uma condução para conseguir chegar à escola, sendo a EJA a última jornada antes de voltarem tarde da noite para casa depois de um dia exaustivo de trabalho.

Portanto, o primeiro direito humano desses sujeitos periféricos é a vida, e a vida justa. Os jovens-adultos têm consciência de serem submetidos a vidas injustas, assim como seus coletivos de trabalhadores, de pobres, negros, dos campos, das periferias. Esperam que, voltando à EJA, seu viver seja menos injusto (ARROYO, 2017, p. 99). Assim, para o autor ao narrar suas experiências de exclusão, os trabalhadores-estudantes ampliam a noção dessa opressão nas estruturas sociopolíticas e, por fim, costuram uma relação pedagógica que os conduza à justiça humana:

Ah, hoje eu me arrependo muito né! Porque eu não sei lê, chego nos lugar muita vez precisa ter que lê alguma coisa. Igual eu falei ainda agora, que eu chego num lugar que precisa lê eu preciso do zoto muitas das vez, e é ruim a gente depende tudo enquanto lê. É igual chega mensagem no meu celular escrito dependo da minha fia pra ela lê pra mim (choro) e assim eu tenho prano de voltar e não tenho prano de desistir. Eu tenho fé em Deus que eu vou voltar em janeiro (Cristiane, 28 anos, diarista).

Ah não, pra mim foi muito prejuízo! Eu tomei foi muito prejuízo de tê parado. Naquele tempo não atingi os objetivos que eu queria ter atingido né, a minha meta agora hoje eu não consigo atingi ela mais. O objetivo que eu precisaria ter estudado pra mim atingi, porque eu queria ter estudado até me forma pra ser um advogado mais como eu não consegui e parei agora não consigo mais atingi a meta (Almiron, 47 anos, trabalhador rural).

Os jovens-adultos quando ingressam ou retornam à sala de aula chegam cheios de expectativas, e uma delas é a vontade de aprender a ler e a escrever. Essa vontade é fruto de necessidades que eles encontram ao longo de suas vidas, pois não dominar a cultura escrita, lhes causa um sentimento de limitação, como se lhes faltasse um membro ou órgão dos sentidos, que os impedem de

realizar atividades cotidianas corriqueiras sozinhos, porém essenciais, como: ir ao banco; fazer compras; pegar um ônibus no terminal, ou até mesmo enviar uma mensagem pelo celular.

Figura 3 – Estudante Almiron



Fonte da Autora

Uma das dificuldades e necessidades do estudante contemporâneo da EJA é a leitura e escrita em ambiente virtual. É comum, ouvirmos queixas sobre as dificuldades na utilização das tecnologias para comunicação. Na tentativa de superá-las pedem ajuda aos filhos ou professores, uma vez que, as tecnologias facilitam a comunicação com os familiares e contribuem para o reconhecimento e ascensão profissional. Ao lhes indagar sobre as dificuldades enfrentadas por não saberem ler e escrever, observamos que se assemelham em muito às de outros estudantes pelo Brasil.

Porque hoje mudou muito, hoje em dia tem tecnologia avançada, sendo que eu tenho um celular na minha casa tem hora que eu não consigo digita uma palavra, porém, eu tem dificuldade em manda assim: “Ah mãe como que tá a senhora?” “Bom dia!” “Como que tá o povo aí?” Como palavras (Quirino, 54 anos, motorista).

Eu moro aqui em Ipameri, aí uns dias atrás fui na Caixa resolvê um negócio na minha conta. Cheguei lá pra tirar a senha eu não sabia né, tive que pedi ajuda a moça. E ela olhou com a cara mei ruim, parece

que não gostou porque eu pedi ajuda. Pra ela tira a senha para mim. Aí eu pus aquilo na minha cabeça, eu tenho que volta estudar pra mim não passa mais por isso né. Aí foi o dia que eu fui que você me viu lá, tava desenvolvendo um pouco graças a Deus. Logo tive que parar de novo. Ai é assim, parei e não voltei, mais eu tenho esperança que eu volto de novo (Cristiane, 28 anos, diariata).

Entendemos que o “voltar para escola” para esses sujeitos se relaciona muito além de aprender a ler ou a escrever ou ser alfabetizado, mas com aprender a utilizar os conhecimentos apreendidos na escola, no cotidiano e na vida. Sabemos que o ler e escrever, para esses estudantes possui um papel socialmente amplo. Para eles é fundamental conseguir interagir com o mundo da letra, seja da forma oral ou escrita, de modo que consigam desenvolver habilidades críticas e emancipatórias. Para que assim, “[...] as pessoas que vivem numa cultura que conhece as letras não continuem roubadas de um direito – o de somar à ‘leitura’ que já fazem do mundo, a leitura da palavra, que ainda não fazem” (FREIRE, 1989 apud BARRETO, 1988, p.77).

Na visão freireana, ao se promover a alfabetização de jovens-adultos mais do que um enfrentamento metodológico e prático ao analfabetismo, tem-se a afirmação de um direito básico e universal, que é a educação escolar. Dessa maneira, compreendemos que para uma formação cidadã, que leve às práticas educativas emancipatórias, os trabalhadores-estudantes precisam ser alfabetizados na perspectiva do letramento. É indispensável que os professores não só alfabetizem, mas utilizem materiais didáticos diversos, uma multiplicidade de gêneros textuais, para proporcionar, também, o letramento desses estudantes.

Para alfabetizar letrando, deve haver um trabalho intencional de sensibilização, por meio de atividades de comunicação, por exemplo: escrever para alguém que não está presente (bilhetes, correspondência escolar), contar uma história por escrito, produzir um jornal escolar, um cartaz etc. Assim a escrita passa a ter função social (CARVALHO, 2011, p. 69).

O docente exerce um papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem e no desenvolvimento dos estudantes para a apropriação da leitura e escrita. Para que a mediação docente seja efetiva é preciso que ela considere a experiência, o conhecimento, os saberes pedagógicos dos trabalhadores-estudantes da EJA. Para Freire (1996), o docente precisa ter consciência da incompletude do ser humano, pois ao levar os estudantes a tomar

consciência dela, eles são estimulados a pensarem, tornando-se mais criativos, curiosos sobre o mundo e conscientes de si.

Em diálogo com o pensamento freireano, Miguel Arroyo discute em *Outros Sujeitos, Outras Pedagogias* (2012), como o jovem-adulto deve ser envolvido, motivado, incentivado a atribuir sentido àquilo que aprende e, transformar a aprendizagem em conhecimento para si e para suas relações cotidianas, seja de trabalho, com a família ou com a sociedade.

Nas pedagogias escolares se avança também no reconhecimento de que com *Outros Sujeitos* outras crianças, outros adolescentes, jovens e adultos, que chegam às escolas e às universidades chegam outros conhecimentos, outras vivências de mundo, logo outras leituras de mundo, de cidade, do campo. Chega outras formas de ser/viver a infância a adolescência, a juventude, logo, outras leituras de si mesmas (grifo do autor) (ARROYO, 2012, p. 35).

Nesse sentido, docentes e equipe pedagógica desempenham uma função social para a permanência desses sujeitos na escola contribuindo para o aprendizado e para suas vidas. Quando interrogados sobre como foram recebidos na escola e se de alguma maneira a equipe escolar contribuiu para sua continuidade nos estudos, muitos deles relataram que a equipe escolar e os docentes os motivaram a enfrentar os desafios e a concluir os estudos.

Quem me incentivou foi meu colega né, ele é o professor seu João da escola aqui a gente é vizin. Ele me incentivou e peguei e vim né, tô gostano tô achano bão. (Rogério, 50 anos, pedreiro).

O dia que comecei, quando eu vim fazê a matrícula aí a diretora falou assim você já pode começa amanhã. Eu digo: “não amanhã eu não posso porque só vô tê como comprar os material na próxima semana. Agora eu não tenho”. Ela pegou, pois não seja por isso, e amanhã você pode vim que nois vai doar os material pra você. E realmente no dia seguinte eu fui tinha o caderno, tinha lapiseira, tinha o lápis, tinha tudo. Eles arrumaram e me deram entendeu? Aí eu me senti mais apoiada ainda. E o quê que acontece? Eu me senti forte nessa hora entendeu? Digo então é aqui que vou ficar mais eu tive que sair de novo, mais aí eu vou voltar, não vou desistir não [...] (Cristiane, 28 anos, diarista).

Até que eu tava indo muito bem né? Eu gostei demais é igual o professor que tava comigo lá. Ele falo pessoa igual você que não conhece as letras, mas algumas letra eu conheço. Você tá indo muito bem. Ele me deu até parabéns nesse dia. Eu me lembro como se fosse hoje, ele me deu parabéns porque quando cheguei a única coisa que eu sei é escrever meu nome e algumas letra, eu conheço não todas mais eu conheço entendeu aí peros dias que eu fiquei lá no mês de agosto eu me desenvolvi bem [...] (Cristiane, 28 anos, diarista).

A situação de Cristiane é recorrente nessa modalidade de ensino. Ela não conseguiu dar continuidade aos estudos por sair tarde do trabalho como

diarista, ou simplesmente por estar muito cansada, e não conseguir ir à aula depois de um dia de trabalho exaustivo. Não é a primeira vez que ela tenta retomar, os estudos, mas como das outras vezes, sua condição de mulher, dona de casa, mãe, e mantenedora do lar, se sobressaem à sua vontade de continuar os estudos e terminar a primeira fase.

Outro fator importante para a permanência dos estudantes é o apoio familiar. Em muitos contextos ele é primordial para que os jovens-adultos e idosos consigam concluir seus estudos, seja com apoio moral ou de diversas maneiras, como em muitos casos em que familiares, por exemplo, os filhos que já possuem escolaridade auxiliam na realização das atividades escolares; ou oferecendo uma carona até à escola; ajudando na compra do material escolar.

Enfim, observamos que os estudantes que recebem apoio familiar se sentem mais motivados a concluírem seus estudos, e, por outro lado, demonstram orgulho e satisfação por dividir esta realização pessoal com os seus. Ao serem perguntados sobre o fato de receberem apoio familiar para os estudos, alguns relatos evidenciam a importância das relações familiares para esses sujeitos como os apresentados a seguir:

Sim sim apoia bastante eles jamais interessa que nois deixa de estuda, eles què que nois vai mais longe mais o tempo não deixa a gente isso de estudar mais que é muito corrido (Almiron, 47 anos, trabalhador rural).

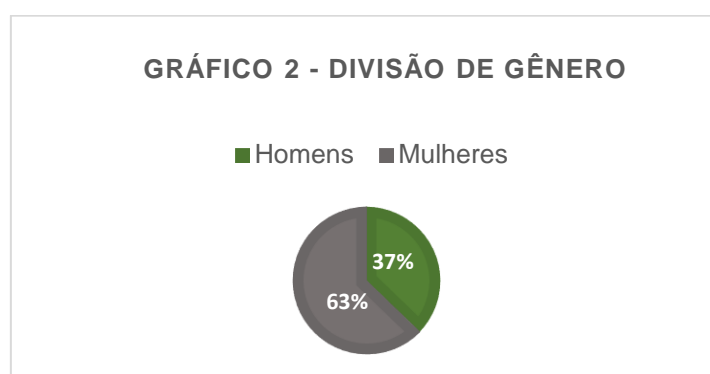
Ah, faz falta demais né! Nossa Senhora, é meu sonho sabe? Deu num... complicado demais cê num subé. Acho que a pessoa que não sabe lê e escrevê, eu acho que é a mesma coisa de cê mudo e surdo, eu penso assim, sabe? Porque se o cê não sabe lê, você tem que pedi uma pessoa pra lê pra você né. É ruim, é complicado isso. É vergonhoso e as vezes muitas pessoa, critica né. Agora tem uns que apoia né, então eu acho que eu tô no caminho certo. Eu tô tendo muito apoio certo então, eu tô gostando e eu tenho fé em Deus que eu vou consegui (Rogério, 50 anos, pedreiro).

Tenho esses dias eu memo que eu falei que eu ia volta estuda, o meu marido ele me deu muita força ele falou vai e não desiste. Si cê tá com vontade não faz vergonha né segue em frente e vai. Minha menina tamém falou: “ah não mãe vai”, eu disse pra minha fia se eu chega aqui e precisa de ajuda na tarefa vai me ajudar? Ela, “não eu ajudo a senhora” aí, o què que acontece, eu me senti apoiada nê?! (Cristiane, 28 anos, diarista).

Pra se sincera pra você o apoio que eu não tive na minha adolescência hoje eu tenho com os meus filho. Os meus filho briga se num vai para escola, tem que tira carteira para de, tira a carteira mais não què ir pra escola. Como que vai tira a carteira? Então eles cobra muito de mim. Eu tem apoio totalmente tanto dos meus filho como do meu marido (Edite, 49 anos, trabalhadora rural).

Como podemos visualizar no gráfico abaixo, as estudantes do sexo feminino da I fase da EJA, matriculadas entre os anos de 2020-2022, na Escola Municipal de Jovens e Adultos José Pedroso, representam um percentual de 63% (64 estudantes) do total de alunos daquele período. O que demonstra a importância de considerarmos as particularidades das condições de vida das trabalhadoras-estudantes determinadas pelo gênero como fatores que interferem e contribuem para a evasão escolar entre os sujeitos dessa modalidade de ensino

Gráfico 2 - Divisão de Gênero



Fonte: Própria

Para as mulheres, os desafios enfrentados para sua permanência em sala de aula são acentuados, pois em sua maioria, além das obrigações oriundas do mercado de trabalho, elas têm as responsabilidades da dupla jornada, com os

cuidados com a casa e com os filhos, que demandam tempo e energia. Em muitas situações são proibidas por seus maridos de estudarem por ser no período noturno, ou até mesmo porque essa é uma maneira de exercerem controle sobre elas.

Assim é, eu só parei porque eu tinha arrumado umas faxina no caso, e num chegava in tempo de toma banho, de arruma janta pra pode ir pra escola. Aí eu dei uma parada. Mais o quê que acontece? Agora pra mim, pelo que eu tô vendo, não vai ter nada que vai impactar eu i, entendeu? Aí eu vou ajeita pra i, vou chega no horário certim. Fui muito bem recebida lá, nossa senhora nem se compara cum nois lá no Nordeste. No Nordeste nunca é igual, fui lá no João Marcelino fui muito bem recebida. Inté hoje eles me ligaram me perguntano se eu ia continua, se a minha vaga era pra fica reaberta pode deixa a minha vaga aí, que eu vou volta aí. A moça foi e falou pelo telefone pra mim então, você pode vim renova sua matrícula e continua nos estudos não desista não, você tem um futuro pela frente (Cristiane, 28 anos, diarista).

Outra trabalhadora-estudante na mesma situação de Cristiane, é Edite, que precisou interromper os estudos no segundo semestre de 2022, em função das obrigações domésticas, problemas de saúde e dificuldades ocasionadas pela pandemia.

Esse semestre eu fiquei afastada por causa que eu tô com problema no pé já tem uns trinta dias que eu não vou para escola. Agora o ano passado não teve por causa da ipidemia né? Então surgiu esses atraso mais eu pretendo retorna a partir de segunda-feira que vem que eu não vô para né, posso até pará, assim algum dia Deus me resolvê me carregá (Edite, 49 anos, trabalhadora rural).

Quando analisamos essas situações que são semelhantes às de muitas mulheres pelo Brasil e pelo mundo, se a fizermos a partir de um viés de gênero, veremos que os problemas enfrentados por essas trabalhadoras-estudantes estão enraizados em nossa sociedade, sendo legitimados pelo patriarcado. A luta das mulheres por igualdade de direitos no mercado de trabalho e demais esferas da sociedade é essencial para construção de uma nação mais justa, e as conquistas até então alcançadas pelas mulheres brasileiras perpassam os bancos da sala de aula.

As lutas dos movimentos feministas fazem parte de uma educação libertadora, através da qual, mulheres a partir de organizações coletivas passaram a questionar as relações de gênero e reivindicar sua valorização e emancipação, renegando o lugar de inferioridade que lhes fora destinado. “A sociedade machista fez questão de evidenciar que lugar a mulher devia e deve ocupar na casa, na propriedade e na comunidade, sendo a ela negado muitos

saberes” (PINHEIRO, 2016, p. 154).

Na tentativa de desconstruir essa visão equivocada da mulher, o movimento feminista popular propõe um processo de reeducação do mundo para novos valores, de modo que os homens também pudessem compartilhar desse conhecimento para juntos construir outras relações de gênero e com a natureza.

A prática educativa dos movimentos sociais feministas encontra-se e entrelaça-se a concepção de educação popular freiriana, que aliadas às teorias feministas contribuem na prática da dialogicidade e do ato político de construir conhecimento a partir das experiências cotidianas e coletivas. As mulheres assumem-se protagonistas da ação transformadora de suas vidas e do mundo, gerando auto-organização e constroem relações com outras mulheres que ainda não participam de nenhum grupo de debate, fazendo dessa ação essencialmente educativa (PINHEIRO, 2016, p. 159).

Assim, a educação popular, e, no caso a EJA ocupam um papel primordial para desconstrução do machismo e para o empoderamento de mulheres. Para que as mulheres da classe trabalhadora reconstruam sua história e resistam às diversas formas de opressão, não existe outro caminho, se não o do conhecimento de si, do outro e do mundo. Ao retomar seus estudos, e se apropriar de conhecimentos como o ato de ler e escrever, por exemplo, essas trabalhadoras-estudantes rompem com o véu da dependência, e, da subalternidade, caminhando em direção à emancipação de gênero e classe.

Quando voltei estudar eu senti uma criança que vai para o primeiro dia de aula. A gente se sente jovem, adolescente, a gente se sente e a gente volta a enxergar porque a gente que é analfabeto, infelizmente a gente é cego, infelizmente a gente é cego. Depois que começa não menina, é uma drenalina (risadas), é uma coisa boa demais sabe, só quem sabe que já passô [...] Olhe eu vô cê franca em fala pra você, só da gente num depende de ninguém acompanha a gente ne? Da gente não fica no banco mendigando, pedindo um, pedindo outro pra mexe no caixa eletrônico. Acho que isso aí já é um avanço muito grande, muito grande sabe. De primeiro o coração acelerava eu tinha que tá olhando pra um, pedindo o rapaz ajuda aqui, tem como você pegar isso pra mim? Então hoje eu não tem que dá satisfação pra ninguém. Agradeço sim a todas pessoas que me ajudaram, nunca falou não, nunca passei vergonha no banco, na lotérica não. Mais é bão que a gente cresce, a gente cresce mais. Cada degrau que a gente dá um passo é bão demais (Edite, 49 anos).

Assim como as estudantes do sexo feminino, os trabalhadores-estudantes enfrentam suas dificuldades para permanecerem na escola e concluírem seus

estudos. Diferentemente das mulheres, as principais queixas dos homens são com relação ao cansaço exaustivo do trabalho puxado com a lida no campo, nas obras de construção e do serviço como funcionário público na secretaria de obras. O Srº. Almiron conseguiu concluir os estudos no semestre passado. Rogério e Quirino continuam os estudos, e até o final do semestre Cristiane e Edite ainda estavam afastadas, mas ambas pretendiam retornar no início desse ano letivo de 2023. Quando lhes perguntamos se pretendem continuar os estudos e se desejam fazer uma faculdade, apesar das particularidades dos desafios enfrentados por cada um, todos compartilham de um mesmo sonho e ideal que é vencer na vida por meio dos estudos, e através da educação conquistar a independência:

Eu tenho vontade de me formá fazeê uma faculdade,,cê alguém na vida. Uai eu, se eu de conta, eu tinha vontade de forma em engenheiro. Eu mexo nessa área de construção né, então eu vejo assim, eu acho legal demais (Rogério, 50 anos, pedreiro).

Difícil, mais agora hoje com a idade que eu tenho hoje, 54 anos, eu quero volta porque tenho um objetivo para mim. Porque eu quero mexe com computação, meu sonho aqui em Goiás é trabalha com colheitadeira, plantadeira, porque elas precisa e exige o estudo que tem que ter também o curso de computação. (Quirino, 54 anos, motorista).

Tenho, tenho, tenho, tenho o meu projeto né. O meu projeto é acaba de estudr, faze uma faculdade né, mais até lá pra me faze uma faculdade eu vou faze um curso de enfermagem que aí dá pra me paga a minha faculdade (Edite, 49 anos, trabalhadora rural).

Nesse ponto consiste uma das maiores conquistas dos sujeitos da EJA, que ao se apropriarem do conhecimento e dos saberes compartilhados na sala de aula passam a sonhar, a vislumbrar novos horizontes e possibilidades. Ao almejar adentar no Ensino Superior e cursar uma faculdade, conquistar uma nova profissão, alcançar outro estrato social e melhores condições de vida, os estudantes se veem projetando seus sonhos, ao mesmo tempo em que já não se encontram estagnados, mas puseram-se em movimento contra a ordem de opressão social e econômica a que estavam submetidos, rompendo com o ciclo de marginalização estruturada pelo sistema.

Com esses relatos nos damos conta da importância do acesso à educação para esses sujeitos, que tiveram ao longo de suas vidas inúmeros prejuízos e processos de exclusão decorrentes da falta dos estudos e de não

dominarem a linguagem oral e escrita. Para trabalhadores-estudantes da EJA em Ipameri-GO, observamos que mais do que melhores oportunidades de emprego, melhores condições financeiras, a apropriação da leitura e da escrita, dos múltiplos saberes, o acesso ao conhecimento e à educação escolar na modalidade da EJA tem contribuído no resgate da autoestima e da dignidade humana.

3.3. IMPACTOS DO ENSINO REMOTO NO PROCESSO DE ENSINO – APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES DA EJA

Em 2020, houve a interrupção mundial de inúmeras atividades presenciais nos mais diversos setores devido a implementação das medidas de distanciamento social decorrentes da pandemia do COVID-19. O campo da educação foi um dos mais atingidos, tendo sofrido impactos profundos, uma vez que mais de 190 países precisaram fechar suas escolas e suspender as aulas presenciais, afetando cerca de 1,6 bilhão de estudantes (UNESCO, 2020).

As comunidades escolares tiveram que agir rapidamente em busca de soluções emergenciais que dessem continuidade às atividades educacionais. Embora os governos dos países tenham adotado medidas diferentes para dar continuidade remotamente às jornadas escolares, a maior parte optou por fazer uso de recursos digitais, os quais poderiam propiciar a aproximação entre escolas, processos educativos e alunos em seus domicílios. Com a nova configuração que se consolidou com o ensino remoto no Brasil, com os estudantes em seus lares, separados por uma tela (de computador, notebook ou celular) do professor regente da turma, muitas foram as dificuldades enfrentadas devido a descontinuidade no processo de ensino-aprendizagem, interrompendo o ciclo alfabetizador.

Diante disso, foram diversos os desafios transpostos pelos docentes, que precisaram aprender a usar as tecnologias; gerenciar aula ministrada em ambiente diferente do aluno; adequar o tempo síncrono, para o atendimento de todos. Tirar dúvidas, além de buscar meios para atender aqueles que não conseguiam absorver o suficiente para desenvolver as atividades propostas e/ou não tinham acesso às aulas virtuais, os *desconectados* (FARIA et al., 2022).

Motoki e Zanata (2022) apontam que assim como os alunos da rede regular de ensino, muitos alunos da EJA também enfrentaram esses entraves pelos mesmos motivos, somados à sua inabilidade ao uso das TDIC. Considerando que os estudantes da EJA são trabalhadores-estudantes, o ensino remoto exige deles um comprometimento, uma autonomia e autogestão do seu processo de aprendizagem ainda maior do que o presencial pois, “[...] estar conectado não significa, necessariamente, dedicação às aulas online.” (SOUZA; MIRANDA, 2021, p. 46).

Segundo os pesquisadores Teer et al. (2021); Almeida e Souza (2022), numa realidade escolar em que os estudantes são prioritariamente, pais e mães de família, que enfrentam dificuldades financeiras devido aos altos índices de desemprego, baixos salários e gastos para subsistência básica com moradia (aluguel, água, energia); alimentação; saúde; de nada adianta os professores darem aula *online* se seus alunos não têm condições de acompanhá-la, pois, para que uma aula remota aconteça

são necessários, pelo menos, os seguintes recursos tecnológicos: acesso à internet banda larga de qualidade e aparelho que comporte programas como PDF (Portable Document Format), Word e videoconferência. Também ficou evidente a falta de recursos como espaço físico adequado para estudo e material escolar para anotação (TEER et al., 2021, p. 95).

Assim, como em outras modalidades de ensino, um dos principais desafios enfrentados pelos alunos da EJA, no contexto investigado, foi a falta de aparelhos tecnológicos com suporte necessário ao acompanhamento de plataformas virtuais (*Google Meet; Zoom; Google Classroom*), e internet de baixa qualidade. Já no contexto de nossa pesquisa, por muitos estudantes morarem no assentamento – zona rural, alguns deles relataram, inclusive, não ter acesso à internet, quando questionados se tiveram aulas online e quais as principais dificuldades enfrentadas para realização das atividades assíncronas durante o período remoto, como nos conta os alunos Edite e Almiron:

Tinha...no começo, pra fazer as prova... teve aula online. Mas teve muita gente que nem fez porque não sabia entrar no aplicativo. Eu mesma parei de fazer porque a internet na roça era ruim, num entrava, foi muito dificultoso (Edite, 49 anos, trabalhadora rural).

Uai, pra nós foi uma das grande dificuldade foi que só vinha as tarefa né, e as tarefa pra nós sem tê o instrutor pra explicá, num resolvia quase nada, porque nós num entendia nada, não tinha como a gente aprende sozím, aí pra nós foi uma grande dificuldade. Eu mesmo tive grande dificuldade na época da pandemia (Almiron, 47 anos, trabalhador rural).

Conforme Motoki et al. (2021) os estudantes da EJA são um público que não estavam preparados para a realização de atividades em ambiente virtual, com a mediação das plataformas virtuais, devido à falta de acesso às tecnologias digitais, mas também diante das limitações decorrentes do baixo nível de letramento digital, dificultando a compreensão dos mesmos, evidenciando-se a exclusão digital que permeia a realidade desse público-alvo.

As dificuldades enfrentadas por eles para aprendizagem em ambientes virtuais, se devem a diversos fatores, entre eles o fato de que “muitos aportes teóricos que tratam do uso desses recursos digitais para a Educação Básica são voltados especificamente para a educação no ensino regular” (MOTOKI; ZANATA, 2022, p. 78). Assim, por muitas razões, a maioria desses estudantes são alunos que não puderam concluir seus estudos na idade adequada, geralmente não têm acesso às TDIC, ou tampouco as utilizam para aprendizagem.

Ao perguntá-los se a professora utilizava algum recurso tecnológico com uso de internet, com transmissão via *Google Meet*, via *whatsapp*? Os estudantes nos contaram um pouco sobre como foi a experiência das aulas assíncronas, uma vez que não tiveram aulas síncronas.

Eu pra mim a maioria foi só atividade mesmo. Eu não num tive aula através de oline, telefone, esses trem, eu não tive não. A maioria foi através das atividade memu. [...] Era nesse intrevalo de quinze em quinze dia pra gente fazê. (Almiron, 47 anos, trabalhador rural)

Para tentar suprir essas lacunas, a alternativa encontrada pela SME de Ipameri – GO foi a entrega de atividades impressas, levadas pelo motorista do transporte rural, assim como em muitos contextos de estudantes do ensino regular da zona rural por todo Brasil, que não tiveram acesso às aulas *online*, tendo realizado suas atividades por meio de atividades impressas; livro didático e o uso do *Whatsapp* apenas para estabelecimento de comunicação (MACEDO; PORTO, 2022; PINTO et al., 2021).

No entanto, com atividades em mãos, outro obstáculo enfrentado pelos estudantes para a continuidade do ensino durante o período remoto, foi a ausência do professor/alfabetizador no mesmo ambiente que eles, o que dificultou o processo de ensino-aprendizagem, no que diz respeito ao auxílio para a realização das atividades. Quando questionados sobre como se deu a aprendizagem à distância e sem o auxílio do professor, os alunos relataram terem tido pouco aproveitamento:

Foi complicado muito difícil pra nós que é adulto, que tem assim seus cinquenta anos. Pra nós foi muito difícil sem a colaboração do professor ali do lado. Tinha atividade que eu mandava sem fazer, porque eu não sabia...Então essa epidemia fez assim, boom! Nós tava aprendendo, de repente fez todo mundo voltar pro zero (Edite, 49 anos, trabalhadora rural).

Quase nada, quase nada. Pra mim não teve grande êxito no tempo da pandemia. Foi muito pouco, pouco mais pouquíssimo mesmo (Almiron, 47 anos, trabalhador rural).

Essa realidade vivenciada pelos estudantes da Escola Municipal de Jovens e Adultos José Pedroso de Deus é o retrato da situação dos estudantes da EJA espalhados pelo território nacional. Como nos mostra o estudo realizado por Almeida e Souza (2022), com estudantes da EJA da Escola Estadual Deputado Fernando Cláudio Capiberibe Saldanha em Ponta Porã – MS, intitulado *As dificuldades na educação de jovens e adultos (EJA) durante a pandemia de covid-19: adversidades do ensino remoto*, em que os autores constataram que para os estudantes, o maior obstáculo foi a compreensão dos conteúdos e realização das atividades sem o auxílio do educador.

Para os autores, ao considerarmos o processo de aprendizagem para leitura e escrita no contexto da EJA fica evidenciada a necessidade e relevância da presença humanizadora do professor/alfabetizador, de forma que a experiência presencial é insubstituível, proporcionando um processo de ensino-aprendizagem realmente significativo. Ao perguntarmos aos alunos da escola José Pedroso de Deus sobre o retorno das atividades presenciais com o fim do período de isolamento e acerca da importância que o professor tem para eles na aprendizagem, eles reafirmam a necessidade de alguém que os oriente na explanação dos conteúdos e também para sanar as dúvidas:

Com o professor em sala a gente consegue aprender bem melhor, não tem comparação. Sem comparação... (Edite, 49 anos, trabalhadora rural).

Uai, o desenvolvimento foi melhor né, através nas aulas de presença. É melhor que com atividade em casa sozima, porque lá tem quem te explica né, o professor pode explicar, tem novo amigo que talvez algumas perguntas que a gente fica em dúvida, mais tem algum aluno que faz a pergunta a gente já não precisa tá... já esclarece pra gente a questão que a gente tá em dificuldade com ela. Foi muito bom, é muito bom presencial, melhor demais da conta pra nós (Almiron, 47 anos, trabalhador rural).

Dessa maneira, observamos que os estudantes carecem de interação com os docentes na mediação dos conteúdos na EJA, pois, é por meio do contato, que eles se sentem mais confortáveis para fazer perguntas e sanar as dúvidas e, conseqüentemente, há um melhor aproveitamento dos conteúdos apresentados e maior assimilação do conhecimento.

Nesse sentido, destacamos que o professor/alfabetizador exerce um papel fundamental para o processo de aprendizagem em fase de apropriação da leitura e escrita, verificamos ainda que a ausência da proximidade e as limitações de interação com o professor faz com que a aprendizagem dos estudantes seja prejudicada, pois a presença pedagógica do educador qualificado, a partir dos diagnósticos e intervenções constantes, garante as estratégias necessárias ao desenvolvimento alfabético aos estudantes da EJA.

4. CAPÍTULO III – A IMPORTÂNCIA DA MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A experiência do ensino remoto vivenciada nos últimos anos em todas as modalidades de ensino, evidenciou lacunas e emergências para o ensino da leitura e da escrita tanto no ensino regular quanto na EJA. Dentre elas, destacamos a importância do papel do professor/alfabetizador e da relevância do contato humanizador entre professor - aluno para esse momento na vida dos educandos (AURELIANO; QUEIROZ, 2023; NONATO et al., 2023; MENDES et al., 2022).

Para o estudante ingressante na EJA, aprender a ler e escrever é um dos principais objetivos a ser alcançado. Para Freire (2017), o professor exerce um papel fundamental, pois, nessa modalidade de ensino é interessante que o professor seja mediador do processo de ensino - aprendizagem, com quem o aluno exerça uma relação dialógica de trocas de saberes e experiências compartilhadas.

Nessa modalidade de ensino para jovens e adultos, o diálogo é outro aliado importante para o processo ensino-aprendizagem, tendo em vista que o diálogo não é importante apenas para o desenvolvimento cognitivo, como também para o desenvolvimento da linguagem e socialização. O diálogo e a compreensão são portadores significativos para a modalidade da EJA, é uma atividade que precisa ser frequente para um bom relacionamento entre professor e aluno, para que não haja situações frustrantes, entre ambos (SANTOS, 2012, p. 271).

Desse modo, numa perspectiva freireana da alfabetização, é esperado do professor que ele desenvolva com seus alunos práticas sociais de leitura e escrita, que alcancem uma dimensão crítica, reflexiva e emancipadora da aprendizagem. O professor mediador é aquele que aprende enquanto ensina, que considera as realidades e as vivências dos seus alunos. Como destaca Gadotti:

Em nenhum contexto, alfabetizar-se constitui num ato neutro. Na verdade, ninguém alfabetiza ninguém. O alfabetizador não alfabetiza o aluno. Ele é mediador, entre o aprendiz e a escrita, entre o sujeito e o objeto desse processo de construção autônoma do conhecimento. Esta mediação consiste em estruturar atividades que permitam ao alfabetizando agir e pensar sobre a escrita e o mundo (GADOTTI, 2008, p. 59).

Para isso, o professor ao assumir o processo de mediação do conhecimento deve posicionar-se de maneira que instigue seus alunos na busca pelo conhecer, pelo aprender, pelas descobertas que a leitura da palavra, além da leitura do mundo podem lhe proporcionar “a palavra, enquanto signo, é revelada em toda atividade pedagógica – é pelo domínio da palavra que o sujeito torna-se professor(a), que o(a) aluno(a) vai se constituindo, é pela palavra que ambos se identificam como docentes e discentes (SANCEVERINO; 2016, p. 459).

Os educadores da modalidade da EJA, para que oportunizem processos de aprendizagem significativos precisam desenvolver a consciência de busca por metodologias inovadoras; teorias de linguagem simples e acessíveis. Assim, o sentido de mediação neste empregado é o mesmo dimensionado por Sanceverino (2016, p. 456), para quem mediação é tudo aquilo que interfere na forma como entendemos e percebemos o mundo, ela vai muito além de um momento de interação professor – aluno, pois, consiste num “movimento transformador, modificador e construtor da pessoa”.

Na sua pesquisa de doutorado intitulada *Mediação pedagógica na educação de jovens e adultos: exigência existencial e política do diálogo como fundamento da prática*, em que realizou pesquisa empírica em Escola da EJA de Ensino Fundamental em Santa Catarina, a pesquisadora Adriana Regina Sanceverino (2016) observou que os estudantes e docentes do contexto investigado, consideravam que haviam tido aproveitamento, assimilação e aprendizagem quanto maior fosse o diálogo, debate e interação construídos a partir dos conteúdos apresentados, sendo esse o principal medidor de uma boa aula. Como mostram alguns depoimentos de estudantes e professores entrevistados por ela:

“Quando o professor chega, passa a matéria, a gente aprende e discute. Hoje eu aprendo coisas simples que eu não sabia e vou no caminho pra casa discutindo sobre o que aprendi” (AE5.1 apud SANCEVERINO, 2016, p. 462).

“O que eu mais gosto é o jeito do professor de história e geografia explicar. Eles debatem, interagem, o diálogo entre o professor e os alunos. Ou escrita, também adoro escrever” (AE8.3 apud SANCEVERINO, 2016, p. 462).

“Quando se tornam mais falantes, mais participativos, emitem opiniões, questionam, fazem links, pontes, associações com os fatos, trazem contribuições” (PE2 apud SANCEVERINO, 2016, p. 461).

Como evidenciado nos relatos é pela relação dialógica que acontecem nas interações em sala de aula que os estudantes produzem estratégias de assimilação que lhes permite apropriar-se do conhecimento, uma vez que “[...] os seres humanos se constroem em diálogos, pois são essencialmente comunicativos. Não há progresso sem diálogo. Para ele, o momento do diálogo é o momento para transformar a realidade e progredir” (FREIRE, 1975 apud GADOTTI, 1989, p. 46).

Um fator preponderante para a aprendizagem dos estudantes da EJA, é quando estes têm suas realidades e particularidades consideradas, tanto na elaboração do planejamento quanto das vivências cotidianas da sala de aula, afinal, “não é qualquer jovem e qualquer adulto. São jovens e adultos com rosto, com histórias, com cor, com trajetórias sócio étnico-raciais, do campo, da periferia” (SOARES, 2006, p.22). Assim, um dos principais desafios a ser enfrentado pelo professor/alfabetizador da EJA é buscar perceber o que necessitam e os motiva, considerando o que estes estudantes trazem de vivência, que pode contribuir na significação da aprendizagem tanto individual, como coletivamente (SANTOS, 2012).

A respeito disso, um dos alunos entrevistados da Escola José Pedroso de Deus, em Ipameri – Goiás, nos fala sobre a diferença na sua percepção e aprendizagem sobre o conteúdo explicado dependendo da abordagem usada pelo professor em sala e outra aluna, da satisfação pelo reconhecimento do seu progresso na aprendizagem da leitura e escrita pelo professor quando questionados sobre o fato de encontrarem dificuldades para aprender e assimilar os conteúdos trabalhados pelos professores em sala de aula.

Algumas matéria sim eu tenho facilidade nelas, tem umas que eu já tenho algumas deficiência nelas. Não sei se porque o modelo do professor expricá talvez acha dificuldade nela mais, tem umas que o professor sendo bão pra expricá, e a gente já tem facilidade nela, e a gente não acha dificuldade de fazê não (Almiron, 47 anos, trabalhador rural).

A percepção de compreensão das matérias e dos conteúdos explicados é muito significativa para os estudantes, pois ela indica uma superação de suas dificuldades. À medida que vão aprendendo e se apropriando dos conhecimentos, isso contribui para motivação em continuar estudando, apesar dos percalços, lhes devolvendo o sentimento de capacidade e restaurando a humanidade em muitos momentos fragilizada pelas situações adversas enfrentadas para permanência e continuidade dos estudos.

Tão importante para a assimilação dos conteúdos quanto uma abordagem interativa e inovadora por parte dos professores/alfabetizadores são as metodologias das práticas pedagógicas desenvolvidas (SANTOS, 2012). As atividades realizadas nessa modalidade devem ser diferenciadas, de modo que instigue questionamentos; pesquisas; descobertas, porque cada indivíduo interpreta de formas diferentes, favorecendo sua interação com o mundo e o fortalecimento do autoconhecimento. Sobre isso o autor destaca a realização de ações contínuas como forma de construção de uma aprendizagem significativa para os estudantes da EJA:

Podemos dizer ainda, que algumas estratégias de ensino podem ser utilizadas, para um processo ensino aprendizagem com maior eficiência e abrangência, são: participação efetiva do educador no processo de aprendizagem dos alunos que participarão da educação de jovens e adultos, registro contínuo na elaboração de relatórios das atividades realizadas; construção de estudos e pesquisas na seleção das estratégias de operacionalização do conteúdo programático, considerando a flexibilidade e adequação à Pedagogia de Projetos em sala de aula; organização e confecção de materiais pedagógicos; incentivo a pesquisa e leitura continuamente (SANTOS, 2012, p. 273 - 274).

Como já mencionado anteriormente, durante o período remoto esses estudantes não tiveram aulas síncronas, com intermediação das TDIC, apenas realizaram atividades impressas levadas pelo motorista do transporte rural ou pegas na escola. Com isso, apresentaram muitas dificuldades de aprendizagem e relataram não terem aprendido muita coisa nesse período no que diz respeito ao ensino da leitura e escrita.

Em suas descrições sobre as situações enfrentadas para realizar as atividades sem acompanhamento do professor podemos perceber que eles não tinham nenhum outro apoio pedagógico que pudesse lhes esclarecer o enunciado; tirar dúvidas ou explanar o conteúdo que estava sendo trabalhado

nas atividades, proporcionando um conhecimento raso e pouco aproveitamento. Quando perguntados sobre as dificuldades encontradas para realização das atividades sem a ajuda do professor durante o período de ensino remoto e de isolamento social os alunos relatam que:

Tinha vez que algumas atividades eu até tinha que mandá sem fazê porque eu não entendia ela aí, devolvia sem fazê, num dava conta de fazê sozim (Almiron, 47 anos, trabalhador rural).

Tinha atividade que eu mandava sem fazeê, porque eu num sabia. Eu não aprendi nada, nada, porque a gente que tem mais dificuldade quando tem alguma dúvida, se tive em sala, a gente pergunta o professor, e em casa pergunta pra quem? (Edite, 49 anos, trabalhadora rural).

Nesse contexto educacional marcado por uma cultura movente, o papel do professor digital é marcado por responsabilidades sociais e deles são requeridas determinadas funções que lhes convocam agir de modo consciente e crítico (MORAN, 2017). Portanto, durante o ensino remoto foi esperado do professor o desenvolvimento de práticas pedagógicas que considerassem as múltiplas aprendizagens para a realização das atividades síncronas e assíncronas, nem sempre alcançadas. Conforme destacam Motoki e Zanata:

Os docentes também enfrentaram muitos desafios ao se depararem com a necessidade de reformularem suas aulas como alternativas emergenciais para que os alunos pudessem dar continuidade aos seus estudos diante do distanciamento social. Somando-se a essas dificuldades, os professores ainda se depararam com muitos alunos, principalmente os menos jovens, que não possuíam nenhum conhecimento sobre o uso das tecnologias digitais (MOTOKI; ZANATA, 2022, p. 86).

Estudos realizados em diversos estados brasileiros: Paraíba, Bahia, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul; Mato Grosso do Sul, em escolas da EJA, por exemplo, mostraram que estudantes que tiveram as experiências das aulas síncronas, com uso das TDIC, apesar de todas as dificuldades de acesso, também apresentaram muitas dificuldades de aprendizagem em decorrência da ausência do professor/alfabetizador no mesmo ambiente, como acontece no ensino presencial, o que reafirma a relevância do professor no ciclo alfabetizador dos alunos na modalidade da EJA (SILVA, 2020); SILVA, 2021; MELO, 2021; TEER et al, 2021; ALMEIDA, SOUZA, 2022).

Diante dos cenários encontrados, coadunamos com pensamento de Santos (2012), para quem uma aprendizagem significativa só pode ser alcançada com a presença humanizadora do professor. Quando questionados sobre a importância que voltar a estudar representa em suas vidas, pôde-se perceber a motivação e a satisfação vivenciada pela oportunidade do aprendizado nas falas dos estudantes:

Eu tô voltando de novo pra eu aprende. Que meu irmão mora em Portugal ele me ligou “ou vem trabalha aqui, que aqui você vai ganha dinheiro” mas como que eu vou se eu não sei escreve. Quê que adianta eu fazê um monte de conta, sei faze uma casa, também sou meio pedreiro, construo uma casa mais não sei escreve, se precisa compra tijolo, areia e compra num sei o quê? Se é preciso escreve como que eu faço? Se eu não sei escreve (Quirino, 54 anos, motorista).

No começo eu só sabia escrevê o meu nome né, agora eu sei lê, eu escrevo assim, mais ou menos, mais hoje do conta de escrevê umas palavras. Então, eu tô muito feliz, e ela perguntou se eu tenho plano de continua, tenho sim, que o meu sonho é de ser uma advogada. Ainda agora, já penô, com quarenta e nove ano ainda sonha de sê uma advogada? Mas eu vou sê! (Edite, 49 anos, trabalhadora rural).

Assim, é por meio da postura consciente do professor que há possibilidades de desenvolvimento de situações que promovam confrontos de realidades, despertando nos estudantes desejos de mudança e instigando-lhes a busca por novas conquistas. De tal modo que a mediação pedagógica alcança seu fim, justamente na construção dessa interação, que contempla o descobrir, o compartilhar e socializar, principalmente para esses alunos, que têm uma vida marcada pela transposição de dificuldades e barreiras sociais

Com o retorno das aulas presenciais em 2022, os alunos puderam fazer um balanço do período do ensino remoto e da diferença de estar em sala para compreensão do conteúdo abordado, motivação de estudar, facilidade em realizar as atividades, entre outros aspectos. Ao questioná-los acerca da assimilação do conteúdo com a presença do professor em sala, eles são enfáticos em apresentar as vantagens do ensino presencial para o aprendizado:

Demais da conta, ixi, muitas veiz melhor. Os professor são ótimo, bons professor que tem nessas atividade nossa que nós estuda, mutto bom professor, escrece tudim pra gente o que a gente fica em dúvida, a gente consegue aprende na maior facilidade. Uai, o professor em sala é mais fácil de exprica o conteúdo pra gente do que ele tenta da outra forma sem tê jeito de exprica pra gente. O aluno longe da sala de aula ele não aprende nada não. Ele fica só impatano tempo, porque num consegue aprende não. Uai, eu acho que mais ou meno, é, a base que

fazemo sobre isso, nesse primeiro semestre que agora acabamos de fechamos agora, eu acho que tem tudo pra no segundo semestre agora ter um grande êxito pra frente aí, vai melhora bastante no aprendizado de agora pra frente, com as aula presencial, e não houver nenhum outro impedimento mais pra frente, nós tem tudo pra nós aprende muita coisa ainda (Almiron, 47 anos, trabalhador rural).

Meu aprendizado voltou do zero tudo de novo, porque nós passô quase dois ano né, sem escola e a gente voltou a estaca zero de novo e a gente tá começano de novo mais, com a volta o estudo teve um avanço, teve uma melhora boa (Edite, 49 anos, trabalhadora rural).

Uma vez que, ser professor na EJA, vai além da transmissão do conhecimento previamente planejado e o cumprimento do cronograma escolar, implica numa disposição para o desenvolvimento de práticas que aproximem os saberes legitimados pela ciência, mas também os experienciados e trazidos para o espaço escolar (AMORIM; DUQUES, 2017).

No período de observação em campo na Escola José Pedroso de Deus, durante o ano letivo de 2021-2022, um fato que vale ser destacado acerca da atuação docente, foi a constante troca de professores naquele período. O que pudemos observar sobre esse evento foi que os professores que estavam atuando até aquele ano, estavam familiarizados com a rotina cotidiana dos estudantes da EJA, contextualizando sempre que podiam as realidades desses sujeitos ao cotidiano escolar. Com a troca, eles foram substituídos por professores que não possuíam experiências e vivências nas salas de aulas da EJA, mudando a forma com as aulas passaram a ser conduzidas, o que visivelmente causou uma alteração na qualidade das aulas ministradas.

No entanto, apesar da relevância que exercem no processo de ensino-aprendizagem não podemos delegar apenas ao professor/alfabetizador essa responsabilidade, que só pode ser alcançada a partir de uma conjuntura de ações de diversos segmentos. De acordo com Santos (2012); Almeida e Souza (2022) para que se conquiste a excelência na qualidade do ensino ofertado na EJA é necessário o investimento na materialização de políticas públicas; organização e planejamento de órgãos educacionais; conscientização de equipes gestoras e ações formativas docentes. Nessa perspectiva, é que nos debruçamos a seguir em alguns aspectos da urgência de formação continuada aos professores da EJA.

4.1. A URGÊNCIA DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA A MODALIDADE DA EJA

As reflexões e debates sobre a necessidade de se ter um profissional preparado para atuar na EJA; os impasses que dificultam essa preparação; as bases teórico-metodológicas para fundamentação dessa formação não são recentes. Em 1947, foi realizado no Rio de Janeiro, o I Congresso Nacional de Educação de Adultos, em que já se discutiam as especificidades de ações educativas que contemplassem a preparação do docente para trabalhar com jovens e adultos (SOARES, 2016). No II Congresso, realizado em 1958, as críticas em relação à ausência de formação específica e de metodologias e currículo adaptados se tornaram ainda mais evidentes, como ressaltado no trecho:

Uma grande preocupação dos educadores em redefinir seu espaço próprio, bem como as características específicas da educação de adultos. Reconhecia-se que a atuação dos educadores de adultos, apesar de organizada como sistema próprio, reproduzia, de fato, as mesmas ações e características da educação infantil, considerando o adulto como um ignorante, que deveria ser atualizado com os mesmos conteúdos formais da escola primária, e reforçando o preconceito com o analfabeto (PAIVA, 1973, p. 207 – 208).

A formação de professores para atuar na EJA, está contemplada na Lei nº 9394/96 (BRASIL, 1996), também nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (DCNEJA), que estabelecem, no item VIII, concernente à Formação Docente, que o preparo do profissional da educação deve contemplar, além das exigências formativas para todo e qualquer professor, aquelas relativas à complexidade diferencial dessa modalidade de ensino. Sendo que o preparo e busca pela capacitação voltadas para as particularidades e especificidades da Educação de estudantes Jovens e Adultos estão garantidos no Parecer CNE/CEB nº 11/2000 que destaca a necessidade da formação de professores para EJA:

Com maior razão, pode-se dizer que o preparo de um docente voltado para a EJA deve incluir, além das exigências formativas para todo e qualquer professor, aquelas relativas à complexidade diferencial desta modalidade de ensino. Assim esse profissional do magistério deve estar preparado para interagir empaticamente com esta parcela de estudantes e de estabelecer o exercício do diálogo. Jamais um professor aligeirado ou motivado apenas pela boa vontade ou por um

voluntariado idealista e sim um docente que se nutra do geral e também das especificidades que a habilitação como formação sistemática requer (BRASIL, 2000, p. 56).

Se não é uma questão nova, porque os estudos realizados na EJA (GENTIL, 2005; SANTOS, 2012; SOARES; PEDROSO, 2016) são consistentes em apresentar um despreparo docente para lidar com as especificidades da modalidade e o desejo destes por ações formativas? Amorim e Duque (2017) destacam dois pontos importantes dessa realidade:

Por um lado, verifica-se o aumento da oferta de EJA e as tentativas de inclusão social, com esforços para cobrir segmentos sociais, até há pouco tempo, negligenciados. Isso provoca a demanda por um maior número de professores para atender à modalidade. Por outro, as novas urgências impostas pelas modificações da sociedade contemporânea perpassam os diversos ramos da vida humana e adentram a escola, pressionando práticas educativas que contribuam para a formação de um aluno democrático, contemporâneo e com condições exequíveis para alavancar essa nova sociedade (AMORIM; DUQUES, 2017, p. 229).

Ao investigarem as necessidades formativas de educadores da EJA em diferentes municípios da Bahia, constataram que no estado baiano as ações de formação se dão de maneira pontuais; por meio das jornadas pedagógicas, no início do ano letivo, com oficinas, minicursos e palestras para os profissionais da educação, além de reuniões com coordenadores pedagógicos para tomadas de decisões e planejamento pedagógico, o que se torna incipiente e impede a construção de bases teóricas sólidas que levem à realização de práticas educativas reflexivas (AMORIM; DUQUES, 2017).

Já o estudo investigativo realizado por Dantas (2019), acerca de pesquisas sobre a formação docente na EJA, aponta que pesquisadores tem demonstrado um interesse crescente por essa temática nos últimos vinte anos. A pesquisa intitulada *Formação docente em EJA: o que dizem os/as autores/as de artigos* revela ainda que, a formação do professor de jovens e adultos exige estratégias políticas mais plurais, que não se limitem a momentos esporádicos de formação, mas que incluam estratégias mais complexas, “processos de constituição, de reprodução e de transformação”, como exalta Arroyo (2002, p. 199).

Soares e Pedroso (2016), foram além, e verificaram de acordo com um levantamento de estudos realizados sobre contextos da EJA, que a maioria dos

professores da modalidade são recrutados do sistema regular, muitas vezes reproduzindo as metodologias utilizadas nesse para suas aulas; comprometendo a qualidade do processo de ensino. Para Soares e Simões (2005), esse contexto revela o maior desafio enfrentado para uma construção formativa que valorize as especificidades da EJA:

O campo da EJA não construiu, ainda, o consenso de que possui uma especificidade que requer um profissional preparado para o exercício da função. As concepções de EJA variam dependendo do lugar em que é oferecida. Enquanto há lugares que se baseiam na ideia de que “qualquer pessoa pode ensinar para jovens e adultos”, há outros que enxergam a habilitação como um requisito essencial e outros, ainda, que concebem que a formação inicial, apesar de seu valor, não é o preponderante para o trabalho (SOARES; SIMÕES, 2005, p.35).

Outro aspecto que pode dificultar uma política de formação de educadores de jovens e adultos é a inexistência de parâmetros oficiais norteadores que possam delinear o perfil desse profissional. Por outro lado, estudiosos e pesquisadores traçaram uma aproximação mais perto daquele que seria um perfil ideal do educador da EJA, alguém com aporte teórico suficiente para desenvolver práticas reflexivas que levem em conta a pluralidade da sociedade tanto no sentido da diversidade de saberes quanto da desigualdade social, econômica e cultural em que vivemos (CONTRERAS; 2002; SIMÕES, SOARES, 2005; SOARES, PEDROSO, 2016).

Logo, a ideia de formação continuada para EJA está atrelada à formação do educador com compromisso social, uma vez que, ninguém nasce educador, mas se constitui com tal, a partir das práticas cotidianas, por meio das quais constrói uma postura de compromissos com as experiências e necessidades dos seus estudantes (FREIRE, 1996).

Durante o ensino remoto, com a necessidade da intermediação das tecnologias digitais para a realização das aulas síncronas e o desenvolvimento de atividades assíncronas nos contextos escolares que utilizaram desse recurso, observou-se ainda que, além da necessidade de formação continuada para o ensino da EJA, os professores dessa modalidade de ensino também requerem formação continuada voltada para a integração das tecnologias digitais às suas práticas educativas de modo que favoreça na construção da aprendizagem interativa e significativa (MELO, 2021; SILVA, 2021).

Com relação ao contexto escolar da Escola José Pedroso de Deus, verificamos que no período entre 2020 – 2022, os professores da EJA Fase I da Escola José Pedroso de Deus, no município de Ipameri – Goiás, não receberam cursos de formação continuada voltada para sua atuação na EJA, o que reafirma a realidade da precariedade de investimento em formação docente na modalidade em âmbito nacional.

5. PRODUTO EDUCACIONAL

Como o público alvo desta pesquisa são sujeitos em processo de alfabetização, o produto educacional que propusemos, teve como principal objetivo oportunizar uma experiência prática de atividade coletiva voltada ao exercício da leitura e escrita para os estudantes participantes. Logo abaixo apresentamos uma descrição detalhada deste, e um registro fotográfico do dia da socialização e aplicação da atividade realizada na escola após o retorno das atividades presenciais.

Figura 4 – Aplicação do Jogo “Responda, se puder!”



Fonte da autora

No decorrer da pesquisa, observamos que, quase nunca se pratica o lúdico no contexto cotidiano. Os jogos são recursos metodológicos enriquecedores do processo de aprendizagem, pois, são ferramentas lúdicas idealizadas para potencializar o processo de alfabetização, favorecendo assim, a realização de aulas dinâmicas e interativas (Bolzan et al., 2021).

Pensando em uma forma de inseri-lo no processo de ensino-aprendizagem, como uma ferramenta metodológica, elaboramos um jogo, cujo principal objetivo é fixar o conteúdo trabalhado em sala, recorrendo à ludicidade para tal. Afinal,

A ludicidade é uma necessidade do ser humano em qualquer idade e não pode ser vista apenas como diversão. O desenvolvimento do aspecto lúdico facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social, colabora para boa saúde mental, prepara para um estado interior fértil, facilita os processos de socialização, comunicação, expressão e construção do conhecimento. (SANTOS, 1997, p.12).

O lúdico nessa perspectiva é visto não apenas como uma forma de diversão e entretenimento, mas como uma forma de proporcionar ao sujeito maior contato com a realidade em que vive, desencadeando assim, a partir das inúmeras informações que recebe a construção de seus conhecimentos.

Conforme aponta Cortez (2005), por meio do desenvolvimento de atividades lúdicas, o professor tem a oportunidade de desenvolver nos estudantes inúmeras potencialidades, amenizando as dificuldades e favorecendo a assimilação de conteúdos diversos.

Os conhecimentos abordados nessa proposta de jogo são referentes à língua portuguesa (letramento), englobando em um mesmo jogo todas as etapas da primeira fase do ensino fundamental (1º ao 5º ano). Sendo a escola Professor José Pedroso de Deus, uma escola que oferece a EJA e com uma única sala multisseriada EJA, I fase, o jogo foi desenvolvido para que todos os alunos, independentemente de seu nível de conhecimento, possam participar do jogo, promovendo, em concordância com Santos (1997), a socialização, a comunicação, a expressão e a construção do conhecimento.

Conhecendo o jogo

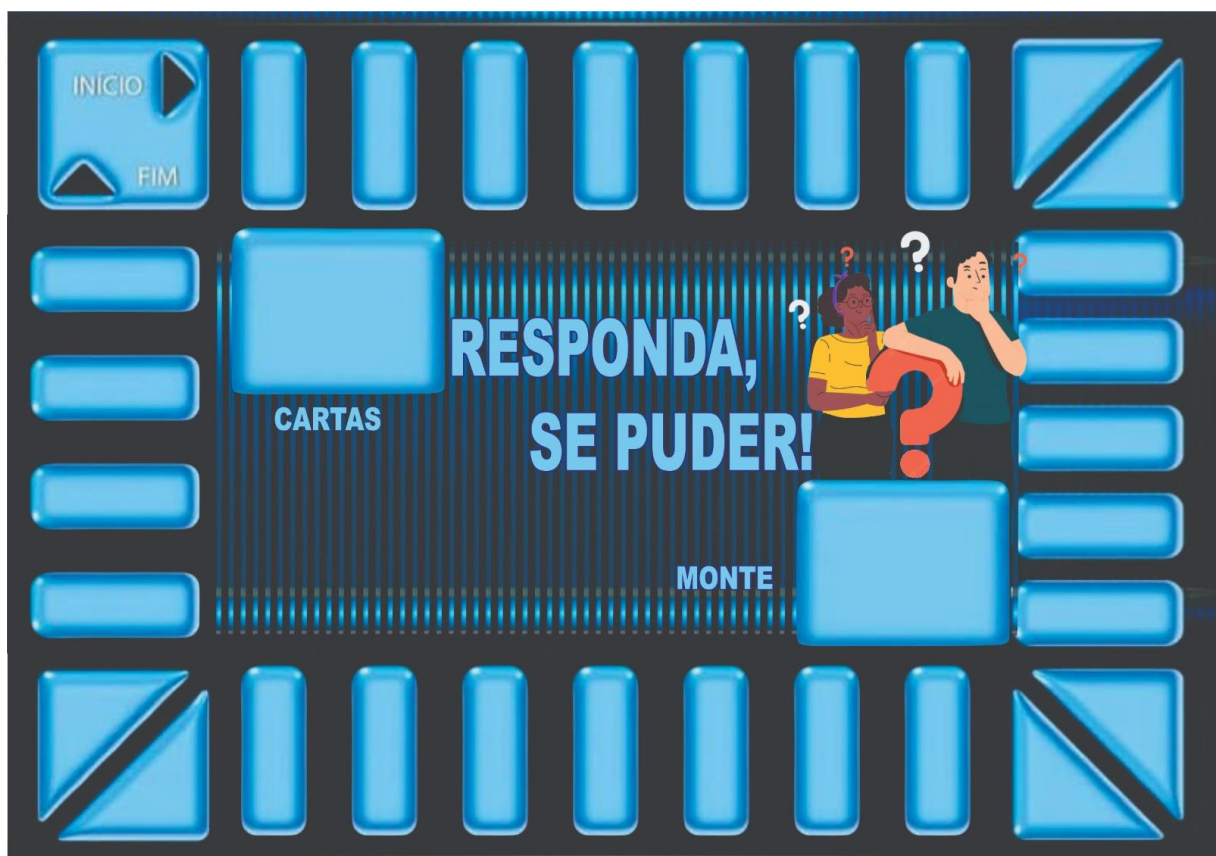
Utilizando o jogo: “Qual é a Palavras?” - Pais e Filhos, como referência, fizemos uma adaptação e criamos o jogo: “Responda, se puder!”. O jogo contém um tabuleiro, cartas, peões com cores diferente e um dado. As cartas contêm perguntas que possam fazer com que os alunos participantes do jogo, identifiquem, revisem e fixem as letras do alfabeto e famílias silábicas. Todos os alunos poderão jogar, porém, os alunos das séries finais da primeira fase do ensino fundamental – 4 e 5º ano, serão os “*Ajudantes ledores*” do jogo pois, os demais jogadores das series iniciais provavelmente não conhecem o alfabeto ou, ainda não tem o domínio da leitura e escrita.

Regras do jogo

- Escolha um peão, colocando-o no local indicado de INICIO, no tabuleiro, lembrando que a cor escolhida representa cada jogador;
- Embaralhe as cartas e coloque-as no local indicado no tabuleiro (*MONTE*), com o conteúdo para baixo;
- Os alunos do 4º ou 5º ano que estiverem participando do jogo, serão os *Ajudantes Ledores*. Sua função é ler as cartas e ajudar os participantes das series iniciais a completarem/responderem o conteúdo das cartas;
- O *Ajudante Ledor* pode ser o mesmo durante toda a rodada do jogo ou alternar entre os participantes aptos para esta função;
- Sorteie quem vai começar o jogo, seguindo o sentido horário para o próximo jogador;
- O jogador retira a carta do monte, lê em voz alta a descrição e responde o conteúdo da carta. Caso precise de ajuda, peça para o *Ajudante Ledor*. Se acertar a resposta, o jogador jogará o dado para saber quantas casas avançará no tabuleiro;

- Pra dar uma emoção no jogo, há algumas cartas com os seguintes dizeres: *PASSE A VEZ*, *VOLTE UMA CASA*, *VOLTE DUAS CASAS*;
- Ganhará o jogo quem primeiro completar o percurso do tabuleiro.

Layout do jogo



Peças do Jogo



3 CONSOANTES DO
ALFABETO

COMPLETE
PI ____CA



UMA FRUTA COM A
CONSOANTE

M

FORME UMA
PALAVRA COM A SÍLABA

DE

UMA PALAVRA QUE
COMECE COM A LETRA

B

SOLETRE SEU NOME

QUANTAS VOGAIS
TEM SEU NOME?

UMA PALAVRA QUE
TENHA A VOGAL

U

UMA PALAVRA COM
3 SÍLABAS
(TRISSÍLABA)

APONTE A VOGAL

E G L

FORME UMA FRASE
COM A PALAVRA
FELIZ

APONTE A
CONSOANTE
A O S

Aplicação e desenvolvimento do jogo em sala de aula

Ao chegar no dia marcado para a aplicação do jogo em sala de aula com os alunos da primeira fase da EJA na Escola Municipal José Pedroso de Deus, fiquei preocupada com a possível ausência dos alunos pois, as aulas começam as 19h e até 19:30 h não havia chegado nenhum aluno. Como já havia detectado nas minhas observações anteriores que os alunos chegavam um pouco mais tarde, fiquei esperando e, logo começaram a chegar.

Compareceram no dia 5 alunos (3 homens e 2 mulheres), dos 9 alunos frequentes, de acordo com o relato da professora de português que iria acompanhar a aplicação do jogo com os alunos. Me apresentei, argumentei o motivo pelo qual estava lá, mostrei o tabuleiro do jogo e expliquei todas as regras. Sem dúvidas aparentes, pedi aos alunos que me ajudassem arrumar a sala para começarmos o jogo. Colocamos a mesa da professora no meio da sala e 5 cadeiras em volta da mesa para que os alunos se sentassem ao redor.

Identificamos os alunos das séries mais avançadas – 4º e 5º anos para serem os *Ajudantes Ledores* – eram 2 e em seguida escolheram as cores dos peões para se identificarem no jogo.

Embaralhadas as cartas o jogo se iniciou.

Não fizemos sorteio para ver quem começaria o jogo. Começamos com um aluno *Ajudante Ledor* para que os demais entendessem a proposta do jogo.

Não tiveram dificuldades com a execução do jogo em si, As dificuldades apresentadas foram de compreensão/leitura das cartas pois como a leitura quase soletrada, alguns alunos demoravam compreender o que pedia as cartas mas, assim que conseguiam entender, por si só, ou as vezes por dicas dadas pelo Ajudante Ledor, o aluno participante conseguia responder o conteúdo da carta e avançar no jogo. Tiveram dificuldades também em lembrar todas as letras do alfabeto, principalmente as letras internacionais – K, W, Y.

Outra dificuldade apontada foi com relação a identificação de vogal e consoante, letras e sílabas, tendo dúvidas em diferenciá-las. Mas notamos que essas dificuldades eram apresentadas nos alunos das séries iniciais, sendo comum pois, ainda não conhecem ou memorizaram todas as letras do alfabeto e as famílias silábicas.

Não sendo nosso intuito com o jogo, mas, não podendo deixar de mencionar que alguns alunos tiveram dificuldades matemáticas onde, no inicio do jogo, não conseguiam movimentar o peão nas casas de acordo com o número sorteado no dado. No decorrer do jogo, os alunos com dificuldade, vendo os demais jogadores movimentando seus peões, conseguiram fazê-lo sem dificuldade.

Ao término do jogo, perguntei aos participantes o que acharam do jogo. O feedback foi positivo, tanto dos alunos quanto da professora regente de português.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino, da Educação Básica, da rede pública de ensino, que vem assegurar o direito à educação ao indivíduo, tendo como principal objetivo possibilitar o acesso, a permanência e a continuidade dos estudos de todas as pessoas que não iniciaram ou interromperam o seu processo educativo escolar. Com ela a taxa de analfabetismo tende a ser reduzida, possibilitando melhores condições de vida aos sujeitos excluídos pelo sistema.

Com a promulgação da LDBEN (1996), houve uma redução na idade mínima para o acesso à EJA que passou de dezoito para quinze anos para o Ensino Fundamental, e, de vinte um anos para dezoito para o Ensino Médio, o que favoreceu uma maior homogeneização de oferta do ensino para aqueles que por algum motivo haviam sido impedidos de cursar o ensino regular.

Nos últimos três anos o mundo passou por diversas transformações decorrentes da pandemia do COVID – 19. No âmbito educacional houve a substituição do ensino presencial pelo ensino remoto da Educação Infantil ao Ensino Superior. No entanto, o que se observou em diversos contextos pelo Brasil foi a necessidade de transposição de muitos obstáculos para realização das atividades assíncronas e síncronas na modalidade da EJA.

Assim como no ensino regular, os principais desafios encontrados foram a escassez de aparato tecnológico para realização das aulas; ausência de acesso à internet – internet de baixa qualidade; despreparo discente e docente para lidar com os recursos tecnológicos utilizados no processo de ensino-aprendizagem (aplicativos, plataformas virtuais educacionais, sites entre outros). Somados a esses fatores, por ser constituída principalmente por um perfil de estudantes com mais idade, incluindo idosos, a modalidade se deparou com um público sem condições de exercer as práticas de leitura e escrita em ambientes virtuais.

A situação enfrentada pelos estudantes da EJA da Escola José Pedroso de Deus em Ipameri – GO, foi bem semelhante em muitos aspectos. Dos cinco alunos entrevistados, dois deles residem na zona rural, o que dificulta o acesso à internet, alguns não possuíam aparelhos tecnológicos apropriados para o acesso às plataformas educacionais e outros não sabiam utilizá-los para entrar em aplicativos, por exemplo.

Diante do cenário, a medida encontrada pela SME e equipe gestora foi o uso de atividades impressas, levadas pelo motorista do transporte rural aos estudantes do assentamento e buscadas pelos demais. Porém, os alunos não receberam acompanhamento virtual para realização das atividades, o que acarretou num baixo aproveitamento e déficits de aprendizagem, escancarando o importante papel do professor para o processo-aprendizagem desses estudantes em fase de alfabetização.

Sobre a importância da mediação pelos professores, embora não tenha sido o intuito desse estudo analisar as práticas pedagógicas desenvolvidas na sala de aula do universo investigado, e não tenhamos consistência científica para afirmar se as práticas realizadas com os estudantes contemplam a dimensão das práticas sociais para leitura e escrita e demais matérias. Podemos observar a partir dos relatos e da observação em campo que os professores da I Fase da Escola José Pedroso de Deus, exercem um papel primordial no processo de ensino-aprendizagem desses sujeitos, tanto no que concerne ao aprendizado escolar, quanto na compreensão da realidade necessária à construção do vínculo professor – aluno tão importante para esses sujeitos. Observamos ainda que, os professores atuantes na I Fase da EJA, não receberam cursos de formação continuada durante o período da pesquisa, evidenciando a realidade vivenciada por docentes em todo Brasil.

Diante do exposto, esperamos ter contribuído para a promoção de reflexões e debates sobre aspectos e particularidades da Educação de Jovens e Adultos em contextos goianos, cientes de que as possibilidades de aprendizagem e construção do conhecimento não se esgotam, pelo contrário, permanecem em constante evolução.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A.; CORSO, A. M. A educação de jovens e adultos: aspectos históricos e sociais. In: **Anais do XII Congresso Nacional de Educação**. Curitiba: PUCPR, 2015. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/22753_10167.pdf Acesso em: 11 jun. 2022.
- ALMEIDA, L. F. L.; SOUZA, J. B. A. As dificuldades na educação de jovens e adultos (EJA) durante a pandemia de covid-19: adversidades do ensino remoto. **EJA em Debate**, v. 11, n. 20, jul./dez. 2022.
- AMORIM, A. DUQUES, M. L. F. Formação de educadores de EJA: caminhos inovadores da prática docente. **Revista Educação**, Porto Alegre, Educação, v. 40, n. 2, p. 228-239, maio-ago. 2017.
- ANDRADE, T. P. B.; *et. al.*. O 'ensino remoto' nos anos iniciais do Ensino Fundamental: desafios e experiências docentes na rede pública municipal de Fortaleza. **Rev. Eletr. Arma da Crítica. Fortaleza**, v. 10, n. 14, p. 191-206, 2020. Disponível em: <http://www.armadacritica.ufc.br/phocadownload/7-o%20ensino%20remoto%20nos%20anos%20iniciais%20do%20ensino%20fundamental.docx.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2023.
- ARROYO, M. G. **Passageiros da noite: do trabalho para a EJA. Itinerários pelo direito a uma vida justa**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- _____. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- _____. Reinventando a EJA. Projeto de Educação de Trabalhadores-PET. In: NUNES, A. M. M. & CUNHA, C. M. (orgs.). **Projeto de Educação de Trabalhadores: pontos, vírgulas e reticências - um olhar de alguns elementos da EJA através do ensimesmo do PET**. Belo Horizonte: PET, 2009.
- _____. **Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- _____. **Escola coerente à escola possível**. São Paulo: Loyola, 1997.
- AURELIANO, F. E. B. S.; QUEIROZ, D. M. As tecnologias digitais como recursos pedagógicos no ensino remoto: implicações na formação continuada e nas práticas docentes. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.39, 2023.
- BARRETO, V. **Paulo Freire para educadores**. São Paulo: Arte Ciências, 1988.
- BARROS, V. A.; SILVA, L. R. A pesquisa em História de Vida. In: GOULART, I. B. (org.) **Psicologia Organizacional e do Trabalho; teoria, pesquisa e temas correlatos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002, p. 134-158.
- BAYMA-FREIRE, H. et al. Abandono Escolar no Ensino Fundamental: interferência do trabalho extracurricular e nível socioeconômico em crianças pobres brasileira. **Revista EDUCAmazônia - Educação Sociedade e Meio Ambiente**, Humaitá. Ano 9, Vol XVII, Número 2, jul-dez, 2016, p. 211-230.
- BECKER, H. S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Ed. Pioneira, 1999.
- BEISIEGEL, C. R. **Estado e educação popular: um estudo sobre educação de adultos**. São Paulo: Ática. 1982.

BOLZAN, D. P. V. Jogos digitais na alfabetização: emergências do ensino remoto. **Revista Tecnologias Educacionais em Rede**, Santa Maria, v. 2, n. 2, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reter/article/view/65288>. Acesso em 20 jan.2023.

BRANDÃO, C. H. **A educação popular na escola cidadã**. São Paulo: Editora Vozes, 2002.

BRASIL, G.M. FERREIRA, V. L. **Letramento digital e a emancipação na EJA**. Florianópolis: IFSC, 2019.

CALDART, R. S. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: ARROYO M.; CALDART, R.; MOLINA. M (org.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Ed. Vozes, p. 147-158, 2004.

CARVALHO, M. **Alfabetizar e letrar: um diálogo entre a teoria e a prática**. 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CHIENÈ, A. A narrativa de formação e a formação de formadores. In: NÉVOA, A.; FINGER, M. (Org.). **O Método(auto)biográfico e a Formação**. Natal, RN: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010. p. 59-80.

CONTRERAS, D. J. **Autonomia de professores**. São Paulo: Cortez, 2002.

COSTA, C. G. Desafios da EJA em face das transformações do trabalho. In: **Revista Lugares de Educação**, Bananeiras/PB, v. 3, n. 6, p. 90-103, 2013.

COSTA, D. S. P; AMORIM, A. **Desafios e perspectivas dos alunos da EJA na escola contemporânea**. (PDF). 2021.

CORTEZ, L. C. S. Abordagem dos elementos lúdicos na Educação Infantil. In: **Anais do II Congresso Norte Paranaense de Educação Física Escolar**. Londrina: UEL, 2005. Disponível em: [CONPEF2005_CO14.pdf](https://www.uel.br/uep/CONPEF2005_CO14.pdf) (uel.br). Acesso em: 16 set. 2023.

COUTINHO, A.C. F. **Práticas e eventos de letramento de jovens e adultos: um estudo com porteiros em Maceió**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2005. Disponível em: <https://docplayer.com.br/14820064-Universidade-federal-de-alagoas-centro-de-educacao-ana-carolina-faria-coutinho-praticas-e-eventos-de-letramento-de-jovens-e-adultos.html> Acesso em: 10 nov. 2022.

DANTAS, T. R. Formação docente em eja: o que dizem os/as autores/as de artigos. **Educação**, v. 42, n. 3, p. 435-446, 2019. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/34936>. Acesso em: 12 dez. 2023.

DAYRELL, J. A escola como espaço sócio-cultural. In: _____. (Org.). **Múltiplos olhares sobre a educação e cultura** Belo Horizonte: UFMG, 1996, p. 136-161.

DELFINO, F. C. S.; et al. O trabalho docente no cenário da pandemia: relato de experiência sobre as práticas pedagógicas no ensino remoto. **Rev. Eletr. Arma da Crítica**. Fortaleza, v. 10, n. 14, p. 232-255, 2020. Disponível em: http://www.armadacritica.ufc.br/index.php?option=com_phocadownload&view=categ_ory&id=100:artigos_dezembro_2020&Itemid=128. Acesso em: 07 jul. 2023.

DIGIÁCOMO, M. J. **Evasão Escolar**: não basta comunicar e as mãos lavar. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/pagina-825.html> Acesso em: 11 mai. 2021.

DIAS, E.; PINTO, F. C. F. A Educação e a Covid-19. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, vol. 28, n. 108, 2020.

DI PIERRO, M. C. Notas sobre a Redefinição da Identidade das Políticas Públicas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1115-1139, 2005. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br/> Acesso em: 8 jun. 2023.

_____. A educação de jovens e adultos no plano nacional de educação: avaliação, desafios e perspectivas. **Educação & Sociedade**, v. 31, p. 939-959, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000300015>. Acesso em 12 dez. 2023.

DI PIERRO, M. C.; JÓIA, O.; RIBEIRO, V. M. Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Caderno Cedes**, v. XXI, n. 55, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5541> Acesso em: 03 fev. 2022.

ECHALAR, A. D. L. F; PEIXOTO, J. Um computador por aluno: o acesso às tecnologias digitais como estratégia para a redução das desigualdades sociais. **Ensaio: avaliação pública da educação**. Rio de Janeiro, v. 25, n. 95, p. 393-413, 2017. Disponível em: <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/ensaio/article/view/1155>. Acesso em: 26 jul. 2022.

FARIA, D.C. de. et al. Desafios dos anos iniciais do ensino fundamental no ensino remoto: experiências educativas mediadas por tecnologias digitais. **Revista Docência e Cibercultura**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 5, p. 89, 2022.

FARIAS, A. S.; et al. Os desafios do trabalho docente na rede municipal de Fortaleza no contexto da pandemia de Covid-19. **Rev. Eletr. Arma da Crítica**. Fortaleza, n. 10, n.14, p. 154-179, 2020. Disponível em: <http://www.armadacritica.ufc.br/phocadownload/5%20os%20desafios%20do%20trabalho%20docente%20na%20rede%20municipal%20de%20fortaleza%20no%20contexto%20da%20pandemia%20de%20covid%209.docx.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2023.

FERREIRA, L. A. M. **Evasão Escolar**. Disponível em: <http://docplayer.com.br/18021439-Evasao-escolar-luiz-antonio-miguel-ferreira-promotor-de-justica-sp.html>. Acesso em 11 mai. 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

_____. **Política e Educação**. 8. ed. São Paulo: Villa das Letras, 2007.

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FRIEDRICH, M.; et al. Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. **Ensaio: avaliação de políticas públicas para Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 389-410, 2010.

FRIGOTTO, G. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005. p.1-16.

GADOTTI, M. **MOVA, por um Brasil Alfabetizado**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.

_____. Educação de Jovens e Adultos: correntes e tendências. In: GADOTTI, M; JOMÃO, J. E. (Org.). **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 29-36.

_____. **Convite à leitura de Paulo Freire**. São Paulo: Scipione, 1989.

_____. **Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1980.

GAULEJAC, V. **La société malade de la gestion : idéologie gestionnaire, pouvoir managérial e harcèlement social**. Paris: Seuil, 2005.

GENTIL, V. K. **EJA: Contexto histórico e desafios da formação docente**. Cruz Alta: UNICRUZ, 2005.

GONÇALVES, R. **A História do sujeito-aluno da EJA no município de Cristalina – GO**. 103. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Catalão, 2020.

GUEDES, L. F. A leitura no universo educacional de jovens e adultos. In: **Anais do 17º Congresso de leitura do Brasil-Cole**. Campinas: Unicamp/FE; ALB, 2009.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. **Diretrizes de política nacional de educação de jovens e adultos**. São Paulo: CEDI, Ação Educativa, 2000. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/1720/23.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 07 jun. 2022.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 3 ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1992.

LELLIS, L. B.; FLORENTINO, J. F.; COSTA, V. B. da. A percepção dos estudantes-trabalhadores da EJA sobre o ensino remoto. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**. Mossoró, v. 7, n. 23, 2021.

LIBERATI, W. D. (Org.). **Direito à educação: uma questão de justiça**. São Paulo: Malheiros, 2004.

LIMA, M. C. A.; MELO, R. J. S. Um olhar sobre a trajetória histórica e as características da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Ensino em Revista**, Uberlândia, v. 26, n. 2, p. 572-589, 2019.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo Técnico Censo Escolar da Educação Básica 2022**. Brasília: MEC, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2021.pdf. Acesso em 15 jan.2023.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Nota Técnica nº 88: acesso domiciliar à internet e ensino remoto durante a pandemia.** Diretoria de Estudos e Políticas Sociais. 2020. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10228/1/NT_88_Disoc_AcesDomInternEnsinoRemoPandemia.pdf. Acesso em: 26 jul. 2022.

JOSSO, M. C. Da formação do sujeito... Ao sujeito da formação. In: NÉVOA, A.; FINGER, M. (Org.). **O Método (auto)biográfico e a Formação.** Natal, RN: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010. p. 59-79.

LIMA, F. G. P.; LIMA, A. R. C. Evasão na educação de jovens e adultos. **Educação & Linguagem**, v. 7, n. 1, p. 96-113, 2020. Disponível em: https://www.fvj.br/revista/wpcontent/uploads/2020/06/8_REdLi_2020.1.pdf. Acesso em: 10 dez. 2023.

MACEDO, M. S. A. N; PORTO, G. C. Alfabetização e docência em tempos de pandemia. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 66, 2022, p. 1-6.

MACHADO, M. M. A trajetória da EJA na década de 90: políticas públicas sendo substituídas por solidariedade. In: Reunião anual da ANPED 21, 1998, Caxambu. **Trabalhos apresentados...** São Paulo: ANPED, 1998.

MARQUES, D. T; PACHANE, G. G. Formação de educadores: uma perspectiva de educação de idosos em programas de EJA. **Educação e Pesquisa**, v. 36, n. 2, p. 475-490, maio/ago. 2010.

MARQUES, P. O. **História da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil: breves reflexões.** 2018. 22 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2018.

MELO, C. A. **O Ensino Remoto Emergencial em tempos de pandemia do Covid-19: A Educação de Jovens e Adultos (EJA) Ensino Médio na Escola Estadual Professora Maria Ocila Bezerril, Pedro Velho / RN.** 29 f. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Educação. Natal, 2021.

MENDES, D. et al. Alfabetização e ensino híbrido em tempos de pandemia: desafios e possibilidades. **REGRASP**, v. 7, n. 1, 2022.

MIRANDA, M. D. L; MELO, P. G. G; SILVA, S. L. C. Letramento digital: em tempos de ensino remoto, uma necessidade cada vez mais atual. In: **Anais do XIV Congresso Internacional de Linguagem e Tecnologia Online.** João Pessoa: Editora Realize, 2020.

MORAN, J. Metodologias ativas e modelos híbridos na educação. In: YAEGASHI, S. et al. (org.). **Novas Tecnologias Digitais: Reflexões sobre mediação, aprendizagem e desenvolvimento.** Curitiba: CRV, 2017, p.23-35.

MOTOKI, L. M et al. Tecnologia e Educação Remota: desafios para a inclusão digital na EJA. **Revista Tecnologias na Educação**, v. 36, n. 13, 2021.

MOTOKI, L. M; ZATANA, E. M. Inquietações sobre o ensino remoto no contexto do CEEJA. **Revista Eja em Debate**, v. 11, n. 20, 2022.

NAIFF, L. A. M.; SÁ, C. P.; NAIFF, D. G. M. Exclusão social nas memórias autobiográficas de mães e filhas [CD-ROM]. **Anais da IV Jornada Internacional e II Conferência Brasileira Sobre Representações Sociais.** João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 2005.

NOGUEIRA, M. L. **Mobilidade psicossocial: a história de Nil na cidade vivida**. 145 f. 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2004.

NOGUEIRA, R. C. **A perspectiva do ensino de história na EJA: a partir dos instrumentos avaliativos**. São Paulo. 2009. Disponível em: <http://www.planetaeducacao.com.br/novo/artigo>. Acesso em 25 nov. 2023.

NONATO, I. L M; SILVA, N. T. G da; CHADREQUE, A. J. O ensino remoto emergencial (ERE) no 1º ano do Ensino Fundamental em uma escola municipal de Manaus: impactos, desafios e possibilidades. **Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, v. 33, n.66, 2023.

OLIVEIRA, D. R. de; MAIA, L. B. L. Trabalho infantil: consequências para o processo de escolarização. **Revista Científica Eletrônica de Ciências Aplicadas da FAIT**, n. 2, 2021. Disponível em: [WScgZbanPo4MyaZ_2022-1-31-19-56-42.pdf](https://www.wscg.com.br/revista/revista.inf.br/19-56-42.pdf) (revista.inf.br). Acesso em 11 abr. 2023.

OLIVEIRA, P. C. S. **Evasão escolar de alunos trabalhadores na EJA**. Disponível em: <https://docplayer.com.br/5539195-Evasao-escolar-de-alunos-trabalhadores-na-eja.html>. Acesso em: 11 mai. 2021.

OLIVEIRA, S. F. S. **Alfabetização, letramento e educação para jovens e adultos (EJA)**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 2015.

PAIVA, V. **Educação Popular e Educação de Adultos**. São Paulo, Ibrades, 1987.

_____. **Mobral: um desacerto autoritário – 1ª parte: o Mobral e a legitimação da ordem**. **Síntese**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 23, p. 83-114, 1981.

_____. **Educação popular e educação de adultos: contribuição à história da educação brasileira**. São Paulo: Loyola, 1973.

PARANÁ, D. **O Filho do Brasil: de Luiz Inácio a Lula**. São Paulo: Ed. Xamã, 1996.

_____. Educação Popular. In: CALDART, R. S. et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012. p. 280-285.

PEDROSO, A. P. F. Trajetória histórica, social e política da EJA. **Revista interdisciplinar Sulear**, Ano 1, n. 3, p. 132-143, 2018.

PETIT, M. **A arte de ler ou como resistir à adversidade**. São Paulo: Editora 34, 2010.

PINHEIRO, J. F. A. Educação popular e o diálogo com o feminismo. In: **Anais do V Colóquio Internacional de Educação, III Seminário de Estratégias e Ações Multidisciplinares e do II Encontro de Egressos e Egressas do PPGEd**. Joaçaba: Unoesc, 2016.

PINTO, A. S; OLIVEIRA, E. S. C de; SILVA, L. F. Alfabetização e letramento no ensino remoto: uma análise das práticas pedagógicas mediadas por tecnologias digitais em duas escolas públicas municipais de Nova Mamoré-RO. **Revista**

Culturas & Fronteiras, v. 5, n. 1, p. 81-102, 2021. Disponível em: <http://www.periodicos.unir.br/index.php/index/user>. Acesso em 14 dez. 2023.

PORCARO, R. C. **Caminhos e desafios da formação de educadores de Jovens e Adultos**. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.

QUEIROZ, L. D. **Um estudo sobre a evasão escolar: para se pensar na inclusão escolar**. Disponível em: www.anped.org.br/reunioes/25/lucileidedomingosqueirozt13.rtf. Acesso em: 11 mai. 2021.

RÊSES, E. S; CASTRO, M. D. R; BARBOSA, S. C. Contribuição do Materialismo Dialético para o estudo da EJA. In: RODRIGUES, Maria Emília de Castro; MACHADO, Maria Margarida (Org.). **Educação de jovens e adultos trabalhadores: produção de conhecimento em rede**. Curitiba: Appris, 2018. p. 79- 102.

RODRIGUES, G. A.; et. al. Os desafios docentes no 'ensino remoto': experiências de estágio no Ensino Fundamental. **Rev. Eletr. Arma da Crítica**. Fortaleza, v. 10, n. 14, p. 256-266, 2020. Disponível em: <http://www.armadacritica.ufc.br/phocadownload/11%20-%20os%20desafios%20docentes%20no%20ensino%20remoto-%20experencias%20de%20estagio%20no%20ensino%20fundamental%20.docx.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2023.

SANCEVERINO, A. R. Mediação pedagógica na educação de jovens e adultos: exigência existencial e política do diálogo como fundamento da prática. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 65, 2016.

SANTOS, A. C. S. Ser educador na EJA: mais que um mediador no processo de superação e desafios de aprendizagem. **Revista Eventos Pedagógicos**, v. 3, n. 1, p. 268-275, 2012.

SANTOS, B.S. **A cruel pedagogia do vírus** [e-book]. Coimbra: Edições Almedina, 2020. Disponível em: <https://www.cpalsocial.org/documentos/927.pdf>. Acesso em 20 out. 2022.

SANTOS, I. B. A; OLIVEIRA, M. S. Políticas públicas na educação de jovens e adultos: projetos de letramento, participação e mudança social. **EJA em debate**, v. 1, n. 1. Florianópolis, 2012.

SANTOS, L. R. MOBREAL: a representação ideológica do Regime Militar nas entrelinhas da Alfabetização de Adultos. **Revista Crítica Histórica**, v. 5, n. 10, 2014.

SANTOS, M. A. M. T. dos. **A produção do sucesso na educação de jovens e adultos: o caso de uma escola pública em Brasilândia**. 2007. 179 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

SAVIANI, D. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: _____. **Novas tecnologias, trabalho e educação**. Petrópolis: Vozes, 1994.

SILVA, T. C. S. **Tecnologias digitais na escola: ferramentas potencializadoras de aprendizagem na EJA**. 105 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Tocantins. Palmas, 2021.

SILVA, A. P.; BARROS, C. R.; NOGUEIRA, M. L. M.; BARROS, V. A. Conte-me sua história: reflexões sobre o método de História de Vida. **Mosaico: Estudos em Psicologia**, Belo Horizonte, Brasil, v. 1, n. 1, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/mosaico/article/view/6224>. Acesso em: 27 fev. 2023.

SILVA, P. G. F. O professor e o processo de ensino-aprendizagem em EJA: perspectivas e desafios. In: **Anais do VII Congresso Nacional de Educação**. João Pessoa: Editora Realize, 2020.

SILVA, J.R. A educação popular como base da EJA: um reflexo da luta da classe trabalhadora. **Revista Científica Educ@ção**, v. 1, n. 1, 2017.

SILVA, K. M. M; VASCONCELOS, V. O. O que nos ensinam e o que aprendem os alunos de EJA em seus processos educativos? Contribuições da educação popular. **Série-Estudos**, Campo Grande, v. 22, n. 45, p. 99-119, 2017.

SILVA, S. B. da; RAPOPORT, A. Desempenho escolar de crianças em situação de vulnerabilidade social. **Revista Educação em Rede: Formação e Prática Docente**, v. 2, n. 2, p. 1-26, 2013. Disponível em: <http://ojs.cesuca.edu.br/index.php/educacaoemrede/index>. Acesso em 10 abr. 2023.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

_____. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

_____. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SOARES, L. J. G; PEDROSO, A. P. F. Formação de Educadores na Educação de Jovens e Adultos (EJA): Alinhavando contextos e Tecendo Possibilidades. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 32, n. 04, p. 251-268, 2016.

SOARES, L. J. G. **Formação de educadores de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica/SECAD-MEC/UNESCO, 2006.

_____. **Educação de jovens e adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SOARES, L.; GALVÃO, A. M. O. Uma história da alfabetização de adultos no Brasil. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **Aprendendo com as diferenças: estudos e pesquisas em Educação de Jovens e Adultos**, 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SOARES, L. J. G; SIMÕES, F. M. A formação inicial do educador de Jovens e Adultos. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 29, n. 2, p. 25-39, 2005.

SOUZA, T. E. S.; GONÇALVES, M. P. B.; CUNHA JUNIOR, A. S. **O processo histórico de consolidação da educação de jovens e adultos: as políticas públicas voltadas para EJA e a luta dos movimentos sociais para a efetivação do**

direito a educação. Disponível em <http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/ThianadoEiradoSenadeSouza-ComunicacaoOral-int.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2022.

SOUZA, D. G. de; MIRANDA, J. C. Desafios da implementação do ensino remoto. In: SENHORAS, E. M. (org.). **Ensino remoto e a pandemia de COVID-19**. Boa Vista: Editora IOLE, 2021. p. 41-54.

STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005.

STRECK, D. R; ROSA, C.S. A Pedagogia do Oprimido como referência para a EJA e para a Educação Popular. **Educação**, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 408-416, 2019.

TAMAROZZI, E.; COSTA, R. P. **Educação de Jovens e Adultos**. 2. Ed. Curitiba: IESDE Brasil. S. A., 2009.

TEER, J. V; REIS, J. T; GONZAGA, J. L. A. A EJA na pandemia: iniciativas de educação remota na escola pública e o fracasso da política neoliberal. **Revista EJA em Debate**, v. 10, n. 18, 2021.

TEIXEIRA, L. A. Ensino remoto e a alfabetização em tempos de pandemia: reflexões sobre ensino híbrido e as escolhas didático-pedagógicas para o ensino da leitura e da escrita. In: SILVEIRA, É. L.; SANTANA, W. K. F. de (Orgs.). **Educação e Múltiplas Linguagens: olhares Transdisciplinares**. Vol. 4. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

UNESCO. **A Comissão Futuros da Educação da Unesco apela ao planejamento antecipado contra o aumento das desigualdades após a COVID-19**. Paris: Unesco, 16 abr. 2020. Disponível em: <https://pt.unesco.org/news/comissao-futuros-da-educacao-da-unesco-apela-ao-planejamento-antecipado-o-aumento-das>. Acesso em: 4 jun. 2021.

_____. **Relatório de Monitoramento Global de EPT 2013/14**. Ensinar e aprender: alcançar a qualidade para todos – Relatório Conciso. Edições UNESCO, 2014.

_____. **Declaração de Hamburgo sobre a Educação de Adultos**. Hamburgo: Unesco, 1997.

VASQUES, C. C; ANJOS, M. B. Dos; SOUZA, V. L. G. de. Políticas Públicas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). **Revista Educação Pública**, v. 19, nº 16, ago./2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/16/politicas-publicas-para-a-educacao-de-jovens-e-adultos-eja-a-escola-como-local-de-excelencia-para-a-realizacao-dos-processos-de-ensino-e-aprendizagem>. Acesso em: 10 abr. 2023

VENTURA, J. P. **Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores no Brasil: revendo alguns marcos históricos**. 2001. Disponível em: <http://cpa.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/296/2017/12/educacao-jovens-adultos-trabalhadores-revendo-marcos.pdf> Acesso em: 04 jan. 2021.

VIEGAS, A. C. C.; MORAES, M. C. S. Um convite ao retorno: relevâncias no histórico da EJA no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 12, n. 1, p. 456-478, 2017.

VIEIRA, M. F.; SILVA, C. M. S. A Educação no contexto da pandemia de COVID-19: uma revisão sistemática de literatura. **Revista Brasileira de Informática na Educação**, v. 28, dezembro, 2020.

VILANOVA, R; MARTINS, I. Educação em Ciências e Educação de Jovens e Adultos: pela necessidade do diálogo entre campos e práticas. **Ciência e Educação**, UFRJ, v. 14, n. 2, p. 331-346, 2005.

VILAS BOAS, B. M. F. **Virando a escola do avesso**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2008.

LEIS E DIRETRIZES

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Parecer nº 11/2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/df/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf. Acesso em: 10 jun. 2022.

_____. **Emenda Constitucional nº 59/09**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm. Acesso em: 04 fev. 2022.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 09 jan. 2022.

_____. **Plano Nacional de Educação (2001-2010)**. Lei nº 10.172/01. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 04 fev. 2022.

_____. **Plano Nacional de Educação (2011-2020)**. Lei nº 8035/10. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=490116>. Acesso em: 04 fev. 2022.

_____. **Plano Nacional de Educação (2014-2023)**. Lei nº 13.005/14. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 04 fev. 2022.

_____. **Programa Brasil Alfabetizado**. Decreto nº 6.093/07. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6093.htm. Acesso em: 04 fev. 2022.

_____. **Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA)**. Decreto nº 5.478/05. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5478-24-junho-2005-537577-norma-pe.html>. Acesso em: 04 fev. 2022.

_____. **Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM**. Lei nº 11.129/05. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm. Acesso em: 04 fev. 2022.

_____. Ministério da Educação. **Projeto Escola de Fábrica**. Brasília. 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/projeto.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2022.

_____. Ministério da Educação. **Parecer nº 6, de 7 de abril de 2010**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5366-pceb006-10&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 04 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referenciais Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e adultos**. Parecer nº 11/2000. Brasília, 2000.

_____. Ministério da Educação. Parecer CNE/CP nº11, de 07 de julho de 2020. **Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da Pandemia**. Diário Oficial da União, Brasília, edição 147, seção 1, p.5703, ago. 2020.

_____. Ministério da Educação. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf. Acesso em: 04 fev. 2022.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Proposta curricular para a educação de jovens e adultos: segundo segmento do ensino fundamental: 5ª a 8ª série: introdução**. Brasília: MEC/SEF/COEJA, 2002.

_____. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 05 jan. 2022.

ANEXO

ANEXO 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Identificação do(a) participante

Nome (não obrigatório): _____

Idade: _____ Gênero: _____

PARTE I

Questões

1. Qual sua profissão?
2. Há quanto tempo você deixou os estudos?
3. Por que abandonou?
4. Quais os prejuízos de ter abandonado?
5. Como era a sua vida quando estudava?
6. Porque decidiu retomar?
7. Foi fácil retornar? Porque?
8. Está conseguindo acompanhar as aulas?
9. Qual sua maior dificuldade?
10. Pretende continuar estudando? Até quando?
- 11 – Sua família te apoia nos estudos?

PARTE II

Questões

- 1- Pra você, quais foram suas maiores dificuldades para continuar estudando durante a pandemia da Covid 19?
- 2- Você acredita que conseguiu aprender com as atividades feitas a distância?
- 3- Durante as aulas a distância, utilizou - se de tecnologia nas aulas, na execução e correção das atividades?
- 4- O que você acha que mudou após a pandemia, com relação aos estudos, ao seu aprendizado?

Anexo II – Termos de Livre Consentimento Livre e Esclarecido



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA – MESTRADO PROFISSIONAL

UFCAT
Universidade Federal de Catalão

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Você/Sr./Sra. está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “CAMINHOS E DESCAMINHOS DA ALFABETIZAÇÃO: HISTÓRIA DE VIDA DOS ALUNOS DA PRIMEIRA FASE DA EJA NO MUNICÍPIO DE IPAMERÍGO”. Meu nome é **Hellen Pires Carneiro**, sou o (a) pesquisador(a) responsável e estou sob orientação do Prof. Dr. Ismar da Silva Costa. Faço parte do Programa de Pós-graduação em História – Mestrado Profissional, da Universidade Federal de Catalão – UFCAT. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, rubricue todas as páginas e assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence ao(à) pesquisador(a) responsável, conforme disposto na Resolução nº 510/2016, artigo nº 17, inciso 10, § 3º. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pelo pesquisador responsável, via e-mail hellenpirescarneiro@gmail.com ou através do seguinte contato telefônico: (64) 99277-1459. Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Catalão (CEP/UFCAT), localizado no Bloco Didático 1, segundo piso (subindo as escadas, a primeira sala a esquerda), sediado no Campus I da UFCAT, que fica na Avenida Doutor Lamartine Pinto de Avelar, nº 1120, Setor Universitário, Catalão/GO, CEP: 75704-020, e-mails secretaria.cep.ufcat@gmail.com, cep.rc.ufg@gmail.com, ou pelo telefone (64) 34417609. O CEP é um colegiado independente corresponsável no desenvolvimento desta pesquisa dentro de padrões éticos, conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde, contribuindo na defesa dos interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade. Você poderá ainda esclarecer dúvidas, reclamar ou fazer denúncia junto à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) pelo e-mail CONEP@saude.gov.br ou pelo telefone (61) 3315-5877.

Para obter mais informações sobre a sua importância como participante de pesquisa, você poderá também consultar a “Cartilha dos Direitos dos Participantes de Pesquisa” disponível em: http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/CONEP/img/boletins/Cartilha_Direitos_Participantes_de_Pesquisa_2020.pdf.

O objetivo central de nossos estudos é analisar a história de vida dos alunos que estão na primeira fase da EJA na Escola Municipal de Educação de Jovens e Adultos José Pedroso de Deus, no município de Ipameri-GO. A pesquisa possibilitará verificar quem são as pessoas que procura este tipo de ensino na cidade. Considerando que o retorno aos estudos é fundamental para os alunos que almejam mudar de vida tanto no âmbito pessoal como no profissional.

O processo de coleta de dados ocorrerá em duas etapas: Primeiramente com uma apresentação durante a aula de português para coletar autorizações dos alunos e realização de uma atividade em sala. Depois, ocorrerá uma entrevista semiestruturada dentro da escola campo (EMEJA – José Pedroso de Deus) com você participante que atende aos critérios de inclusão, tais como: ser adulto, maior de 18 anos, não havendo limite superior para a idade. Excluindo os alunos que não estavam presentes no momento do processo de explicação da pesquisa e, portanto, não conseguiram acompanhar todas as etapas previstas da pesquisa.

Aluizio



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA – MESTRADO PROFISSIONAL

UFCAT
Universidade Federal de Catalão

A pesquisa se realizará a partir de entrevistas semiestruturadas, que serão gravadas e posteriormente transcritas, que partindo de um roteiro preestabelecido, possibilitem que tenhamos um diálogo sobre a sua história de vida e os motivos que levaram a abandonar os estudos. As informações coletadas serão analisadas de forma qualitativa, onde trechos, caso autorize, serão utilizados na íntegra ou parcialmente. E os resultados, com os dados, favoráveis ou não, se tornarão públicos por meio de apresentações em eventos acadêmicos e publicados em periódicos científicos e no texto final da dissertação. Se você desejar, poderá ter acesso a este trabalho do qual participou.

Os **benefícios** em participar desta pesquisa é ter sua história registrada para as próximas gerações, além de contribuir para amenizar os traumas ocasionados pela falta de estudo. Pontos que também são relevantes para o meio acadêmico quando proporcionam a formação do perfil dos alunos que frequentam a EJA e possibilitam criar medidas para suprir a defasagem na alfabetização dos alunos da EJA em Ipameri-GO.

Os **riscos** atribuídos aos entrevistados são mínimos, considerando alguns fatores que porventura podem ocorrer, tais como: invasão de privacidade, assunto delicado e constrangedor, entrevistas longas e cansativas, ocupação do tempo do entrevistado.

Para evitar e minimizar os riscos e consequentes danos materiais ou imateriais diretos ou indiretos decorrentes de sua participação, tomaremos as seguintes providências: informar aos participantes que podem recusar-se de participar da pesquisa ou interromper a entrevista a qualquer momento em que se sentirem constrangidos e/ou desconfortáveis, sem nenhuma penalização ou prejuízo a você. Ainda se necessário podem ser encaminhados para ajuda psicológica ou qualquer outro profissional adequado e disponível no município, conforme prevê a Resolução CNS nº. 510/2016, capítulo I, artigo 2, inciso II.

É importante salientar também que, não revelaremos sua identidade nesta pesquisa, ficando assegurados seu sigilo, privacidade, integridade e confidencialidade. Durante sua participação você não receberá nenhum tipo de compensação financeira, conforme prevê, Resolução CNS nº. 510/16 "XXIV", mas caso tenha algum gasto decorrente desta, será ressarcido por mim, pesquisador responsável e caso se sinta lesado/a, você possui o direito de pleitear indenização (reparação a danos imediatos ou futuros), que estão garantidos em lei, segundo a Resolução CNS nº. 510/2016, artigo 9, inciso VI, decorrentes da sua participação na pesquisa.

Garanto que todo material coletado através da entrevista e do processo de pesquisa será armazenado em local seguro e ficará sob minha posse e responsabilidade, tendo somente eu o acesso aos dados originais (gravação da entrevista em meio digital e TCLE's), que serão arquivados pelo prazo de cinco anos ou enquanto durar o desenvolvimento desta pesquisa de mestrado. Assegurando que não serão disponibilizados após a conclusão da mesma para realização de uma nova pesquisa.

Desde já agradeço sua atenção e participação, me colocando à disposição para maiores informações.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA:

Eu, Amirra Satorc de Sousa
concordo em participar do estudo intitulado "CAMINHOS E DESCAMINHOS DA
ALFABETIZAÇÃO: HISTÓRIA DE VIDA DOS ALUNOS DA PRIMEIRA FASE DA
EJA NO MUNICÍPIO DE IPAMERI-GO". Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco

Amirra



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA – MESTRADO PROFISSIONAL

UFCAT
Universidade Federal de Catalão

que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador(a) responsável **Hellen Pires Carneiro** sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento e me recusar a responder qualquer pergunta que não me sinta confortável, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Autorizo a publicação deste material em meios acadêmicos e científicos e estou ciente de que serão removidos ou modificados dados de identificação pessoal, de modo a garantir minha privacidade e anonimato, sem prejuízos a mim.

Eu confirmo que li e compreendi este Termo de Consentimento; portanto, concordo em dar meu consentimento para participar como voluntário/a desta pesquisa, conforme rubrica dentro do parêntese com a proposição escolhida:

- () Não permito a gravação ou obtenção do meu áudio ou voz nos resultados publicados dessa pesquisa;
- (X) Permito a gravação ou a obtenção da minha imagem ou voz nos resultados publicados dessa pesquisa;
- (X) Permito a divulgação da minha imagem ou voz nos resultados publicados desta pesquisa;
- () Não permito a divulgação da minha imagem ou voz nos resultados publicados desta pesquisa.
- (X) Permito a divulgação das observações e análises da minha participação direta ou indireta nos resultados publicados desta pesquisa;
- () Não permito a divulgação das observações e análises da minha participação direta ou indireta nos resultados publicados desta pesquisa;

Ipameri, 09 de novembro de 22

Alma Santana de Aguiar
Assinatura ou datiloscopia (com duas testemunhas) do/a participante ou seu responsável legal

Hellen Pires Carneiro
Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável ou membro da equipe



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA – MESTRADO PROFISSIONAL

UFCAT
Universidade Federal de Catalão

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Você/Sr./Sra. está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “CAMINHOS E DESCAMINHOS DA ALFABETIZAÇÃO: HISTÓRIA DE VIDA DOS ALUNOS DA PRIMEIRA FASE DA EJA NO MUNICÍPIO DE IPAMERÍGO”. Meu nome é **Hellen Pires Carneiro**, sou o (a) pesquisador(a) responsável e estou sob orientação do Prof. Dr. Ismar da Silva Costa. Faço parte do Programa de Pós-graduação em História – Mestrado Profissional, da Universidade Federal de Catalão – UFCAT. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, rubriche todas as páginas e assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence ao(a) pesquisador(a) responsável, conforme disposto na Resolução nº 510/2016, artigo nº 17, inciso 10, § 3º. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas *sobre a pesquisa* poderão ser esclarecidas pelo pesquisador responsável, via e-mail hellenpirescarneiro@gmail.com ou através do seguinte contato telefônico: (64) 99277-1459. Ao persistirem as dúvidas *sobre os seus direitos* como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Federal de Catalão (CEP/UFCAT), localizado no Bloco Didático 1, segundo piso (subindo as escadas, a primeira sala a esquerda), sediado no Campus I da UFCAT, que fica na Avenida Doutor Lamartine Pinto de Avelar, nº 1120, Setor Universitário, Catalão/GO, CEP: 75704-020, e-mails secretaria.cep.ufcat@gmail.com, cep.rc.ufg@gmail.com, ou pelo telefone (64) 34417609. O CEP é um colegiado independente corresponsável no desenvolvimento desta pesquisa dentro de padrões éticos, conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde, contribuindo na defesa dos interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade. Você poderá ainda esclarecer dúvidas, reclamar ou fazer denúncia junto à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) pelo e-mail CONEP@saude.gov.br ou pelo telefone (61) 3315-5877.

Para obter mais informações sobre a sua importância como participante de pesquisa, você poderá também consultar a “Cartilha dos Direitos dos Participantes de Pesquisa” disponível em: http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/CONEP/img/boletins/Cartilha_Direitos_Participantes_de_Pesquisa_2020.pdf.

O objetivo central de nossos estudos é analisar a história de vida dos alunos que estão na primeira fase da EJA na Escola Municipal de Educação de Jovens e Adultos José Pedroso de Deus, no município de Ipameri-GO. A pesquisa possibilitará verificar quem são as pessoas que procura este tipo de ensino na cidade. Considerando que o retorno aos estudos é fundamental para os alunos que almejam mudar de vida tanto no âmbito pessoal como no profissional.

O processo de coleta de dados ocorrerá em duas etapas: Primeiramente com uma apresentação durante a aula de português para coletar autorizações dos alunos e realização de uma atividade em sala. Depois, ocorrerá uma entrevista semiestruturada dentro da escola campo (EMEJA – José Pedroso de Deus) com você participante que atende aos critérios de inclusão, tais como: ser adulto, maior de 18 anos, não havendo limite superior para a idade. Excluindo os alunos que não estavam presentes no momento do processo de explicação da pesquisa e, portanto, não conseguiram acompanhar todas as etapas previstas da pesquisa.

cdite



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA – MESTRADO PROFISSIONAL

UFCAT
Universidade Federal de Catalão

A pesquisa se realizará a partir de entrevistas semiestruturadas, que serão gravadas e posteriormente transcritas, que partindo de um roteiro preestabelecido, possibilitem que tenhamos um diálogo sobre a sua história de vida e os motivos que levaram a abandonar os estudos. As informações coletadas serão analisadas de forma qualitativa, onde trechos, caso autorize, serão utilizados na íntegra ou parcialmente. E os resultados, com os dados, favoráveis ou não, se tornarão públicos por meio de apresentações em eventos acadêmicos e publicados em periódicos científicos e no texto final da dissertação. Se você desejar, poderá ter acesso a este trabalho do qual participou.

Os **benefícios** em participar desta pesquisa é ter sua história registrada para as próximas gerações, além de contribuir para amenizar os traumas ocasionados pela falta de estudo. Pontos que também são relevantes para o meio acadêmico quando proporcionam a formação do perfil dos alunos que frequentam a EJA e possibilitam criar medidas para suprir a defasagem na alfabetização dos alunos da EJA em Ipameri-GO.

Os **riscos** atribuídos aos entrevistados são mínimos, considerando alguns fatores que porventura podem ocorrer, tais como: invasão de privacidade, assunto delicado e constrangedor, entrevistas longas e cansativas, ocupação do tempo do entrevistado.

Para evitar e minimizar os riscos e consequentes danos materiais ou imateriais diretos ou indiretos decorrentes de sua participação, tomaremos as seguintes providências: informar aos participantes que podem recusar-se de participar da pesquisa ou interromper a entrevista a qualquer momento em que se sentirem constrangidos e/ou desconfortáveis, sem nenhuma penalização ou prejuízo a você. Ainda se necessário podem ser encaminhados para ajuda psicológica ou qualquer outro profissional adequado e disponível no município, conforme prevê a Resolução CNS nº. 510/2016, capítulo I, artigo 2, inciso II.

É importante salientar também que, não revelaremos sua identidade nesta pesquisa, ficando assegurados seu sigilo, privacidade, integridade e confidencialidade. Durante sua participação você não receberá nenhum tipo de compensação financeira, conforme prevê, Resolução CNS nº. 510/16 "XXIV", mas caso tenha algum gasto decorrente desta, será ressarcido por mim, pesquisador responsável e caso se sinta lesado/a, você possui o direito de pleitear indenização (reparação a danos imediatos ou futuros), que estão garantidos em lei, segundo a Resolução CNS nº. 510/2016, artigo 9, inciso VI, decorrentes da sua participação na pesquisa.

Garanto que todo material coletado através da entrevista e do processo de pesquisa será armazenado em local seguro e ficará sob minha posse e responsabilidade, tendo somente eu o acesso aos dados originais (gravação da entrevista em meio digital e TCLE's), que serão arquivados pelo prazo de cinco anos ou enquanto durar o desenvolvimento desta pesquisa de mestrado. Assegurando que não serão disponibilizados após a conclusão da mesma para realização de uma nova pesquisa.

Desde já agradeço sua atenção e participação, me colocando à disposição para maiores informações.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA:

Eu, Edite Alves de Almeida
concordo em participar do estudo intitulado "CAMINHOS E DESCAMINHOS DA ALFABETIZAÇÃO: HISTÓRIA DE VIDA DOS ALUNOS DA PRIMEIRA FASE DA EJA NO MUNICÍPIO DE IPAMERI-GO". Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA – MESTRADO PROFISSIONAL

UFCAT
Universidade Federal de Catalão

que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador(a) responsável **Hellen Pires Carneiro** sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento e me recusar a responder qualquer pergunta que não me sinta confortável, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Autorizo a publicação deste material em meios acadêmicos e científicos e estou ciente de que serão removidos ou modificados dados de identificação pessoal, de modo a garantir minha privacidade e anonimato, sem prejuízos a mim.

Eu confirmo que li e compreendi este Termo de Consentimento; portanto, concordo em dar meu consentimento para participar como voluntário/a desta pesquisa, conforme rubrica dentro do parêntese com a proposição escolhida:

Não permito a gravação ou obtenção do meu áudio ou voz nos resultados publicados dessa pesquisa;

Permito a gravação ou a obtenção da minha imagem ou voz nos resultados publicados dessa pesquisa;

Permito a divulgação da minha imagem ou voz nos resultados publicados desta pesquisa;

Não permito a divulgação da minha imagem ou voz nos resultados publicados desta pesquisa.

Permito a divulgação das observações e análises da minha participação direta ou indireta nos resultados publicados desta pesquisa;

Não permito a divulgação das observações e análises da minha participação direta ou indireta nos resultados publicados desta pesquisa;

Ipameri, 17 de novembro de 2022

Edite Alves de Almeida

Assinatura ou datiloscopia (com duas testemunhas) do/a participante ou seu responsável legal

Hellen Pires Carneiro

Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável ou membro da equipe



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA – MESTRADO PROFISSIONAL

UFCAT
Universidade Federal de Catalão

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Você/Sr./Sra. está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “CAMINHOS E DESCAMINHOS DA ALFABETIZAÇÃO: HISTÓRIA DE VIDA DOS ALUNOS DA PRIMEIRA FASE DA EJA NO MUNICÍPIO DE IPAMERÍ-GO”. Meu nome é **Hellen Pires Carneiro**, sou o (a) pesquisador(a) responsável e estou sob orientação do Prof. Dr. Ismar da Silva Costa. Faço parte do Programa de Pós-graduação em História – Mestrado Profissional, da Universidade Federal de Catalão – UFCAT. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, rubriche todas as páginas e assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence ao(à) pesquisador(a) responsável, conforme disposto na Resolução nº 510/2016, artigo nº 17, inciso 10, § 3º. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas *sobre a pesquisa* poderão ser esclarecidas pelo pesquisador responsável, via e-mail hellenpirescarneiro@gmail.com ou através do seguinte contato telefônico: (64) 99277-1459. Ao persistirem as dúvidas *sobre os seus direitos* como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Federal de Catalão (CEP/UFCAT), localizado no Bloco Didático 1, segundo piso (subindo as escadas, a primeira sala a esquerda), sediado no Campus I da UFCAT, que fica na Avenida Doutor Lamartine Pinto de Avelar, nº 1120, Setor Universitário, Catalão/GO, CEP: 75704-020, e-mails secretaria.cep.ufcat@gmail.com, cep.rc.ufg@gmail.com, ou pelo telefone (64) 34417609. O CEP é um colegiado independente corresponsável no desenvolvimento desta pesquisa dentro de padrões éticos, conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde, contribuindo na defesa dos interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade. Você poderá ainda esclarecer dúvidas, reclamar ou fazer denúncia junto à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) pelo e-mail CONEP@saude.gov.br ou pelo telefone (61) 3315-5877.

Para obter mais informações sobre a sua importância como participante de pesquisa, você poderá também consultar a “Cartilha dos Direitos dos Participantes de Pesquisa” disponível em: http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/CONEP/img/boletins/Cartilha_Direitos_Participantes_de_Pesquisa_2020.pdf.

O objetivo central de nossos estudos é analisar a história de vida dos alunos que estão na primeira fase da EJA na Escola Municipal de Educação de Jovens e Adultos José Pedroso de Deus, no município de Ipameri-GO. A pesquisa possibilitará verificar quem são as pessoas que procura este tipo de ensino na cidade. Considerando que o retorno aos estudos é fundamental para os alunos que almejam mudar de vida tanto no âmbito pessoal como no profissional.

O processo de coleta de dados ocorrerá em duas etapas: Primeiramente com uma apresentação durante a aula de português para coletar autorizações dos alunos e realização de uma atividade em sala. Depois, ocorrerá uma entrevista semiestruturada dentro da escola campo (EMEJA – José Pedroso de Deus) com você participante que atende aos critérios de inclusão, tais como: ser adulto, maior de 18 anos, não havendo limite superior para a idade. Excluindo os alunos que não estavam presentes no momento do processo de explicação da pesquisa e, portanto, não conseguiram acompanhar todas as etapas previstas da pesquisa.

Assinatura



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
 HISTÓRIA – MESTRADO PROFISSIONAL

UFCAT
 Universidade Federal de Catalão

A pesquisa se realizará a partir de entrevistas semiestruturadas, que serão gravadas e posteriormente transcritas, que partindo de um roteiro preestabelecido, possibilitem que tenhamos um diálogo sobre a sua história de vida e os motivos que levaram a abandonar os estudos. As informações coletadas serão analisadas de forma qualitativa, onde trechos, caso autorize, serão utilizados na íntegra ou parcialmente. E os resultados, com os dados, favoráveis ou não, se tornarão públicos por meio de apresentações em eventos acadêmicos e publicados em periódicos científicos e no texto final da dissertação. Se você desejar, poderá ter acesso a este trabalho do qual participou.

Os **benefícios** em participar desta pesquisa é ter sua história registrada para as próximas gerações, além de contribuir para amenizar os traumas ocasionados pela falta de estudo. Pontos que também são relevantes para o meio acadêmico quando proporcionam a formação do perfil dos alunos que frequentam a EJA e possibilitam criar medidas para suprir a defasagem na alfabetização dos alunos da EJA em Ipameri-GO.

Os **riscos** atribuídos aos entrevistados são mínimos, considerando alguns fatores que porventura podem ocorrer, tais como: invasão de privacidade, assunto delicado e constrangedor, entrevistas longas e cansativas, ocupação do tempo do entrevistado.

Para evitar e minimizar os riscos e consequentes danos materiais ou imateriais diretos ou indiretos decorrentes de sua participação, tomaremos as seguintes providências: informar aos participantes que podem recusar-se de participar da pesquisa ou interromper a entrevista a qualquer momento em que se sentirem constrangidos e/ou desconfortáveis, sem nenhuma penalização ou prejuízo a você. Ainda se necessário podem ser encaminhados para ajuda psicológica ou qualquer outro profissional adequado e disponível no município, conforme prevê a Resolução CNS nº. 510/2016, capítulo I, artigo 2, inciso II.

É importante salientar também que, não revelaremos sua identidade nesta pesquisa, ficando assegurados seu sigilo, privacidade, integridade e confidencialidade. Durante sua participação você não receberá nenhum tipo de compensação financeira, conforme prevê, Resolução CNS nº. 510/16 "XXIV", mas caso tenha algum gasto decorrente desta, será ressarcido por mim, pesquisador responsável e caso se sinta lesado/a, você possui o direito de pleitear indenização (reparação a danos imediatos ou futuros), que estão garantidos em lei, segundo a Resolução CNS nº. 510/2016, artigo 9, inciso VI, decorrentes da sua participação na pesquisa.

Garanto que todo material coletado através da entrevista e do processo de pesquisa será armazenado em local seguro e ficará sob minha posse e responsabilidade, tendo somente eu o acesso aos dados originais (gravação da entrevista em meio digital e TCLE's), que serão arquivados pelo prazo de cinco anos ou enquanto durar o desenvolvimento desta pesquisa de mestrado. Assegurando que não serão disponibilizados após a conclusão da mesma para realização de uma nova pesquisa.

Desde já agradeço sua atenção e participação, me colocando à disposição para maiores informações.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA:

Eu, Quirino Esp. S. da Silva,
 concordo em participar do estudo intitulado "CAMINHOS E DESCAMINHOS DA
 ALFABETIZAÇÃO: HISTÓRIA DE VIDA DOS ALUNOS DA PRIMEIRA FASE DA
 EJA NO MUNICÍPIO DE IPAMERI-GO". Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco

Quirino



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA – MESTRADO PROFISSIONAL

UFCAT
Universidade Federal de Catalão

que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador(a) responsável **Hellen Pires Carneiro** sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento e me recusar a responder qualquer pergunta que não me sinta confortável, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Autorizo a publicação deste material em meios acadêmicos e científicos e estou ciente de que serão removidos ou modificados dados de identificação pessoal, de modo a garantir minha privacidade e anonimato, sem prejuízos a mim.

Eu confirmo que li e compreendi este Termo de Consentimento; portanto, concordo em dar meu consentimento para participar como voluntário/a desta pesquisa, conforme rubrica dentro do parêntese com a proposição escolhida:

Não permito a gravação ou obtenção do meu áudio ou voz nos resultados publicados dessa pesquisa;

Permito a gravação ou a obtenção da minha imagem ou voz nos resultados publicados dessa pesquisa;

Permito a divulgação da minha imagem ou voz nos resultados publicados desta pesquisa;

Não permito a divulgação da minha imagem ou voz nos resultados publicados desta pesquisa.

Permito a divulgação das observações e análises da minha participação direta ou indireta nos resultados publicados desta pesquisa;

Não permito a divulgação das observações e análises da minha participação direta ou indireta nos resultados publicados desta pesquisa;

Ipameri, 04 de Novembro de 2022

Quirino Esp. S. dos Silva
Assinatura ou datiloscopia (com duas testemunhas) do/a participante ou seu responsável legal

Hellen Pires Carneiro
Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável ou membro da equipe



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
 HISTÓRIA – MESTRADO PROFISSIONAL

UFCAT
 Universidade Federal de Catalão

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Você/Sr./Sra. está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “CAMINHOS E DESCAMINHOS DA ALFABETIZAÇÃO: HISTÓRIA DE VIDA DOS ALUNOS DA PRIMEIRA FASE DA EJA NO MUNICÍPIO DE IPAMERÍ-GO”. Meu nome é **Hellen Pires Carneiro**, sou o (a) pesquisador(a) responsável e estou sob orientação do Prof. Dr. Ismar da Silva Costa. Faço parte do Programa de Pós-graduação em História – Mestrado Profissional, da Universidade Federal de Catalão – UFCAT. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, rubricue todas as páginas e assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence ao(a) pesquisador(a) responsável, conforme disposto na Resolução nº 510/2016, artigo nº 17, inciso 10, § 3º. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas *sobre a pesquisa* poderão ser esclarecidas pelo pesquisador responsável, via e-mail hellenpirescarneiro@gmail.com ou através do seguinte contato telefônico: (64) 99277-1459. Ao persistirem as dúvidas *sobre os seus direitos* como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Federal de Catalão (CEP/UFCAT), localizado no Bloco Didático 1, segundo piso (subindo as escadas, a primeira sala a esquerda), sediado no Campus I da UFCAT, que fica na Avenida Doutor Lamartine Pinto de Avelar, nº 1120, Setor Universitário, Catalão/GO, CEP: 75704-020, e-mails secretaria.cep.ufcat@gmail.com, cep.rc.ufg@gmail.com, ou pelo telefone (64) 34417609. O CEP é um colegiado independente corresponsável no desenvolvimento desta pesquisa dentro de padrões éticos, conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde, contribuindo na defesa dos interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade. Você poderá ainda esclarecer dúvidas, reclamar ou fazer denúncia junto à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) pelo e-mail CONEP@saude.gov.br ou pelo telefone (61) 3315-5877.

Para obter mais informações sobre a sua importância como participante de pesquisa, você poderá também consultar a “Cartilha dos Direitos dos Participantes de Pesquisa” disponível em: http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/CONEP/img/boletins/Cartilha_Direitos_Participantes_de_Pesquisa_2020.pdf.

O objetivo central de nossos estudos é analisar a história de vida dos alunos que estão na primeira fase da EJA na Escola Municipal de Educação de Jovens e Adultos José Pedroso de Deus, no município de Ipameri-GO. A pesquisa possibilitará verificar quem são as pessoas que procura este tipo de ensino na cidade. Considerando que o retorno aos estudos é fundamental para os alunos que almejam mudar de vida tanto no âmbito pessoal como no profissional.

O processo de coleta de dados ocorrerá em duas etapas: Primeiramente com uma apresentação durante a aula de português para coletar autorizações dos alunos e realização de uma atividade em sala. Depois, ocorrerá uma entrevista semiestruturada dentro da escola campo (EMEJA – José Pedroso de Deus) com você participante que atende aos critérios de inclusão, tais como: ser adulto, maior de 18 anos, não havendo limite superior para a idade. Excluindo os alunos que não estavam presentes no momento do processo de explicação da pesquisa e, portanto, não conseguiram acompanhar todas as etapas previstas da pesquisa.

Regina



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA – MESTRADO PROFISSIONAL

UFCAT
Universidade Federal de Catalão

A pesquisa se realizará a partir de entrevistas semiestruturadas, que serão gravadas e posteriormente transcritas, que partindo de um roteiro preestabelecido, possibilitem que tenhamos um diálogo sobre a sua história de vida e os motivos que levaram a abandonar os estudos. As informações coletadas serão analisadas de forma qualitativa, onde trechos, caso autorize, serão utilizados na íntegra ou parcialmente. E os resultados, com os dados, favoráveis ou não, se tornarão públicos por meio de apresentações em eventos acadêmicos e publicados em periódicos científicos e no texto final da dissertação. Se você desejar, poderá ter acesso a este trabalho do qual participou.

Os **benefícios** em participar desta pesquisa é ter sua história registrada para as próximas gerações, além de contribuir para amenizar os traumas ocasionados pela falta de estudo. Pontos que também são relevantes para o meio acadêmico quando proporcionam a formação do perfil dos alunos que frequentam a EJA e possibilitam criar medidas para suprir a defasagem na alfabetização dos alunos da EJA em Ipameri-GO.

Os **riscos** atribuídos aos entrevistados são mínimos, considerando alguns fatores que porventura podem ocorrer, tais como: invasão de privacidade, assunto delicado e constrangedor, entrevistas longas e cansativas, ocupação do tempo do entrevistado.

Para evitar e minimizar os riscos e consequentes danos materiais ou imateriais diretos ou indiretos decorrentes de sua participação, tomaremos as seguintes providências: informar aos participantes que podem recusar-se de participar da pesquisa ou interromper a entrevista a qualquer momento em que se sentirem constrangidos e/ou desconfortáveis, sem nenhuma penalização ou prejuízo a você. Ainda se necessário podem ser encaminhados para ajuda psicológica ou qualquer outro profissional adequado e disponível no município, conforme prevê a Resolução CNS nº. 510/2016, capítulo I, artigo 2, inciso II.

É importante salientar também que, não revelaremos sua identidade nesta pesquisa, ficando assegurados seu sigilo, privacidade, integridade e confidencialidade. Durante sua participação você não receberá nenhum tipo de compensação financeira, conforme prevê, Resolução CNS nº. 510/16 “XXIV”, mas caso tenha algum gasto decorrente desta, será ressarcido por mim, pesquisador responsável e caso se sinta lesado/a, você possui o direito de pleitear indenização (reparação a danos imediatos ou futuros), que estão garantidos em lei, segundo a Resolução CNS nº. 510/2016, artigo 9, inciso VI, decorrentes da sua participação na pesquisa.

Garanto que todo material coletado através da entrevista e do processo de pesquisa será armazenado em local seguro e ficará sob minha posse e responsabilidade, tendo somente eu o acesso aos dados originais (gravação da entrevista em meio digital e TCLE’s), que serão arquivados pelo prazo de cinco anos ou enquanto durar o desenvolvimento desta pesquisa de mestrado. Assegurando que não serão disponibilizados após a conclusão da mesma para realização de uma nova pesquisa.

Desde já agradeço sua atenção e participação, me colocando à disposição para maiores informações.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA:

Eu, Rogério Roberto da Silva,
concordo em participar do estudo intitulado “CAMINHOS E DESCAMINHOS DA ALFABETIZAÇÃO: HISTÓRIA DE VIDA DOS ALUNOS DA PRIMEIRA FASE DA EJA NO MUNICÍPIO DE IPAMERI-GO”. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco

Rogério



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
 HISTÓRIA – MESTRADO PROFISSIONAL

UFCAT
 Universidade Federal de Catalão

que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador(a) responsável **Hellen Pires Carneiro** sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento e me recusar a responder qualquer pergunta que não me sinta confortável, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Autorizo a publicação deste material em meios acadêmicos e científicos e estou ciente de que serão removidos ou modificados dados de identificação pessoal, de modo a garantir minha privacidade e anonimato, sem prejuízos a mim.

Eu confirmo que li e compreendi este Termo de Consentimento; portanto, concordo em dar meu consentimento para participar como voluntário/a desta pesquisa, conforme rubrica dentro do parêntese com a proposição escolhida:

() **Não permito** a gravação ou obtenção do meu áudio ou voz nos resultados publicados dessa pesquisa;

(X) **Permito** a gravação ou a obtenção da minha imagem ou voz nos resultados publicados dessa pesquisa;

(X) **Permito** a divulgação da minha imagem ou voz nos resultados publicados desta pesquisa;

() **Não permito** a divulgação da minha imagem ou voz nos resultados publicados desta pesquisa.

(X) **Permito** a divulgação das observações e análises da minha participação direta ou indireta nos resultados publicados desta pesquisa;

() **Não permito** a divulgação das observações e análises da minha participação direta ou indireta nos resultados publicados desta pesquisa;

Ipameri, 07 de novembro de 2022

Rozelino Oliveira da Silva

Assinatura ou datiloscopia (com duas testemunhas) do/a participante ou seu responsável legal

Hellen Pires Carneiro

Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável ou membro da equipe



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
 HISTÓRIA – MESTRADO PROFISSIONAL

UFCAT
 Universidade Federal de Catalão

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Você/Sr./Sra. está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “CAMINHOS E DESCAMINHOS DA ALFABETIZAÇÃO: HISTÓRIA DE VIDA DOS ALUNOS DA PRIMEIRA FASE DA EJA NO MUNICÍPIO DE IPAMERI-GO”. Meu nome é **Hellen Pires Carneiro**, sou o (a) pesquisador(a) responsável e estou sob orientação do Prof. Dr. Ismar da Silva Costa. Faço parte do Programa de Pós-graduação em História – Mestrado Profissional, da Universidade Federal de Catalão – UFCAT. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, rubricue todas as páginas e assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence ao(a) pesquisador(a) responsável, conforme disposto na Resolução nº 510/2016, artigo nº 17, inciso 10, § 3º. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas *sobre a pesquisa* poderão ser esclarecidas pelo pesquisador responsável, via e-mail hellenpirescarneiro@gmail.com ou através do seguinte contato telefônico: (64) 99277-1459. Ao persistirem as dúvidas *sobre os seus direitos* como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Federal de Catalão (CEP/UFCAT), localizado no Bloco Didático 1, segundo piso (subindo as escadas, a primeira sala a esquerda), sediado no Campus I da UFCAT, que fica na Avenida Doutor Lamartine Pinto de Avelar, nº 1120, Setor Universitário, Catalão/GO, CEP: 75704-020, e-mails secretaria.cep.ufcat@gmail.com, cep.rc.ufg@gmail.com, ou pelo telefone (64) 34417609. O CEP é um colegiado independente corresponsável no desenvolvimento desta pesquisa dentro de padrões éticos, conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde, contribuindo na defesa dos interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade. Você poderá ainda esclarecer dúvidas, reclamar ou fazer denúncia junto à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) pelo e-mail CONEP@saude.gov.br ou pelo telefone (61) 3315-5877.

Para obter mais informações sobre a sua importância como participante de pesquisa, você poderá também consultar a “Cartilha dos Direitos dos Participantes de Pesquisa” disponível em: http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/CONEP/img/boletins/Cartilha_Direitos_Participantes_de_Pesquisa_2020.pdf.

O objetivo central de nossos estudos é analisar a história de vida dos alunos que estão na primeira fase da EJA na Escola Municipal de Educação de Jovens e Adultos José Pedroso de Deus, no município de Ipameri-GO. A pesquisa possibilitará verificar quem são as pessoas que procura este tipo de ensino na cidade. Considerando que o retorno aos estudos é fundamental para os alunos que almejam mudar de vida tanto no âmbito pessoal como no profissional.

O processo de coleta de dados ocorrerá em duas etapas: Primeiramente com uma apresentação durante a aula de português para coletar autorizações dos alunos e realização de uma atividade em sala. Depois, ocorrerá uma entrevista semiestruturada dentro da escola campo (EMEJA – José Pedroso de Deus) com você participante que atende aos critérios de inclusão, tais como: ser adulto, maior de 18 anos, não havendo limite superior para a idade. Excluindo os alunos que não estavam presentes no momento do processo de explicação da pesquisa e, portanto, não conseguiram acompanhar todas as etapas previstas da pesquisa.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA – MESTRADO PROFISSIONAL

UFCAT
Universidade Federal de Catalão

A pesquisa se realizará a partir de entrevistas semiestruturadas, que serão gravadas e posteriormente transcritas, que partindo de um roteiro preestabelecido, possibilitem que tenhamos um diálogo sobre a sua história de vida e os motivos que levaram a abandonar os estudos. As informações coletadas serão analisadas de forma qualitativa, onde trechos, caso autorize, serão utilizados na íntegra ou parcialmente. E os resultados, com os dados, favoráveis ou não, se tornarão públicos por meio de apresentações em eventos acadêmicos e publicados em periódicos científicos e no texto final da dissertação. Se você desejar, poderá ter acesso a este trabalho do qual participou.

Os **benefícios** em participar desta pesquisa é ter sua história registrada para as próximas gerações, além de contribuir para amenizar os traumas ocasionados pela falta de estudo. Pontos que também são relevantes para o meio acadêmico quando proporcionam a formação do perfil dos alunos que frequentam a EJA e possibilitam criar medidas para suprir a defasagem na alfabetização dos alunos da EJA em Ipameri-GO.

Os **riscos** atribuídos aos entrevistados são mínimos, considerando alguns fatores que porventura podem ocorrer, tais como: invasão de privacidade, assunto delicado e constrangedor, entrevistas longas e cansativas, ocupação do tempo do entrevistado.

Para evitar e minimizar os riscos e consequentes danos materiais ou imateriais diretos ou indiretos decorrentes de sua participação, tomaremos as seguintes providências: informar aos participantes que podem recusar-se de participar da pesquisa ou interromper a entrevista a qualquer momento em que se sentirem constrangidos e/ou desconfortáveis, sem nenhuma penalização ou prejuízo a você. Ainda se necessário podem ser encaminhados para ajuda psicológica ou qualquer outro profissional adequado e disponível no município, conforme prevê a Resolução CNS nº. 510/2016, capítulo I, artigo 2, inciso II.

É importante salientar também que, não revelaremos sua identidade nesta pesquisa, ficando assegurados seu sigilo, privacidade, integridade e confidencialidade. Durante sua participação você não receberá nenhum tipo de compensação financeira, conforme prevê, Resolução CNS nº. 510/16 “XXIV”, mas caso tenha algum gasto decorrente desta, será ressarcido por mim, pesquisador responsável e caso se sinta lesado/a, você possui o direito de pleitear indenização (reparação a danos imediatos ou futuros), que estão garantidos em lei, segundo a Resolução CNS nº. 510/2016, artigo 9, inciso VI, decorrentes da sua participação na pesquisa.

Garanto que todo material coletado através da entrevista e do processo de pesquisa será armazenado em local seguro e ficará sob minha posse e responsabilidade, tendo somente eu o acesso aos dados originais (gravação da entrevista em meio digital e TCLE’s), que serão arquivados pelo prazo de cinco anos ou enquanto durar o desenvolvimento desta pesquisa de mestrado. Assegurando que não serão disponibilizados após a conclusão da mesma para realização de uma nova pesquisa.

Desde já agradeço sua atenção e participação, me colocando à disposição para maiores informações.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA:

Eu, Cristiane Cibe da Silva
concordo em participar do estudo intitulado “CAMINHOS E DESCAMINHOS DA ALFABETIZAÇÃO: HISTÓRIA DE VIDA DOS ALUNOS DA PRIMEIRA FASE DA EJA NO MUNICÍPIO DE IPAMERI-GO”. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA – MESTRADO PROFISSIONAL

UFCAT
Universidade Federal de Catalão

que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador(a) responsável **Hellen Pires Carneiro** sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento e me recusar a responder qualquer pergunta que não me sinta confortável, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Autorizo a publicação deste material em meios acadêmicos e científicos e estou ciente de que serão removidos ou modificados dados de identificação pessoal, de modo a garantir minha privacidade e anonimato, sem prejuízos a mim.

Eu confirmo que li e compreendi este Termo de Consentimento; portanto, concordo em dar meu consentimento para participar como voluntário/a desta pesquisa, conforme rubrica dentro do parêntese com a proposição escolhida:

- Não permito** a gravação ou obtenção do meu áudio ou voz nos resultados publicados dessa pesquisa;
- Permito** a gravação ou a obtenção da minha imagem ou voz nos resultados publicados dessa pesquisa;
- Permito** a divulgação da minha imagem ou voz nos resultados publicados desta pesquisa;
- Não permito** a divulgação da minha imagem ou voz nos resultados publicados desta pesquisa.
- Permito** a divulgação das observações e análises da minha participação direta ou indireta nos resultados publicados desta pesquisa;
- Não permito** a divulgação das observações e análises da minha participação direta ou indireta nos resultados publicados desta pesquisa;

Ipameri, 20 de dezembro de 2022

Cristiane dos Santos
Assinatura ou datiloscopia (com duas testemunhas) do/a participante ou seu responsável legal

Hellen Pires Carneiro
Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável ou membro da equipe



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
 HISTÓRIA – MESTRADO PROFISSIONAL

UFCAT
 Universidade Federal de Catalão

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Você/Sr./Sra. está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “CAMINHOS E DESCAMINHOS DA ALFABETIZAÇÃO: HISTÓRIA DE VIDA DOS ALUNOS DA PRIMEIRA FASE DA EJA NO MUNICÍPIO DE IPAMERÍGO”. Meu nome é **Hellen Pires Carneiro**, sou o (a) pesquisador(a) responsável e estou sob orientação do Prof. Dr. Ismar da Silva Costa. Faço parte do Programa de Pós-graduação em História – Mestrado Profissional, da Universidade Federal de Catalão – UFCAT. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, rubriche todas as páginas e assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence ao(a) pesquisador(a) responsável, conforme disposto na Resolução nº 510/2016, artigo nº 17, inciso 10, § 3º. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pelo pesquisador responsável, via e-mail hellenpirescarneiro@gmail.com ou através do seguinte contato telefônico: (64) 99277-1459. Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Catalão (CEP/UFCAT), localizado no Bloco Didático 1, segundo piso (subindo as escadas, a primeira sala a esquerda), sediado no Campus I da UFCAT, que fica na Avenida Doutor Lamartine Pinto de Avelar, nº 1120, Setor Universitário, Catalão/GO, CEP: 75704-020, e-mails secretaria.cep.ufcat@gmail.com, cep.rc.ufg@gmail.com, ou pelo telefone (64) 34417609. O CEP é um colegiado independente corresponsável no desenvolvimento desta pesquisa dentro de padrões éticos, conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde, contribuindo na defesa dos interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade. Você poderá ainda esclarecer dúvidas, reclamar ou fazer denúncia junto à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) pelo e-mail CONEP@saude.gov.br ou pelo telefone (61) 3315-5877.

Para obter mais informações sobre a sua importância como participante de pesquisa, você poderá também consultar a “Cartilha dos Direitos dos Participantes de Pesquisa” disponível em: http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/CONEP/img/boletins/Cartilha_Direitos_Participantes_de_Pesquisa_2020.pdf.

O objetivo central de nossos estudos é analisar a história de vida dos alunos que estão na primeira fase da EJA na Escola Municipal de Educação de Jovens e Adultos José Pedroso de Deus, no município de Ipameri-GO. A pesquisa possibilitará verificar quem são as pessoas que procura este tipo de ensino na cidade. Considerando que o retorno aos estudos é fundamental para os alunos que almejam mudar de vida tanto no âmbito pessoal como no profissional.

O processo de coleta de dados ocorrerá em duas etapas: Primeiramente com uma apresentação durante a aula de português para coletar autorizações dos alunos e realização de uma atividade em sala. Depois, ocorrerá uma entrevista semiestruturada dentro da escola campo (EMEJA – José Pedroso de Deus) com você participante que atende aos critérios de inclusão, tais como: ser adulto, maior de 18 anos, não havendo limite superior para a idade. Excluindo os alunos que não estavam presentes no momento do processo de explicação da pesquisa e, portanto, não conseguiram acompanhar todas as etapas previstas da pesquisa.

RODRIGO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
 HISTÓRIA – MESTRADO PROFISSIONAL

UFCAT
 Universidade Federal de Catalão

A pesquisa se realizará a partir de entrevistas semiestruturadas, que serão gravadas e posteriormente transcritas, que partindo de um roteiro preestabelecido, possibilitem que tenhamos um diálogo sobre a sua história de vida e os motivos que levaram a abandonar os estudos. As informações coletadas serão analisadas de forma qualitativa, onde trechos, caso autorize, serão utilizados na íntegra ou parcialmente. E os resultados, com os dados, favoráveis ou não, se tornarão públicos por meio de apresentações em eventos acadêmicos e publicados em periódicos científicos e no texto final da dissertação. Se você desejar, poderá ter acesso a este trabalho do qual participou.

Os **benefícios** em participar desta pesquisa é ter sua história registrada para as próximas gerações, além de contribuir para amenizar os traumas ocasionados pela falta de estudo. Pontos que também são relevantes para o meio acadêmico quando proporcionam a formação do perfil dos alunos que frequentam a EJA e possibilitam criar medidas para suprir a defasagem na alfabetização dos alunos da EJA em Ipameri-GO.

Os **riscos** atribuídos aos entrevistados são mínimos, considerando alguns fatores que porventura podem ocorrer, tais como: invasão de privacidade, assunto delicado e constrangedor, entrevistas longas e cansativas, ocupação do tempo do entrevistado.

Para evitar e minimizar os riscos e consequentes danos materiais ou imateriais diretos ou indiretos decorrentes de sua participação, tomaremos as seguintes providências: informar aos participantes que podem recusar-se de participar da pesquisa ou interromper a entrevista a qualquer momento em que se sentirem constrangidos e/ou desconfortáveis, sem nenhuma penalização ou prejuízo a você. Ainda se necessário podem ser encaminhados para ajuda psicológica ou qualquer outro profissional adequado e disponível no município, conforme prevê a Resolução CNS nº. 510/2016, capítulo I, artigo 2, inciso II.

É importante salientar também que, não revelaremos sua identidade nesta pesquisa, ficando assegurados seu sigilo, privacidade, integridade e confidencialidade. Durante sua participação você não receberá nenhum tipo de compensação financeira, conforme prevê, Resolução CNS nº. 510/16 "XXIV", mas caso tenha algum gasto decorrente desta, será ressarcido por mim, pesquisador responsável e caso se sinta lesado/a, você possui o direito de pleitear indenização (reparação a danos imediatos ou futuros), que estão garantidos em lei, segundo a Resolução CNS nº. 510/2016, artigo 9, inciso VI, decorrentes da sua participação na pesquisa.

Garanto que todo material coletado através da entrevista e do processo de pesquisa será armazenado em local seguro e ficará sob minha posse e responsabilidade, tendo somente eu o acesso aos dados originais (gravação da entrevista em meio digital e TCLE's), que serão arquivados pelo prazo de cinco anos ou enquanto durar o desenvolvimento desta pesquisa de mestrado. Assegurando que não serão disponibilizados após a conclusão da mesma para realização de uma nova pesquisa.

Desde já agradeço sua atenção e participação, me colocando à disposição para maiores informações.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA:

Eu, RODRIGO SILVA ALVES
 concordo em participar do estudo intitulado "CAMINHOS E DESCAMINHOS DA ALFABETIZAÇÃO: HISTÓRIA DE VIDA DOS ALUNOS DA PRIMEIRA FASE DA EJA NO MUNICÍPIO DE IPAMERI-GO". Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
 HISTÓRIA – MESTRADO PROFISSIONAL

UFCAT
 Universidade Federal de Catalão

que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador(a) responsável **Hellen Pires Carneiro** sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento e me recusar a responder qualquer pergunta que não me sinta confortável, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Autorizo a publicação deste material em meios acadêmicos e científicos e estou ciente de que serão removidos ou modificados dados de identificação pessoal, de modo a garantir minha privacidade e anonimato, sem prejuízos a mim.

Eu confirmo que li e compreendi este Termo de Consentimento; portanto, concordo em dar meu consentimento para participar como voluntário/a desta pesquisa, conforme rubrica dentro do parêntese com a proposição escolhida:

() Não permito a gravação ou obtenção do meu áudio ou voz nos resultados publicados dessa pesquisa;

() Permito a gravação ou a obtenção da minha imagem ou voz nos resultados publicados dessa pesquisa;

(X) Permito a divulgação da minha imagem ou voz nos resultados publicados desta pesquisa;

() Não permito a divulgação da minha imagem ou voz nos resultados publicados desta pesquisa.

(X) Permito a divulgação das observações e análises da minha participação direta ou indireta nos resultados publicados desta pesquisa;

() Não permito a divulgação das observações e análises da minha participação direta ou indireta nos resultados publicados desta pesquisa;

Ipameri, 22 de agosto de 2013

RODRIGO SILVA ALVES

Assinatura ou datiloscopia (com duas testemunhas) do/a participante ou seu responsável legal

Hellen Pires Carneiro

Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável ou membro da equipe



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA – MESTRADO PROFISSIONAL

UFCAT
Universidade Federal de Catalão

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Você/Sr./Sra. está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “CAMINHOS E DESCAMINHOS DA ALFABETIZAÇÃO: HISTÓRIA DE VIDA DOS ALUNOS DA PRIMEIRA FASE DA EJA NO MUNICÍPIO DE IPAMERIGÓ”. Meu nome é **Hellen Pires Carneiro**, sou o (a) pesquisador(a) responsável e estou sob orientação do Prof. Dr. Ismar da Silva Costa. Faço parte do Programa de Pós-graduação em História – Mestrado Profissional, da Universidade Federal de Catalão – UFCAT. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, rubricue todas as páginas e assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence ao(a) pesquisador(a) responsável, conforme disposto na Resolução nº 510/2016, artigo nº 17, inciso 10, § 3º. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas *sobre a pesquisa* poderão ser esclarecidas pelo pesquisador responsável, via e-mail hellenpirescarneiro@gmail.com ou através do seguinte contato telefônico: (64) 99277-1459. Ao persistirem as dúvidas *sobre os seus direitos* como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Federal de Catalão (CEP/UFCAT), localizado no Bloco Didático 1, segundo piso (subindo as escadas, a primeira sala a esquerda), sediado no Campus I da UFCAT, que fica na Avenida Doutor Lamartine Pinto de Avelar, nº 1120, Setor Universitário, Catalão/GO, CEP: 75704-020, e-mails secretaria.cep.ufcat@gmail.com, cep.rc.ufg@gmail.com, ou pelo telefone (64) 34417609. O CEP é um colegiado independente responsável no desenvolvimento desta pesquisa dentro de padrões éticos, conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde, contribuindo na defesa dos interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade. Você poderá ainda esclarecer dúvidas, reclamar ou fazer denúncia junto à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) pelo e-mail CONEP@saude.gov.br ou pelo telefone (61) 3315-5877.

Para obter mais informações sobre a sua importância como participante de pesquisa, você poderá também consultar a “Cartilha dos Direitos dos Participantes de Pesquisa” disponível em: http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/CONEP/img/boletins/Cartilha_Direitos_Participantes_de_Pesquisa_2020.pdf.

O objetivo central de nossos estudos é analisar a história de vida dos alunos que estão na primeira fase da EJA na Escola Municipal de Educação de Jovens e Adultos José Pedroso de Deus, no município de Ipameri-GO. A pesquisa possibilitará verificar quem são as pessoas que procura este tipo de ensino na cidade. Considerando que o retorno aos estudos é fundamental para os alunos que almejam mudar de vida tanto no âmbito pessoal como no profissional.

O processo de coleta de dados ocorrerá em duas etapas: Primeiramente com uma apresentação durante a aula de português para coletar autorizações dos alunos e realização de uma atividade em sala. Depois, ocorrerá uma entrevista semiestruturada dentro da escola campo (EMEJA – José Pedroso de Deus) com você participante que atende aos critérios de inclusão, tais como: ser adulto, maior de 18 anos, não havendo limite superior para a idade. Excluindo os alunos que não estavam presentes no momento do processo de explicação da pesquisa e, portanto, não conseguiram acompanhar todas as etapas previstas da pesquisa.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA – MESTRADO PROFISSIONAL

UFCAT
Universidade Federal de Catalão

A pesquisa se realizará a partir de entrevistas semiestruturadas, que serão gravadas e posteriormente transcritas, que partindo de um roteiro preestabelecido, possibilitem que tenhamos um diálogo sobre a sua história de vida e os motivos que levaram a abandonar os estudos. As informações coletadas serão analisadas de forma qualitativa, onde trechos, caso autorize, serão utilizados na íntegra ou parcialmente. E os resultados, com os dados, favoráveis ou não, se tornarão públicos por meio de apresentações em eventos acadêmicos e publicados em periódicos científicos e no texto final da dissertação. Se você desejar, poderá ter acesso a este trabalho do qual participou.

Os **benefícios** em participar desta pesquisa é ter sua história registrada para as próximas gerações, além de contribuir para amenizar os traumas ocasionados pela falta de estudo. Pontos que também são relevantes para o meio acadêmico quando proporcionam a formação do perfil dos alunos que frequentam a EJA e possibilitam criar medidas para suprir a defasagem na alfabetização dos alunos da EJA em Ipameri-GO.

Os **riscos** atribuídos aos entrevistados são mínimos, considerando alguns fatores que porventura podem ocorrer, tais como: invasão de privacidade, assunto delicado e constrangedor, entrevistas longas e cansativas, ocupação do tempo do entrevistado.

Para evitar e minimizar os riscos e consequentes danos materiais ou imateriais diretos ou indiretos decorrentes de sua participação, tomaremos as seguintes providências: informar aos participantes que podem recusar-se de participar da pesquisa ou interromper a entrevista a qualquer momento em que se sentirem constrangidos e/ou desconfortáveis, sem nenhuma penalização ou prejuízo a você. Ainda se necessário podem ser encaminhados para ajuda psicológica ou qualquer outro profissional adequado e disponível no município, conforme prevê a Resolução CNS nº. 510/2016, capítulo I, artigo 2, inciso II.

É importante salientar também que, não revelaremos sua identidade nesta pesquisa, ficando assegurados seu sigilo, privacidade, integridade e confidencialidade. Durante sua participação você não receberá nenhum tipo de compensação financeira, conforme prevê, Resolução CNS nº. 510/16 "XXIV", mas caso tenha algum gasto decorrente desta, será ressarcido por mim, pesquisador responsável e caso se sinta lesado/a, você possui o direito de pleitear indenização (reparação a danos imediatos ou futuros), que estão garantidos em lei, segundo a Resolução CNS nº. 510/2016, artigo 9, inciso VI, decorrentes da sua participação na pesquisa.

Garanto que todo material coletado através da entrevista e do processo de pesquisa será armazenado em local seguro e ficará sob minha posse e responsabilidade, tendo somente eu o acesso aos dados originais (gravação da entrevista em meio digital e TCLE's), que serão arquivados pelo prazo de cinco anos ou enquanto durar o desenvolvimento desta pesquisa de mestrado. Assegurando que não serão disponibilizados após a conclusão da mesma para realização de uma nova pesquisa.

Desde já agradeço sua atenção e participação, me colocando à disposição para maiores informações.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA:

Eu, Aina Zéa de Araújo
concordo em participar do estudo intitulado "CAMINHOS E DESCAMINHOS DA ALFABETIZAÇÃO: HISTÓRIA DE VIDA DOS ALUNOS DA PRIMEIRA FASE DA EJA NO MUNICÍPIO DE IPAMERI-GO". Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
 HISTÓRIA – MESTRADO PROFISSIONAL

UFCAT
 Universidade Federal de Catalão

que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador(a) responsável **Hellen Pires Carneiro** sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento e me recusar a responder qualquer pergunta que não me sinta confortável, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Autorizo a publicação deste material em meios acadêmicos e científicos e estou ciente de que serão removidos ou modificados dados de identificação pessoal, de modo a garantir minha privacidade e anonimato, sem prejuízos a mim.

Eu confirmo que li e compreendi este Termo de Consentimento; portanto, concordo em dar meu consentimento para participar como voluntário/a desta pesquisa, conforme rubrica dentro do parêntese com a proposição escolhida:

- Não permito a gravação ou obtenção do meu áudio ou voz nos resultados publicados dessa pesquisa;
- Permito a gravação ou a obtenção da minha imagem ou voz nos resultados publicados dessa pesquisa;
- Permito a divulgação da minha imagem ou voz nos resultados publicados desta pesquisa;
- Não permito a divulgação da minha imagem ou voz nos resultados publicados desta pesquisa.
- Permito a divulgação das observações e análises da minha participação direta ou indireta nos resultados publicados desta pesquisa;
- Não permito a divulgação das observações e análises da minha participação direta ou indireta nos resultados publicados desta pesquisa;

Ipameri, 22 de agosto de 2013

Assinatura ou datiloscopia (com duas testemunhas) do/a participante ou seu responsável legal

Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável ou membro da equipe



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
 HISTÓRIA – MESTRADO PROFISSIONAL

UFCAT
 Universidade Federal de Catalão

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Você/Sr./Sra. está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “CAMINHOS E DESCAMINHOS DA ALFABETIZAÇÃO: HISTÓRIA DE VIDA DOS ALUNOS DA PRIMEIRA FASE DA EJA NO MUNICÍPIO DE IPAMERÍ-GO”. Meu nome é **Hellen Pires Carneiro**, sou o (a) pesquisador(a) responsável e estou sob orientação do Prof. Dr. Ismar da Silva Costa. Faço parte do Programa de Pós-graduação em História – Mestrado Profissional, da Universidade Federal de Catalão – UFCAT. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, rubricar todas as páginas e assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence ao(a) pesquisador(a) responsável, conforme disposto na Resolução nº 510/2016, artigo nº 17, inciso 10, § 3º. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pelo pesquisador responsável, via e-mail hellenpirescarneiro@gmail.com ou através do seguinte contato telefônico: (64) 99277-1459. Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Catalão (CEP/UFCAT), localizado no Bloco Didático 1, segundo piso (subindo as escadas, a primeira sala a esquerda), sediado no Campus I da UFCAT, que fica na Avenida Doutor Lamartine Pinto de Avelar, nº 1120, Setor Universitário, Catalão/GO, CEP: 75704-020, e-mails secretaria.cep.ufcat@gmail.com, cep.rc.ufg@gmail.com, ou pelo telefone (64) 34417609. O CEP é um colegiado independente corresponsável no desenvolvimento desta pesquisa dentro de padrões éticos, conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde, contribuindo na defesa dos interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade. Você poderá ainda esclarecer dúvidas, reclamar ou fazer denúncia junto à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) pelo e-mail CONEP@saude.gov.br ou pelo telefone (61) 3315-5877.

Para obter mais informações sobre a sua importância como participante de pesquisa, você poderá também consultar a “Cartilha dos Direitos dos Participantes de Pesquisa” disponível em: http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/CONEP/img/boletins/Cartilha_Direitos_Participantes_de_Pesquisa_2020.pdf.

O objetivo central de nossos estudos é analisar a história de vida dos alunos que estão na primeira fase da EJA na Escola Municipal de Educação de Jovens e Adultos José Pedroso de Deus, no município de Ipameri-GO. A pesquisa possibilitará verificar quem são as pessoas que procura este tipo de ensino na cidade. Considerando que o retorno aos estudos é fundamental para os alunos que almejam mudar de vida tanto no âmbito pessoal como no profissional.

O processo de coleta de dados ocorrerá em duas etapas: Primeiramente com uma apresentação durante a aula de português para coletar autorizações dos alunos e realização de uma atividade em sala. Depois, ocorrerá uma entrevista semiestruturada dentro da escola campo (EMEJA – José Pedroso de Deus) com você participante que atende aos critérios de inclusão, tais como: ser adulto, maior de 18 anos, não havendo limite superior para a idade. Excluindo os alunos que não estavam presentes no momento do processo de explicação da pesquisa e, portanto, não conseguiram acompanhar todas as etapas previstas da pesquisa.

Pedra



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA – MESTRADO PROFISSIONAL

UFCAT
Universidade Federal de Catalão

A pesquisa se realizará a partir de entrevistas semiestruturadas, que serão gravadas e posteriormente transcritas, que partindo de um roteiro preestabelecido, possibilitem que tenhamos um diálogo sobre a sua história de vida e os motivos que levaram a abandonar os estudos. As informações coletadas serão analisadas de forma qualitativa, onde trechos, caso autorize, serão utilizados na íntegra ou parcialmente. E os resultados, com os dados, favoráveis ou não, se tornarão públicos por meio de apresentações em eventos acadêmicos e publicados em periódicos científicos e no texto final da dissertação. Se você desejar, poderá ter acesso a este trabalho do qual participou.

Os benefícios em participar desta pesquisa é ter sua história registrada para as próximas gerações, além de contribuir para amenizar os traumas ocasionados pela falta de estudo. Pontos que também são relevantes para o meio acadêmico quando proporcionam a formação do perfil dos alunos que frequentam a EJA e possibilitam criar medidas para suprir a defasagem na alfabetização dos alunos da EJA em Ipameri-GO.

Os riscos atribuídos aos entrevistados são mínimos, considerando alguns fatores que porventura podem ocorrer, tais como: invasão de privacidade, assunto delicado e constrangedor, entrevistas longas e cansativas, ocupação do tempo do entrevistado.

Para evitar e minimizar os riscos e consequentes danos materiais ou imateriais diretos ou indiretos decorrentes de sua participação, tomaremos as seguintes providências: informar aos participantes que podem recusar-se de participar da pesquisa ou interromper a entrevista a qualquer momento em que se sentirem constrangidos e/ou desconfortáveis, sem nenhuma penalização ou prejuízo à você. Ainda se necessário podem ser encaminhados para ajuda psicológica ou qualquer outro profissional adequado e disponível no município, conforme prevê a Resolução CNS nº. 510/2016, capítulo I, artigo 2, inciso II.

É importante salientar também que, não revelaremos sua identidade nesta pesquisa, ficando assegurados seu sigilo, privacidade, integridade e confidencialidade. Durante sua participação você não receberá nenhum tipo de compensação financeira, conforme prevê, Resolução CNS nº. 510/16 “XXIV”, mas caso tenha algum gasto decorrente desta, será ressarcido por mim, pesquisador responsável e caso se sinta lesado/a, você possui o direito de pleitear indenização (reparação a danos imediatos ou futuros), que estão garantidos em lei, segundo a Resolução CNS nº. 510/2016, artigo 9, inciso VI, decorrentes da sua participação na pesquisa.

Garanto que todo material coletado através da entrevista e do processo de pesquisa será armazenado em local seguro e ficará sob minha posse e responsabilidade, tendo somente eu o acesso aos dados originais (gravação da entrevista em meio digital e TCLE's), que serão arquivados pelo prazo de cinco anos ou enquanto durar o desenvolvimento desta pesquisa de mestrado. Assegurando que não serão disponibilizados após a conclusão da mesma para realização de uma nova pesquisa.

Desde já agradeço sua atenção e participação, me colocando à disposição para maiores informações.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA:

Eu, Redna Rosalva de Jesus,
concordo em participar do estudo intitulado “CAMINHOS E DESCAMINHOS DA
ALFABETIZAÇÃO: HISTÓRIA DE VIDA DOS ALUNOS DA PRIMEIRA FASE DA
EJA NO MUNICÍPIO DE IPAMERI-GO”. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA – MESTRADO PROFISSIONAL

UFCAT
Universidade Federal de Catalão

que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador(a) responsável **Hellen Pires Carneiro** sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento e me recusar a responder qualquer pergunta que não me sinta confortável, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Autorizo a publicação deste material em meios acadêmicos e científicos e estou ciente de que serão removidos ou modificados dados de identificação pessoal, de modo a garantir minha privacidade e anonimato, sem prejuízos a mim.

Eu confirmo que li e compreendi este Termo de Consentimento; portanto, concordo em dar meu consentimento para participar como voluntário/a desta pesquisa, conforme rubrica dentro do parêntese com a proposição escolhida:

- Não permito a gravação ou obtenção do meu áudio ou voz nos resultados publicados dessa pesquisa;
- Permito a gravação ou a obtenção da minha imagem ou voz nos resultados publicados dessa pesquisa;
- Permito a divulgação da minha imagem ou voz nos resultados publicados desta pesquisa;
- Não permito a divulgação da minha imagem ou voz nos resultados publicados desta pesquisa.
- Permito a divulgação das observações e análises da minha participação direta ou indireta nos resultados publicados desta pesquisa;
- Não permito a divulgação das observações e análises da minha participação direta ou indireta nos resultados publicados desta pesquisa;

Ipameri, 22 de agosto de 2023

Hellen Pires Carneiro
Assinatura ou datiloscopia (com duas testemunhas) do/a participante ou seu responsável legal

Hellen Pires Carneiro
Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável ou membro da equipe



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
 HISTÓRIA – MESTRADO PROFISSIONAL

UFCAT
 Universidade Federal de Catalão

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Você/Sr./Sra. está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “CAMINHOS E DESCAMINHOS DA ALFABETIZAÇÃO: HISTÓRIA DE VIDA DOS ALUNOS DA PRIMEIRA FASE DA EJA NO MUNICÍPIO DE IPAMERI-GO”. Meu nome é **Hellen Pires Carneiro**, sou o (a) pesquisador(a) responsável e estou sob orientação do Prof. Dr. Ismar da Silva Costa. Faço parte do Programa de Pós-graduação em História – Mestrado Profissional, da Universidade Federal de Catalão – UFCAT. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, rubriche todas as páginas e assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence ao(a) pesquisador(a) responsável, conforme disposto na Resolução nº 510/2016, artigo nº 17, inciso 10, § 3º. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pelo pesquisador responsável, via e-mail hellenpirescarneiro@gmail.com ou através do seguinte contato telefônico: (64) 99277-1459. Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Catalão (CEP/UFCAT), localizado no Bloco Didático 1, segundo piso (subindo as escadas, a primeira sala a esquerda), sediado no Campus I da UFCAT, que fica na Avenida Doutor Lamartine Pinto de Avelar, nº 1120, Setor Universitário, Catalão/GO, CEP: 75704-020, e-mails secretaria.cep.ufcat@gmail.com, cep.rc.ufg@gmail.com, ou pelo telefone (64) 34417609. O CEP é um colegiado independente corresponsável no desenvolvimento desta pesquisa dentro de padrões éticos, conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde, contribuindo na defesa dos interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade. Você poderá ainda esclarecer dúvidas, reclamar ou fazer denúncia junto à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) pelo e-mail CONEP@saude.gov.br ou pelo telefone (61) 3315-5877.

Para obter mais informações sobre a sua importância como participante de pesquisa, você poderá também consultar a “Cartilha dos Direitos dos Participantes de Pesquisa” disponível em: http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/CONEP/img/boletins/Cartilha_Direitos_Participantes_de_Pesquisa_2020.pdf.

O objetivo central de nossos estudos é analisar a história de vida dos alunos que estão na primeira fase da EJA na Escola Municipal de Educação de Jovens e Adultos José Pedroso de Deus, no município de Ipameri-GO. A pesquisa possibilitará verificar quem são as pessoas que procura este tipo de ensino, na cidade. Considerando que o retorno aos estudos é fundamental para os alunos que almejam mudar de vida tanto no âmbito pessoal como no profissional.

O processo de coleta de dados ocorrerá em duas etapas: Primeiramente com uma apresentação durante a aula de português para coletar autorizações dos alunos e realização de uma atividade em sala. Depois, ocorrerá uma entrevista semiestruturada dentro da escola campo (EMEJA – José Pedroso de Deus) com você participante que atende aos critérios de inclusão, tais como: ser adulto, maior de 18 anos, não havendo limite superior para a idade. Excluindo os alunos que não estavam presentes no momento do processo de explicação da pesquisa e, portanto, não conseguiram acompanhar todas as etapas previstas da pesquisa.

Yore



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA – MESTRADO PROFISSIONAL

UFCAT
Universidade Federal de Catalão

A pesquisa se realizará a partir de entrevistas semiestruturadas, que serão gravadas e posteriormente transcritas, que partindo de um roteiro preestabelecido, possibilitem que tenhamos um diálogo sobre a sua história de vida e os motivos que levaram a abandonar os estudos. As informações coletadas serão analisadas de forma qualitativa, onde trechos, caso autorize, serão utilizados na íntegra ou parcialmente. E os resultados, com os dados, favoráveis ou não, se tornarão públicos por meio de apresentações em eventos acadêmicos e publicados em periódicos científicos e no texto final da dissertação. Se você desejar, poderá ter acesso a este trabalho do qual participou.

Os **benefícios** em participar desta pesquisa é ter sua história registrada para as próximas gerações, além de contribuir para amenizar os traumas ocasionados pela falta de estudo. Pontos que também são relevantes para o meio acadêmico quando proporcionam a formação do perfil dos alunos que frequentam a EJA e possibilitam criar medidas para suprir a defasagem na alfabetização dos alunos da EJA em Ipameri-GO.

Os **riscos** atribuídos aos entrevistados são mínimos, considerando alguns fatores que porventura podem ocorrer, tais como: invasão de privacidade, assunto delicado e constrangedor, entrevistas longas e cansativas, ocupação do tempo do entrevistado.

Para evitar e minimizar os riscos e consequentes danos materiais ou imateriais diretos ou indiretos decorrentes de sua participação, tomaremos as seguintes providências: informar aos participantes que podem recusar-se de participar da pesquisa ou interromper a entrevista a qualquer momento em que se sentirem constrangidos e/ou desconfortáveis, sem nenhuma penalização ou prejuízo à você. Ainda se necessário podem ser encaminhados para ajuda psicológica ou qualquer outro profissional adequado e disponível no município, conforme prevê a Resolução CNS nº. 510/2016, capítulo I, artigo 2, inciso II.

É importante salientar também que, não revelaremos sua identidade nesta pesquisa, ficando assegurados seu sigilo, privacidade, integridade e confidencialidade. Durante sua participação você não receberá nenhum tipo de compensação financeira, conforme prevê, Resolução CNS nº. 510/16 "XXIV", mas caso tenha algum gasto decorrente desta, será ressarcido por mim, pesquisador responsável e caso se sinta lesado/a, você possui o direito de pleitear indenização (reparação a danos imediatos ou futuros), que estão garantidos em lei, segundo a Resolução CNS nº. 510/2016, artigo 9, inciso VI, decorrentes da sua participação na pesquisa.

Garanto que todo material coletado através da entrevista e do processo de pesquisa será armazenado em local seguro e ficará sob minha posse e responsabilidade, tendo somente eu o acesso aos dados originais (gravação da entrevista em meio digital e TCLE's), que serão arquivados pelo prazo de cinco anos ou enquanto durar o desenvolvimento desta pesquisa de mestrado. Assegurando que não serão disponibilizados após a conclusão da mesma para realização de uma nova pesquisa.

Desde já agradeço sua atenção e participação, me colocando à disposição para maiores informações.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA:

Eu, José Vitor Costa
concordo em participar do estudo intitulado "CAMINHOS E DESCAMINHOS DA ALFABETIZAÇÃO: HISTÓRIA DE VIDA DOS ALUNOS DA PRIMEIRA FASE DA EJA NO MUNICÍPIO DE IPAMERI-GO". Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
 HISTÓRIA – MESTRADO PROFISSIONAL

UFCAT
 Universidade Federal de Catalão

que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador(a) responsável **Hellen Pires Carneiro** sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento e me recusar a responder qualquer pergunta que não me sinta confortável, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Autorizo a publicação deste material em meios acadêmicos e científicos e estou ciente de que serão removidos ou modificados dados de identificação pessoal, de modo a garantir minha privacidade e anonimato, sem prejuízos a mim.

Eu confirmo que li e compreendi este Termo de Consentimento; portanto, concordo em dar meu consentimento para participar como voluntário/a desta pesquisa, conforme rubrica dentro do parêntese com a proposição escolhida:

- Não permito a gravação ou obtenção do meu áudio ou voz nos resultados publicados dessa pesquisa;
- Permito a gravação ou a obtenção da minha imagem ou voz nos resultados publicados dessa pesquisa;
- Permito a divulgação da minha imagem ou voz nos resultados publicados desta pesquisa;
- Não permito a divulgação da minha imagem ou voz nos resultados publicados desta pesquisa.
- Permito a divulgação das observações e análises da minha participação direta ou indireta nos resultados publicados desta pesquisa;
- Não permito a divulgação das observações e análises da minha participação direta ou indireta nos resultados publicados desta pesquisa;

Ipameri, 22 de agosto de 2023

José José Costa
 Assinatura ou datiloscopia (com duas testemunhas) do/a participante ou seu responsável legal

Hellen Pires Carneiro
 Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável ou membro da equipe



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
 HISTÓRIA – MESTRADO PROFISSIONAL

UFCAT
 Universidade Federal de Catalão

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Você/Sr./Sra. está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “CAMINHOS E DESCAMINHOS DA ALFABETIZAÇÃO: HISTÓRIA DE VIDA DOS ALUNOS DA PRIMEIRA FASE DA EJA NO MUNICÍPIO DE IPAMERÍGO”. Meu nome é **Hellen Pires Carneiro**, sou o (a) pesquisador(a) responsável e estou sob orientação do Prof. Dr. Ismar da Silva Costa. Faço parte do Programa de Pós-graduação em História – Mestrado Profissional, da Universidade Federal de Catalão – UFCAT. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, rubriche todas as páginas e assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence ao(à) pesquisador(a) responsável, conforme disposto na Resolução nº 510/2016, artigo nº 17, inciso 10, § 3º. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pelo pesquisador responsável, via e-mail hellenpirescarneiro@gmail.com ou através do seguinte contato telefônico: (64) 99277-1459. Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Catalão (CEP/UFCAT), localizado no Bloco Didático 1, segundo piso (subindo as escadas, a primeira sala a esquerda), sediado no Campus I da UFCAT, que fica na Avenida Doutor Lamartine Pinto de Avelar, nº 1120, Setor Universitário, Catalão/GO, CEP: 75704-020, e-mails secretaria.cep.ufcat@gmail.com, cep.rc.ufg@gmail.com, ou pelo telefone (64) 34417609. O CEP é um colegiado independente corresponsável no desenvolvimento desta pesquisa dentro de padrões éticos, conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde, contribuindo na defesa dos interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade. Você poderá ainda esclarecer dúvidas, reclamar ou fazer denúncia junto à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) pelo e-mail CONEP@saude.gov.br ou pelo telefone (61) 3315-5877.

Para obter mais informações sobre a sua importância como participante de pesquisa, você poderá também consultar a “Cartilha dos Direitos dos Participantes de Pesquisa” disponível em: http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/CONEP/img/boletins/Cartilha_Direitos_Participantes_de_Pesquisa_2020.pdf.

O objetivo central de nossos estudos é analisar a história de vida dos alunos que estão na primeira fase da EJA na Escola Municipal de Educação de Jovens e Adultos José Pedroso de Deus, no município de Ipameri-GO. A pesquisa possibilitará verificar quem são as pessoas que procura este tipo de ensino na cidade. Considerando que o retorno aos estudos é fundamental para os alunos que almejam mudar de vida tanto no âmbito pessoal como no profissional.

O processo de coleta de dados ocorrerá em duas etapas: Primeiramente com uma apresentação durante a aula de português para coletar autorizações dos alunos e realização de uma atividade em sala. Depois, ocorrerá uma entrevista semiestruturada dentro da escola campo (EMEJA – José Pedroso de Deus) com você participante que atende aos critérios de inclusão, tais como: ser adulto, maior de 18 anos, não havendo limite superior para a idade. Excluindo os alunos que não estavam presentes no momento do processo de explicação da pesquisa e, portanto, não conseguiram acompanhar todas as etapas previstas da pesquisa.

Lzeila



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
 HISTÓRIA – MESTRADO PROFISSIONAL



A pesquisa se realizará a partir de entrevistas semiestruturadas, que serão gravadas e posteriormente transcritas, que partindo de um roteiro preestabelecido, possibilitem que tenhamos um diálogo sobre a sua história de vida e os motivos que levaram a abandonar os estudos. As informações coletadas serão analisadas de forma qualitativa, onde trechos, caso autorize, serão utilizados na íntegra ou parcialmente. E os resultados, com os dados, favoráveis ou não, se tornarão públicos por meio de apresentações em eventos acadêmicos e publicados em periódicos científicos e no texto final da dissertação. Se você desejar, poderá ter acesso a este trabalho do qual participou.

Os **benefícios** em participar desta pesquisa é ter sua história registrada para as próximas gerações, além de contribuir para amenizar os traumas ocasionados pela falta de estudo. Pontos que também são relevantes para o meio acadêmico quando proporcionam a formação do perfil dos alunos que frequentam a EJA e possibilitam criar medidas para suprir a defasagem na alfabetização dos alunos da EJA em Ipameri-GO.

Os **riscos** atribuídos aos entrevistados são mínimos, considerando alguns fatores que porventura podem ocorrer, tais como: invasão de privacidade, assunto delicado e constrangedor, entrevistas longas e cansativas, ocupação do tempo do entrevistado.

Para evitar e minimizar os riscos e consequentes danos materiais ou imateriais diretos ou indiretos decorrentes de sua participação, tomaremos as seguintes providências: informar aos participantes que podem recusar-se de participar da pesquisa ou interromper a entrevista a qualquer momento em que se sentirem constrangidos e/ou desconfortáveis, sem nenhuma penalização ou prejuízo a você. Ainda se necessário podem ser encaminhados para ajuda psicológica ou qualquer outro profissional adequado e disponível no município, conforme prevê a Resolução CNS nº. 510/2016, capítulo I, artigo 2, inciso II.

É importante salientar também que, não revelaremos sua identidade nesta pesquisa, ficando assegurados seu sigilo, privacidade, integridade e confidencialidade. Durante sua participação você não receberá nenhum tipo de compensação financeira, conforme prevê, Resolução CNS nº. 510/16 "XXIV", mas caso tenha algum gasto decorrente desta, será ressarcido por mim, pesquisador responsável e caso se sinta lesado/a, você possui o direito de pleitear indenização (reparação a danos imediatos ou futuros), que estão garantidos em lei, segundo a Resolução CNS nº. 510/2016, artigo 9, inciso VI, decorrentes da sua participação na pesquisa.

Garanto que todo material coletado através da entrevista e do processo de pesquisa será armazenado em local seguro e ficará sob minha posse e responsabilidade, tendo somente eu o acesso aos dados originais (gravação da entrevista em meio digital e TCLE's), que serão arquivados pelo prazo de cinco anos ou enquanto durar o desenvolvimento desta pesquisa de mestrado. Assegurando que não serão disponibilizados após a conclusão da mesma para realização de uma nova pesquisa.

Desde já agradeço sua atenção e participação, me colocando à disposição para maiores informações.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA:

Eu, Leila Pereira da Silva,
 concordo em participar do estudo intitulado "CAMINHOS E DESCAMINHOS DA ALFABETIZAÇÃO: HISTÓRIA DE VIDA DOS ALUNOS DA PRIMEIRA FASE DA EJA NO MUNICÍPIO DE IPAMERI-GO". Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
 HISTÓRIA – MESTRADO PROFISSIONAL

UFCAT
 Universidade Federal de Catalão

que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador(a) responsável **Hellen Pires Carneiro** sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento e me recusar a responder qualquer pergunta que não me sinta confortável, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Autorizo a publicação deste material em meios acadêmicos e científicos e estou ciente de que serão removidos ou modificados dados de identificação pessoal, de modo a garantir minha privacidade e anonimato, sem prejuízos a mim.

Eu confirmo que li e compreendi este Termo de Consentimento; portanto, concordo em dar meu consentimento para participar como voluntário/a desta pesquisa, conforme rubrica dentro do parêntese com a proposição escolhida:

- Não permito a gravação ou obtenção do meu áudio ou voz nos resultados publicados dessa pesquisa;
- Permito a gravação ou a obtenção da minha imagem ou voz nos resultados publicados dessa pesquisa;
- Permito a divulgação da minha imagem ou voz nos resultados publicados desta pesquisa;
- Não permito a divulgação da minha imagem ou voz nos resultados publicados desta pesquisa.
- Permito a divulgação das observações e análises da minha participação direta ou indireta nos resultados publicados desta pesquisa;
- Não permito a divulgação das observações e análises da minha participação direta ou indireta nos resultados publicados desta pesquisa;

Ipameri, 22 de agosto de 2023

Laila Pereira da Silva
 Assinatura ou datiloscopia (com duas testemunhas) do/a participante ou seu responsável legal

Hellen Pires Carneiro
 Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável ou membro da equipe